


Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 14/07/2020	Página: A3

A TARDE
O jornal de toda Bahia

 Bahia adia
IPVA 2020 do
transporte escolar
atarde.com.br/bahia

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 14/07/2020	Página: 02

Tribuna

Adiamento

Responsáveis por vans e micro-ônibus utilizados para fazer transporte escolar em todo o território não precisarão desembolsar o valor do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) do exercício 2020. A novidade, anunciada ontem pelo governador Rui Costa durante uma transmissão ao vivo em suas redes sociais.

Tribuna

Estado adia pagamento de IPVA do transporte escolar

Responsáveis por vans e micro-ônibus utilizados para fazer transporte escolar em todo o território não precisarão desembolsar o valor do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) do exercício 2020. A novidade, anunciada no início da noite de ontem pelo governador Rui Costa durante uma transmissão ao vivo em suas redes sociais, transfere o prazo final do pagamento da taxa para setembro de 2021 e foi motivada pela crise econômica gerada pela pandemia do novo coronavírus.

O governador, que assinou o decreto autorizando a medida um pouco antes de iniciar a live, lembrou que o Estado recebeu muitas solicitações de representantes do segmento para suspender a cobrança do imposto. "Essa medida só vale para

veículos regularizados e cadastrados no Detran para este fim. Dessa forma, esses profissionais poderão honrar esse compromisso apenas no ano que vem, quando, com fé em Deus, já teremos uma vacina", explicou.

Desta forma, o pagamento fica prorrogado para até 30 de setembro de 2021, em cota única ou em três parcelas com vencimento em 30 de julho de 2021, 31 de agosto de 2021 e 30 de setembro do mesmo ano. Além de automóveis ligados à condução coletiva de escolares, estão contemplados veículos que fazem serviço de transporte interno turístico, desde que atendam aos requisitos regulamentares e estejam autorizados pelo órgão competente, e, ainda, carros utilizados em aulas de direção veicular, pertencentes a autoescolas.

Veículo: TV Bahia	
Data: 13/07/2020	Programa: BA TV
Assunto: Rui Costa anuncia transferência para 2021 do pagamento do <u>IPVA</u> para o transporte escolar.	

Data: 13/07/2020

Hora: 19:21:05

Duração: 00:00:59

Emissora: TV BAHIA

Programa: BA TV

Apresentador(a): JÉSSICA SENRA

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Rui Costa anuncia transferência para 2021 do pagamento do **IPVA** para o transporte escolar.

Veículo: TV Bahia	
Data: 14/07/2020	Programa: Jornal da Manhã
Assunto: Entrevista ao vivo com <u>Augusto Guenem, diretor de Arrecadação da Sefaz,</u> sobre a transferência para 2021 do pagamento do <u>IPVA</u> para o transporte escolar.	

Data: 14/07/2020

Hora: 08:21:18

Duração: 00:02:14

Emissora: TV BAHIA

Programa: JORNAL DA MANHÃ

Apresentador(a): TAIC CARVALHO

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Entrevista ao vivo com **Augusto Guenem, diretor de Arrecadação da Sefaz,** sobre a transferência para 2021 do pagamento do **IPVA** para o transporte escolar.

Veículo: Site A Tarde	
Data: 13/07/2020	Caderno: Economia

A TARDE

Seg , 13/07/2020 às 19:38 | Atualizado em: 13/07/2020 às 19:39

Bahia adia pagamento de IPVA 2020 do transporte escolar para setembro de 2021

Da Redação



O governador Rui Costa anunciou, na noite desta segunda-feira, 13, durante uma transmissão ao vivo nas redes sociais, que o prazo final para os responsáveis por vans e micro-ônibus utilizados para fazer transporte escolar na Bahia terão o prazo final para pagar o **Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) do exercício de 2020 em setembro de 2021.** De acordo com informações da Secretaria de Comunicação (Secom), o adiamento foi motivado pela crise econômica gerada pela pandemia do novo coronavírus.

Rui Costa assinou o decreto autorizando a medida um pouco antes de iniciar a live, já que o governo havia recebido muitas solicitações para a suspensão da cobrança do imposto.

“Essa medida só vale para veículos regularizados e cadastrados no Detran para este fim. Dessa forma, esses profissionais poderão honrar esse compromisso apenas no ano que vem, quando, com fé em Deus, já teremos uma vacina”, explicou.

Em cota única ou em três parcelas, o pagamento será prorrogado para até 30 de setembro de 2021, no caso de três parcelas, o vencimento fica para 30 de julho de 2021, 31 de agosto de 2021 e 30 de setembro de 2021. Veículos que fazem serviço de transporte interno turístico, desde que atendam aos requisitos, também serão contemplados.

Veículo: site Correio 24 horas	Caderno:
Data: 13/07/2020	Página:



Adiou: transportes escolares só pagamento IPVA 2020 em setembro de 2021

Governador Rui Costa anunciou adiamento nesta segunda-feira (13). Medida também vale para veículos que fazem turismo e carros de autoescola

Da redação redacao@correio24horas.com.br

13.07.2020, 19:52:00

Atualizado: 13.07.2020, 20:24:26

Com as aulas suspensas desde março por conta da pandemia, os motoristas e responsáveis por vans e micro-ônibus utilizados para fazer transporte escolar em todo o território não precisarão desembolsar o valor do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) do exercício 2020.

O anúncio foi feito pelo governador Rui Costa durante uma transmissão ao vivo em suas redes sociais nesta segunda-feira (13). Rui comunicou que o prazo final para esse pagamento foi transferido para o dia 30 de setembro de 2021. O motivo dessa extensão no pagamento está relacio a crise econômica que surgiu com a pandemia.

O governador, assinou o decreto um pouco antes de iniciar a live. Ele lembrou que o Estado recebeu muitas solicitações dos representantes da área, que pediam para suspender a cobrança do imposto. “Essa medida só vale para veículos regularizados e cadastrados no Detran para este fim. Dessa forma, esses profissionais poderão honrar esse compromisso apenas no ano que vem”, explicou Rui, que espera uma vacina até este período, para que as aulas sejam normalizadas.

Dessa forma, o pagamento poderá ser feito em cota única ou em três parcelas com vencimento em 30 de julho de 2021, 31 de agosto de 2021 e 30 de setembro do mesmo ano. Além de automóveis ligados ao transporte escolar, os veículos que fazem serviço de transporte interno turístico, desde que atendam aos requisitos regulamentares e estejam autorizados pelo órgão competente, e carros de autoescola também estão contemplados.

Veículo: G1 Bahia	
Data: 13/07/2020	Caderno: Bahia

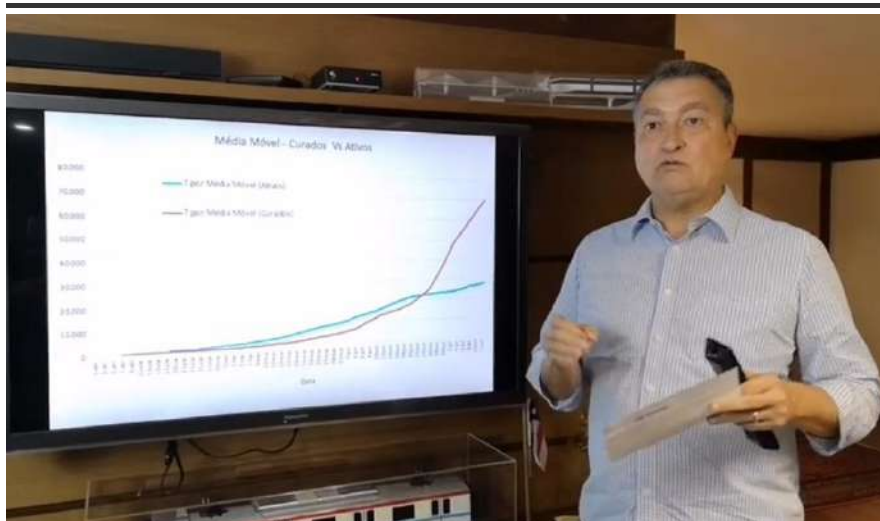


Governador Rui Costa assina decreto que prorroga pagamento do IPVA dos transportes escolares para setembro de 2021

Informação foi divulgada durante o programa #PapoCarrera, transmitido nas redes sociais. Motoristas precisam ter cadastro no Detran.

Por G1 BA

13/07/2020 19h29 Atualizado há 15 horas



Rui Costa assinou decreto que prorroga pagamento do IPVA do transporte escolar para setembro de 2021 — Foto: Reprodução/Redes Sociais

O governador da Bahia, Rui Costa, anunciou, na noite desta segunda-feira (13), que assinou um decreto que prorroga o pagamento do **Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)** dos transportes escolares para setembro de 2021. A informação foi divulgada durante o programa #PapoCarrera, transmitido nas redes sociais.

"Conversando com a Secretaria da Fazenda e com a Secretaria de Administração, eu acabei de assinar um decreto transferindo para setembro do ano que vem o IPVA de 2020 do transporte escolar do estado. Isso só vale para quem tem o transporte registrado, cadastrado como transporte escolar", revelou Rui.

Segundo o governador, para ser contemplado pelo benefício, o motorista precisa ter cadastrado o veículo no Departamento Estadual de Trânsito (Detran-BA) como transporte escolar.

“Tenha o cadastro, porque se não nós não temos como controlar quem é ou não transporte escolar. Essa medida vale para quem tem cadastro regular oficial do Detran, cadastro como transporte escolar. O pagamento do IPVA de 2020 fica transferido para setembro de 2021”.

De acordo com Rui, a prorrogação do IPVA deste ano foi feita para ajudar os motoristas que não estão trabalhando por causa da suspensão das aulas. O pagamento do IPVA de 2021 também será prorrogado, para não haver conflito de datas.

“Ano que vem, eventualmente, a gente dá uma prorrogada um pouco mais no de 2021, mas nesta que interessa agora, prorrogamos para setembro do ano que vem, e isso é uma ajuda importante para todos que vivem, sobrevivem e sustentam suas famílias a partir do transporte escolar. Como está suspenso as escolas nesse período, as pessoas têm dificuldades para fazer os pagamentos”, explicou Rui Costa.

O governador informou que o pagamento fica prorrogado para até 30 de setembro de 2021, em cota única ou em três parcelas com vencimento em 30 de julho de 2021, 31 de agosto de 2021 e 30 de setembro do mesmo ano.

Além de automóveis ligados à condução coletiva de escolares, estão contemplados veículos que fazem serviço de transporte interno turístico, desde que atendam aos requisitos regulamentares e estejam autorizados pelo Detran, e, ainda, carros usados em autoescolas.

"Com isso, a gente possibilita que as pessoas possam fazer o pagamento, honrar seus compromissos no ano que vem, que, com fé em Deus, nós teremos a vacina e o transporte escolar vai estar funcionando normalmente", disse.

No dia 6 de julho, o governador **manteve a suspensão das aulas** nas redes públicas e privadas e do transporte intermunicipal em 356 cidades baianas. As aulas estão suspensas desde o **dia 18 de março**.

Durante a live, Rui Costa também comentou que os números relacionados à disseminação do novo coronavírus já começaram a diminuir, após reuniões com prefeitos e prefeitas e a decisão de implementar medidas restritivas mais duras em cidades que apresentaram aumento dos casos.

O governador destacou, como boa notícia, o fato de que 12 municípios baianos completaram, nesta segunda, 14 dias ou mais sem novos casos de Covid-19. Até a noite desta segunda, a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) registrou **mais de 106 mil pessoas contaminadas e 2.535 mortos**.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 13/07/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 13 de Julho de 2020 - 18:48

Covid-19: Pagamento do IPVA do transporte escolar na Bahia é prorrogado para 2021

por Mari Leal



O prazo final para pagamento do **Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)** do transporte escolar na Bahia relativo ao ano de 2020 foi prorrogado para o mês de setembro de 2021 pelo governo estadual. A medida foi anunciada na noite desta segunda-feira (13) pelo governador Rui Costa (PT) durante uma transmissão online nas redes sociais.

De acordo com o governador, a decisão atende a uma reivindicação dos condutores e irá beneficiar exclusivamente os profissionais que estão regularmente cadastrados junto ao Departamento de Estadual Trânsito (Detran-BA).

O pagamento fica prorrogado para até 30 de setembro de 2021, em cota única ou em três parcelas com vencimento em 30 de julho, 31 de agosto e 30 de setembro de 2021. Além de automóveis ligados à condução coletiva de escolares, estão contemplados veículos que fazem serviço de transporte interno turístico e ainda carros utilizados em aulas de direção veicular pertencentes a autoescolas, de acordo com anúncio.

Veículo: Metro1	Bahia
Data: 13/07/2020	



Bahia

Rui Costa transfere IPVA de transporte escolar para setembro de 2021

De acordo com o governador, os motoristas do segmento vinham reivindicando em função de não estarem faturando esse ano



Foto : Alberto Coutinho/GOVBA

Por **João Brandão** no dia 13 de Julho de 2020 · 18:44

O governador da Bahia, Rui Costa, assinou hoje (13) um decreto que transferiu para setembro de 2021 o IPVA de 2020 de carros que fazem o transporte escolar.

"Só vale para quem tem transporte escolar registrado no Detran", lembrou Rui.

De acordo com o governador, os motoristas do segmento vinham reivindicando em função de não estarem faturando esse ano. Para o IPVA de 2021, Rui disse que avalia prorrogar também, mas sem mais detalhes.

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Governo

13/07/2020 19:10

Estado adia pagamento de IPVA 2020 do transporte escolar para setembro de 2021

Responsáveis por vans e micro-ônibus utilizados para fazer transporte escolar em todo o território não precisarão desembolsar o valor do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) do exercício 2020. A novidade, anunciada no início da noite desta segunda-feira (13) pelo governador Rui Costa durante uma transmissão ao vivo em suas redes sociais, transfere o prazo final do pagamento da taxa para setembro de 2021 e foi motivada pela crise econômica gerada pela pandemia do novo coronavírus.

O governador, que assinou o decreto autorizando a medida um pouco antes de iniciar a live, lembrou que o Estado recebeu muitas solicitações de representantes do segmento para suspender a cobrança do imposto. “Essa medida só vale para veículos regularizados e cadastrados no Detran para este fim. Dessa forma, esses profissionais poderão honrar esse compromisso apenas no ano que vem, quando, com fé em Deus, já teremos uma vacina”, explicou.

Desta forma, o pagamento fica prorrogado para até 30 de setembro de 2021, em cota única ou em três parcelas com vencimento em 30 de julho de 2021, 31 de agosto de 2021 e 30 de setembro do mesmo ano. Além de automóveis ligados à condução coletiva de escolares, estão contemplados veículos que fazem serviço de transporte interno turístico, desde que atendam aos requisitos regulamentares e estejam autorizados pelo órgão competente, e, ainda, carros utilizados em aulas de direção veicular, pertencentes a autoescolas.

Coronavírus na Bahia

Após reuniões com prefeitos e prefeitas e a decisão de implementar medidas restritivas mais duras em cidades que apresentaram uma elevação súbita no número de novos casos do novo coronavírus, pelo governo estadual nos últimos dias, os números relacionados à disseminação do novo coronavírus já começaram a diminuir. O governador também falou sobre o assunto e destacou como boa notícia o fato de que 12 municípios baianos completaram, nesta segunda (13), 14 dias ou mais sem novos casos de Covid-19.

Repórter: Renata Preza

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. [Fale com a Ouvidoria.](#)



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença

[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil.](#)

[Versão mobile](#)

Veículo: Política Livre	
Data: 14.07.2020	Caderno: Economia



13 de julho de 2020 | 20:16

Estado adia pagamento de IPVA do transporte escolar para setembro de 2021

Responsáveis por vans e micro-ônibus utilizados para fazer transporte escolar em todo o território não precisarão desembolsar o valor do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) do exercício 2020. A novidade, anunciada no início da noite desta segunda-feira (13) pelo governador Rui Costa durante uma transmissão ao vivo em suas redes sociais, transfere o prazo final do pagamento da taxa para setembro de 2021 e foi motivada pela crise econômica gerada pela pandemia do novo coronavírus.

O governador, que assinou o decreto autorizando a medida um pouco antes de iniciar a live, lembrou que o Estado recebeu muitas solicitações de representantes do segmento para suspender a cobrança do imposto. “Essa medida só vale para veículos regularizados e cadastrados no Detran para este fim. Dessa forma, esses

profissionais poderão honrar esse compromisso apenas no ano que vem, quando, com fé em Deus, já teremos uma vacina”, explicou.

Desta forma, o pagamento fica prorrogado para até 30 de setembro de 2021, em cota única ou em três parcelas com vencimento em 30 de julho de 2021, 31 de agosto de 2021 e 30 de setembro do mesmo ano. Além de automóveis ligados à condução coletiva de escolares, estão contemplados veículos que fazem serviço de transporte interno turístico, desde que atendam aos requisitos regulamentares e estejam autorizados pelo órgão competente, e, ainda, carros utilizados em aulas de direção veicular, pertencentes a autoescolas.

Coronavírus na Bahia

Após reuniões com prefeitos e prefeitas e a decisão de implementar medidas restritivas mais duras em cidades que apresentaram uma elevação súbita no número de novos casos do novo coronavírus, pelo governo estadual nos últimos dias, os números relacionados à disseminação do novo coronavírus já começaram a diminuir. O governador também falou sobre o assunto e destacou como boa notícia o fato de que 12 municípios baianos completaram, nesta segunda (13), 14 dias ou mais sem novos casos de Covid-19.

Veículo: Bahia Econômica	Bahia
Data: 13/07/2020	



ESTADO ADIA PAGAMENTO DE IPVA 2020 DO TRANSPORTE ESCOLAR



admin 13 Julho, 2020

Responsáveis por vans e micro-ônibus utilizados para fazer transporte escolar em todo o território não precisarão desembolsar o valor do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) do exercício 2020. A novidade, anunciada no início da noite desta segunda-feira (13) pelo governador Rui Costa durante uma transmissão ao vivo em suas redes sociais, transfere o prazo final do pagamento da taxa para setembro de 2021 e foi motivada pela crise econômica gerada pela pandemia do novo coronavírus.

O governador, que assinou o decreto autorizando a medida um pouco antes de iniciar a live, lembrou que o Estado recebeu muitas solicitações de representantes do segmento para suspender a cobrança do imposto. “Essa medida só vale para veículos regularizados e cadastrados no Detran para este fim. Dessa forma, esses profissionais poderão honrar esse compromisso apenas no ano que vem, quando, com fé em Deus, já teremos uma vacina”, explicou.

Desta forma, o pagamento fica prorrogado para até 30 de setembro de 2021, em cota única ou em três parcelas com vencimento em 30 de julho de 2021, 31 de agosto de 2021 e 30 de setembro do mesmo ano. Além de automóveis ligados à condução coletiva de escolares, estão contemplados veículos que fazem serviço de transporte interno turístico, desde que atendam aos requisitos regulamentares e estejam autorizados pelo órgão competente, e, ainda, carros utilizados em aulas de direção veicular, pertencentes a autoescolas.

Foto: Marcelo Camargo

Veículo: Bahia Já	
Data: 13/07/2020	Coluna: Bahia



Jornalismo da igualdade

Tasso Franco - Diretor de Redação

Estado adia pagamento de IPVA 2020 do transporte escolar para 2021

O prazo final do pagamento da taxa será em setembro de 2021

Comunicação Governo da Bahia , Salvador | 13/07/2020 às 19:35

Responsáveis por vans e micro-ônibus utilizados para fazer transporte escolar em todo o território não precisarão desembolsar o valor do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) do exercício 2020. A novidade, anunciada no início da noite desta segunda-feira (13) pelo governador Rui Costa durante uma transmissão ao vivo em suas redes sociais, transfere o prazo final do pagamento da taxa para setembro de 2021 e foi motivada pela crise econômica gerada pela pandemia do novo coronavírus.

O governador, que assinou o decreto autorizando a medida um pouco antes de iniciar a live, lembrou que o Estado recebeu muitas solicitações de representantes do segmento para suspender a cobrança do imposto. “Essa medida só vale para veículos regularizados e cadastrados no Detran para este fim. Dessa forma, esses profissionais poderão honrar esse compromisso apenas no ano que vem, quando, com fé em Deus, já teremos uma vacina”, explicou.

Desta forma, o pagamento fica prorrogado para até 30 de setembro de 2021, em cota única ou em três parcelas com vencimento em 30 de julho de 2021, 31 de agosto de 2021 e 30 de setembro do mesmo ano. Além de automóveis ligados à condução coletiva de escolares, estão contemplados veículos que fazem serviço de transporte interno turístico, desde que atendam aos requisitos regulamentares e estejam autorizados pelo órgão competente, e, ainda, carros utilizados em aulas de direção veicular, pertencentes a autoescolas.

Coronavírus na Bahia

Após reuniões com prefeitos e prefeitas e a decisão de implementar medidas restritivas mais duras em cidades que apresentaram uma elevação súbita no número de novos casos do novo coronavírus, pelo governo estadual nos últimos dias, os números relacionados à disseminação do novo coronavírus já começaram a diminuir. O governador também falou sobre o assunto e destacou como boa notícia o fato de que 12 municípios baianos completaram, nesta segunda (13), 14 dias ou mais sem novos casos de Covid-19.

Veículo: Informe Baiano	Página: Online
Data: 13/07/2020	Caderno: --



Estado adia pagamento de IPVA 2020 do transporte escolar para setembro de 2021



13 de julho de 2020 - 19:12

Responsáveis por vans e micro-ônibus utilizados para fazer transporte escolar em todo o território não precisarão desembolsar o valor do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) do exercício 2020. A novidade, anunciada no início da noite desta segunda-feira (13) pelo [governador Rui Costa](#) durante uma transmissão ao vivo em suas [redes sociais](#), transfere o prazo final do pagamento da taxa para setembro de 2021 e foi motivada pela crise econômica gerada pela pandemia do novo coronavírus.

O [governador](#), que assinou o decreto autorizando a medida um pouco antes de iniciar a live, lembrou que o Estado recebeu muitas solicitações de representantes do segmento para suspender a cobrança do imposto. “Essa medida só vale para veículos regularizados e cadastrados no Detran para este fim. Dessa forma, esses profissionais poderão honrar esse compromisso apenas no ano que vem, quando, com fé em Deus, já teremos uma vacina”, explicou.

Desta forma, o pagamento fica prorrogado para até 30 de setembro de 2021, em cota única ou em três parcelas com vencimento em 30 de julho de 2021, 31 de agosto de 2021 e 30 de setembro do mesmo ano. Além de automóveis ligados à condução coletiva de escolares, estão contemplados veículos que fazem serviço de transporte interno turístico, desde que atendam aos requisitos regulamentares e estejam autorizados pelo órgão competente, e,

ainda, carros utilizados em aulas de direção veicular, pertencentes a autoescolas.

Coronavírus na Bahia

Após reuniões com prefeitos e prefeitas e a decisão de implementar medidas restritivas mais duras em cidades que apresentaram uma elevação súbita no número de novos casos do novo coronavírus, pelo governo estadual nos últimos dias, os números relacionados à disseminação do novo coronavírus já começaram a diminuir.

O [governador](#) também falou sobre o assunto e destacou como boa notícia o fato de que 12 municípios baianos completaram, nesta segunda (13), 14 dias ou mais sem novos casos de [Covid-19](#)

Veículo: Acorda Cidade	
Data: 13/07/2020	Caderno: Bahia



Publicado em 13/07/2020 20h26.

Estado adia pagamento de IPVA 2020 do transporte escolar para setembro de 2021

O Estado recebeu muitas solicitações de representantes do segmento para suspender a cobrança do imposto.

Mudar o tamanho da letra: [A+](#) [A-](#)
Acorda Cidade

Responsáveis por vans e micro-ônibus utilizados para fazer transporte escolar em todo o território não precisarão desembolsar o valor do **Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)** do exercício 2020. A novidade, anunciada no início da noite desta segunda-feira (13) pelo governador Rui Costa durante uma transmissão ao vivo em suas redes sociais, transfere o prazo final do pagamento da taxa para setembro de 2021 e foi motivada pela crise econômica gerada pela pandemia do novo coronavírus.

Desta forma, o pagamento fica prorrogado para até 30 de setembro de 2021, em cota única ou em três parcelas com vencimento em 30 de julho de 2021, 31 de agosto de 2021 e 30 de setembro do mesmo ano. Além de automóveis ligados à condução coletiva de escolares, estão contemplados veículos que fazem serviço de transporte interno turístico, desde que atendam aos requisitos regulamentares e estejam autorizados pelo órgão competente, e, ainda, carros utilizados em aulas de direção veicular, pertencentes a autoescolas.

O governador, que assinou o decreto autorizando a medida um pouco antes de iniciar a live, lembrou que o [Estado recebeu muitas solicitações de representantes do segmento para suspender a cobrança do imposto](#). “Essa medida só vale para veículos regularizados e cadastrados no Detran para este fim. Dessa forma, esses profissionais poderão honrar esse compromisso apenas no ano que vem, quando, com fé em Deus, já teremos uma vacina”, explicou.

Coronavírus na Bahia

Após reuniões com prefeitos e prefeitas e a decisão de implementar medidas restritivas mais duras em cidades que apresentaram uma elevação súbita no número de novos casos do novo coronavírus, pelo governo estadual nos últimos dias, os números relacionados à disseminação do novo coronavírus já começaram a diminuir. O governador também falou sobre o assunto e destacou como boa notícia o fato de que 12 municípios baianos completaram, nesta segunda (13), 14 dias ou mais sem novos casos de Covid-19.

Veículo: Calila Notícias	
Data: 13/07/2020	Caderno: --



Estado adia pagamento de IPVA 2020 do transporte escolar para setembro de 2021

A medida só vale para veículos regularizados e cadastrados no Detran para este fim

by [Redação CN](#)

[13 de julho de 2020](#)

Responsáveis por vans e micro-ônibus utilizados para fazer transporte escolar em todo o território não precisarão desembolsar o valor do **Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)** do exercício 2020. A novidade, anunciada no início da noite desta segunda-feira (13) pelo governador Rui Costa durante uma transmissão ao vivo em suas redes sociais, transfere o prazo final do pagamento da taxa para setembro de 2021 e foi motivada pela crise econômica gerada pela pandemia do novo coronavírus.

O governador, que assinou o decreto autorizando a medida um pouco antes de iniciar a live, lembrou que o Estado recebeu muitas solicitações de representantes do segmento para suspender a cobrança do imposto. “Essa medida só vale para veículos regularizados e cadastrados no Detran para este fim. Dessa forma, esses profissionais poderão honrar esse compromisso apenas no ano que vem, quando, com fé em Deus, já teremos uma vacina”, explicou.

Desta forma, o pagamento fica prorrogado para até 30 de setembro de 2021, em cota única ou em três parcelas com vencimento em 30 de julho de 2021, 31 de agosto de 2021 e 30 de setembro do mesmo ano. Além de automóveis ligados à condução coletiva de escolares, estão contemplados veículos que fazem serviço de transporte interno turístico, desde que atendam aos requisitos

regulamentares e estejam autorizados pelo órgão competente, e, ainda, carros utilizados em aulas de direção veicular, pertencentes a autoescolas.

Coronavírus na Bahia

Após reuniões com prefeitos e prefeitas e a decisão de implementar medidas restritivas mais duras em cidades que apresentaram uma elevação súbita no número de novos casos do novo coronavírus, pelo governo estadual nos últimos dias, os números relacionados à disseminação do novo coronavírus já começaram a diminuir. O governador também falou sobre o assunto e destacou como boa notícia o fato de que 12 municípios baianos completaram, nesta segunda (13), 14 dias ou mais sem novos casos de Covid-19.

Veículo: Rádio Band News FM	
Data: 14/07/2020	Programa: --
Assunto: Rui Costa prorroga pagamento do <u>IPVA</u> dos transportes escolares.	

Data: 14/07/2020

Hora: 06:24:39

Duração: 00:01:28

Emissora: RÁDIO BAND NEWS FM

Programa: NOTÍCIAS

Apresentador(a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Rui Costa prorroga pagamento do IPVA dos transportes escolares.

Veículo: Rádio A Tarde FM 103,9	
Data: 14/07/2020	Programa: --
Assunto: Rui Costa prorroga pagamento do <u>IPVA</u> dos transportes escolares.	

Data: 14/07/2020

Hora: 07:55:52

Duração: 00:00:38

Emissora: RÁDIO A TARDE FM 103,9

Programa: NOTÍCIAS

Apresentador(a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Rui Costa prorroga pagamento do IPVA dos transportes escolares.

Veículo: Rádio Globo FM 104,3	
Data: 14/07/2020	Programa: Notícias
Assunto: Rui Costa anuncia que <u>pagamento do IPVA de 2020</u> para veículos de transporte escolar, turismo e auto escola será prorrogado para 2021.	

Data: 14/07/2020

Hora: 06:06:02

Duração: 00:08:23

Emissora: RÁDIO GLOBO FM 104,3

Programa: NOTÍCIAS

Apresentador(a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Rui Costa anuncia que **pagamento do IPVA de 2020** para veículos de transporte escolar, turismo e auto escola será prorrogado para 2021.

Veículo: Rádio Bahia FM 88,7	
Data: 14/07/2020	Programa: Informe de Notícias
Assunto: Pagamento do <u>IPVA 2020</u> do transporte escolar é adiado.	

Data: 14/07/2020

Hora: 06:47:57

Duração: 00:01:39

Emissora: RÁDIO BAHIA FM 88,7

Programa: NOTÍCIAS

Apresentador(a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Pagamento do **IPVA 2020** do transporte escolar é adiado.

Veículo: Rádio Sociedade da Bahia AM 740 Salvador	
Data: 14/07/2020	Programa: Sociedade Urgente
Assunto: Governo do estado anunciou que está adiando o <u>pagamento do IPVA 2020</u> do transporte escolar para setembro de 2021.	

Data: 14/07/2020

Hora: 06:06:13

Duração: 00:01:39

Emissora: RÁDIO SOCIEDADE DA BAHIA AM 740

Programa: SOCIEDADE URGENTE

Apresentador(a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Governo do estado anunciou que está adiando o **pagamento do IPVA 2020** do transporte escolar para setembro de 2021.

Veículo: Rádio Barreiras AM 790	
Data: 14/07/2020	Programa: Notícias
Assunto: Governo da Bahia prorroga <u>pagamento do IPVA de 2020</u> para veículos de transporte escolar, turismo e auto escola.	

Data: 14/07/2020

Hora: 07:06:03

Duração: 00:00:21

Emissora: RÁDIO BARREIRAS AM 790

Programa: NOTÍCIAS

Apresentador(a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Governo da Bahia prorroga **pagamento do IPVA de 2020** para veículos de transporte escolar, turismo e auto escola.

Veículo: Rádio Baiana 89,3 FM	
Data: 14/07/2020	Programa: Fala Comigo
Assunto: Governador Rui Costa assina decreto que prorroga pagamento do <u>IPVA dos transportes escolares para setembro de 2021.</u>	

Data: 14/07/2020

Hora: 08:00:53

Duração: 00:00:38

Emissora: RÁDIO BAIANA 89,3 FM

Programa: FALA COMIGO

Apresentador(a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Governador Rui Costa assina decreto que prorroga pagamento do **IPVA dos transportes escolares para setembro de 2021.**

Veículo: Política Livre	
Data: 14.07.2020	Caderno: Economia



13 de julho de 2020 | 19:30

Manassés propõe prorrogação do pagamento do IPVA

O presidente da Instituição Manassés e ex-deputado estadual Manassés (Republicanos) propõe que o Governo do Estado, através da Secretaria Estadual da Fazenda, faça uma prorrogação dos prazos para pagamentos do IPVA.

“Com a dificuldade que as pessoas estão passando pra comer, pagar as contas, onde está a compreensão do Governo do Estado da Bahia com esta situação? Estamos num momento tão delicado da saúde pública e muita gente tem que sair com seus carros até mesmo para socorrer alguém, levar ao hospital e as pessoas tendo seus veículos apreendidos”, protestou.

Ele refere-se às blitzes realizadas pela Polícia Militar que conferem a regularidade do licenciamento dos veículos. Como o Governo do Estado também disponibiliza um aplicativo para este pagamento, Manassés argumenta que o contribuinte

deveria também ter a opção de pagar na hora, pelo App, ao invés de ter mais custos com guincho e diárias no pátio de Detran.

“Por uma situação de esquecimento, saí com um veículo com o IPVA atrasado para fazer compras par a Instituição Manassés e fui parado na blitz. Tentei pagar no aplicativo, mas o policial não concordou. Não estou defendendo causa própria. Faço o pagamento nesta segunda (13) e estará resolvida a situação. Mas, e as pessoas que estão sem condições nesta situação terrível da economia nesta pandemia? Precisamos de menos sanha de arrecadação do Governo do Estado da Bahia e mais empatia com o contribuinte”, questionou.

COVID-19 Anúncio depende da permanência, por pelo menos cinco dias, da taxa de ocupação em 75%

INÍCIO DA RETOMADA PODE SER ANUNCIADO NA PRÓXIMA SEMANA

ANDREZZA MOURA

Durante a entrega da Avenida Tamburugy – via que liga a Avenida Luís Viana Filho (Paralela) à orla de Patamares –, na manhã de ontem, o prefeito ACM Neto (DEM) revelou a expectativa de, na próxima semana, prevê o início da implementação das ações da primeira fase de retomada da economia na capital baiana. No entanto, a decisão depende da permanência da taxa de ocupação dos leitos de UTI, a marca tão esperada por algumas atividades econômicas”, anunciou.

“Importantes e boas notícias. Penso eu que, até segunda-feira que vem, podemos alcançar os 75% de taxa de ocupação dos leitos de UTI, a marca tão esperada por algumas atividades econômicas”, anunciou.

A segunda fase de retomada das atividades deve ser iniciada quando a taxa chegar em 70%. “A expectativa nossa é que, ainda esse mês de julho, as coisas avancem e a gente possa retomar as atividades econômicas com responsabilidade e segurança. Estamos hoje muito melhor do que estivemos lá atrás”, avaliou o gestor revelando que Salvador atingiu o pico da doença, com base “nas pressões nas UPAs e nos números de óbitos”.

O prefeito pontuou a taxa

de ocupação nas UTIs da capital. “A taxa é 80%, que é o que nós tivemos na semana passada, que é o que vem se mantendo em Salvador há mais de 30 dias. Claro que a gente sempre tem alertado para o cuidado que os prefeitos do interior precisam ter para que essa taxa de ocupação não continue muito alta em Salvador, em função da presença de pacientes do interior”, considerou.

Neto falou também sobre a retomada das medidas restritivas no bairro de Itapuã,

ontem, onde, segundo ele, houve aumento no número de novos casos. “Itapuã é o quarto bairro com maior número de casos”. Mais uma vez, a princípio, por mais sete dias, o comércio formal e informal não irá funcionar.

“A nossa expectativa é quando a gente vai embora, haja uma mudança de comportamento das pessoas, do comércio, dos ambulantes, dos feirantes. Das pessoas quando vão à farmácia, quando vão ao supermercado. Ai é muito fácil criticar a

Prefeitura, o prefeito por estarem tomando decisões que são necessárias. Veja, por exemplo, o caso de Tancredo Neves Beiru. Vocês acham que eu gostaria de manter as atividades econômicas, por cinco semanas seguidas, fechadas? Não!”, declarou o ACM Neto.

Inauguração

A Avenida Tamburugy fica entre o Shopping Paralela e à Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) é mais uma opção para quem sai da orla

em direção à Paralela. A via, que foi executada a partir de uma série de intervenções na região, por meio de uma contrapartida entre a Prefeitura e empresas da iniciativa privada foi orçada em quase R\$ 3 milhões.

A Transalvador foi a responsável pela construção da estrada que conta com duas pistas – sendo uma sentido orla e outra em direção à Paralela, cada uma com 10,5 metros de largura. Um estacionamento e uma ciclofaixa também integram a obra.



Shirley Stokar / Ag. A TARDE

Estrada conta com duas pistas e ciclofaixa

Toque de recolher atinge 62 cidades

MIRIAM HERMES

Para conter o avanço da Covid-19 em diversas regiões, começou a vigorar, ontem, o decreto 19.829 do governo do estado, publicado no último sábado, atingindo 62 municípios com o toque de recolher, dos quais, 18 já estavam com a medida em vigor por decretos municipais.

As cidades com um maior controle que vale até o dia 19 de julho, de acordo com o governador Rui Costa, são as que estão apresentando as maiores taxas de crescimento da doença no estado nas últimas semanas.

Uma delas é Santo Antônio de Jesus que, embora não tenha organizado nem permitido festejos juninos, a cidade teve os casos mais que dobrados no período.

Cidade polo comercial do Recôncavo, distante 200 km de Salvador, passou de 320 casos confirmados e sete óbitos no dia 24 de junho, para 765 casos confirmados da doença e 18 óbitos até ontem.

"Estamos com medidas restritivas como toque de recolher, desde maio, e a suspensão das atividades comerciais não essenciais desde o mês passado", afirmou a comerciante Flávia Medrado, destacando que, no entanto, "ainda não tem sido suficiente, já que os casos não pararam de crescer.



S. Antônio de Jesus teve os casos mais que duplicados

Chega a ser assustador", reclamou, pedindo mais compreensão por parte da população.

Medida vale até o dia 19 de julho em locais com maiores taxas de crescimento

O decreto estadual vale das 18h às 5h, com circulação permitida apenas para deslocamento ao trabalho ou emergências. Com situações diferentes em cada região, os 62 municípios foram divididos em três grupos.

Regras

Em 22 municípios, além do toque de recolher, também está proibida a abertura de casas comerciais não essenciais. Para 18 municípios, o decreto do estado ratifica as medidas já adotadas por iniciativa dos respectivos ges-

tores municipais.

O toque de recolher e o fechamento do comércio não essencial são medidas que se alinham à suspensão dos transportes intermunicipais, que atingiu 385 cidades na última segunda-feira.

Kit Covid

Depois da repercussão acerca da distribuição por parte do município de Itagi de um combo de medicamentos, com Ivermectina e Azitromicina, além de dipirona ou paracetamol, o prefeito, Olival Andrade, disponibilizou, ontem, um vídeo nas redes sociais da cidade para esclarecer os fatos.

De acordo com o prefeito, que também é médico, as medidas adotadas pela gestão municipal têm apresentado "excelentes resultados". Ele destacou que os medicamentos são distribuídos apenas para pacientes diagnosticados, que passaram por avaliação médica e estão fazendo tratamento em casa.

Andrade também destacou que, para os pacientes internados e com acompanhamento médico, o kit é acrescido de hidroxiquina. "Até o momento tivemos 13 casos, com 10 curados e três em tratamento, com resposta positiva e sem efeitos colaterais", concluiu.

Veículo: A Tarde	Caderno: Especial
Data: 14/07/2020	Página: A8

Itaú libera R\$ 3,7 bi do Pronampe

KELLY OLIVEIRA

Agência Brasil, Brasília

O Itaú Unibanco disponibilizou todo o recurso disponível para a linha de crédito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), criado para ajudar micro e pequenos negócios afetados pela pandemia do novo coronavírus.

Já a Caixa Econômica Federal anunciou a ampliação dos recursos para a linha de crédito. Segundo o Itaú Unibanco, em apenas meia hora de oferta, ontem, a instituição terminou de disponibilizar 100% do volume disponível para a linha. Ao todo, 37 mil micro e pequenas empresas clientes do banco privado receberam o total de R\$ 3,7 bilhões.

Até a última sexta-feira, o banco havia concedido 70% dos R\$ 3 bilhões então disponíveis para a linha.

“Finalizamos a concessão dos 30% restantes, que cor-

respondiam a R\$ 1 bilhão na primeira meia hora de operação nesta segunda-feira. Tivemos ainda um valor extra de R\$ 700 milhões, solicitado durante o final de semana ao Banco do Brasil, administrador da linha, também já totalmente concedido aos nossos clientes neste mesmo período”, afirmou o diretor executivo comercial do Banco de Varejo do Itaú Unibanco, Carlos Vanzo.

A Caixa Econômica Federal chegou ontem a R\$ 4,24 bilhões em créditos contra-

tados por meio do Pronampe. Com isso, o banco recebeu do Ministério da Economia um acréscimo de limite, que passa a ser de R\$ 5,9 bilhões.

Banco do Brasil

Além do Pronampe, a Caixa oferece várias linhas de crédito para micro e pequenas empresas (MPE), como o Fundo de Aval para as Micro e Pequenas Empresas (Fampe), linha disponibilizada em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para microempreendedores individuais e MPES.

Somando as duas linhas, a Caixa superou R\$ 6 bilhões para as MPES.

Na noite da última quinta-feira, o Banco do Brasil obteve autorização do Ministério da Economia para ampliar o orçamento do Pronampe em R\$ 1,24 bilhão. O limite que a instituição poderia emprestar passou pa-

ra R\$ 4,98 bilhões.

Poucas horas depois de ter o orçamento ampliado, o Banco do Brasil emprestou integralmente os R\$ 4,98 bilhões.

Programa Travessia

Segundo o Itaú, desde o início da pandemia, o banco tem trabalhado para auxiliar empresas em duas grandes frentes: com apoio emergencial via iniciativas do governo, e por meio do Programa Travessia.

Até o momento, mais de 1,2 milhão de salários já foram financiados em operações feitas pelo Itaú na linha de crédito emergencial que custeia folha de pagamento, em um volume de R\$ 1,6 bilhão.

Por meio do Programa Travessia, o banco tem proporcionado alongamentos de dívidas com prazos, carências e taxas diferenciados, além de ofertar mais de R\$ 5,2 bilhões em novas concessões de crédito.

A Caixa Econômica anunciou a ampliação dos recursos para a linha de crédito

Artigo Jorge Khoury

Acesso a crédito para superar a crise

A recente notícia de que Banco do Brasil e Caixa esgotaram todo o valor destinado a financiamentos pelo Pronampe reforça a urgência do momento. Ao todo as duas instituições emprestaram R\$ 6,9 bilhões, recursos adquiridos por donos de pequenos negócios na tentativa de ganhar um fôlego em meio à crise gerada pela pandemia do novo coronavírus.

Outras iniciativas têm buscado dar respostas a essa demanda, a exemplo do Fampe, fundo garantidor do Sebrae, que, em parceria com a Caixa, já liberou cerca de R\$ 2 bilhões em financiamentos. O BNB também tem operado de forma expressiva com o segmento de micro e pequenas empresas por meio do FNE (Fundo Constitucional do Nordeste) e já liberou mais de R\$ 420 milhões só na Bahia.

No entanto, sabemos que os pequenos sempre tiveram dificuldade para acessar crédito. Isso não mudou, nem mesmo no cenário atual. O Sebrae tem realizado pesquisas para avaliar o impacto da crise junto a essas empresas e, quando o assunto é crédito, observamos que o entrave

permanece.

Desde o início da pandemia, o crédito é apontado como alternativa pelos empresários para manterem as portas abertas. Na última pesquisa, porém, 64% dos entrevistados afirmaram que não buscaram financiamento. Entre os que buscaram, 57,6% receberam respostas negativas, 27,4% afirmaram estar aguardando retorno e apenas 17,6% receberam respostas positivas.

Importante que essa necessidade esteja alinhada a um planejamento e o Sebrae é um aliado nesse processo

Somado às dificuldades usuais, há o fator desconhecimento: nosso levantamento apontou que mais de 70% desconhecem as políticas de apoio. Apesar disso, sabemos

que as dificuldades estão nas restrições de oferta e acesso. Se por um lado Banco do Brasil e Caixa esgotaram recursos destinados ao Pronampe, os bancos privados ainda não realizaram nenhuma operação pelo programa.

O Pronampe permite que os bancos utilizem seus próprios recursos para realizar os empréstimos com a garantia do FGO (Fundo Garantidor de Operações), ou seja, caso o empresário fique inadim-

plente, o governo cobrirá até 85% das perdas totais das instituições. A velocidade nas aprovações mostra que o programa deu certo, mas é preciso uma injeção de recursos para alavancar mais operações, diante da demanda reprimida.

Garantias exigidas por bancos sempre foram empecilhos para donos de pequenos negócios, o que torna o Pronampe uma iniciativa importante nesse sentido. Outro atrativo são as condições: a taxa de juros anual é igual a Selic (atualmente, em 2,25% ao ano) mais 1,25% ao ano, com prazo para pagamento de até 36 meses.

Importante que essa necessidade esteja alinhada a um planejamento e o Sebrae é um aliado nesse processo, afinal, no momento, o acesso a crédito é um fator decisivo para que muitos pequenos negócios sobrevivam. Por isso, é preciso garantir mecanismos que auxiliem os empresários a passarem pela crise para que, em breve retomem o caminho do crescimento.

JORGE KHOURY, SUPERINTENDENTE DO SEBRAE BAHIA

TRF VAI ANALISAR EMBARGO DE NOVOS LEITOS EM HOSPITAL

SALVADOR Nos próximos dias, o desembargador federal Jirair Aram Merguerian, da 6ª turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) vai analisar a reconsideração dos pedidos da prefeitura de Salvador e do Hospital Salvador em relação ao embargo dos leitos de covid-19 feito pela Universidade Federal da Bahia (Ufba). O impasse entre prefeitura, governo da Bahia e a universidade acontece desde a última semana, quando a Justiça embargou a abertura de leitos no Hospital Salvador, que abriga pacientes da Maternidade Climério de Oliveira, em obras desde 2017.

Mercado prevê queda de 6,1% no PIB do país este ano

BOLETIM FOCUS A previsão do mercado financeiro para a queda da economia brasileira este ano foi ajustada de 6,50% para 6,10%. A estimativa de recuo do Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - está no boletim Focus, publicação divulgada todas as semanas pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para o próximo ano, a expectativa é de crescimento de 3,50%, a mesma previsão há sete semanas consecutivas. Em 2022 e 2023, o mercado financeiro continua a projetar expansão de 2,50% do PIB.

As instituições financeiras consultadas pelo BC aumentaram a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(IPCA) de 1,63% para 1,72%, neste ano. Para 2021, a estimativa de inflação permanece em 3%, há quatro semanas consecutivas. A previsão para 2022 também não teve alteração: 3,50%. Para 2023, a estimativa passou de 3,42% para 3,25%.

A projeção para 2020 está abaixo do piso da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 4% em 2020, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 2,5% e o superior, 5,5%.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, estabelecida atualmente em 2,25% ao ano. Para o mercado financeiro do país, a expectativa é que a Taxa Selic encerre 2020 em 2% ao ano.

1,72%

é a projeção das instituições financeiras para a inflação oficial deste ano. Para 2021, a projeção é de 3%

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Conflito Gilmar e Forças Armadas

O Ministério da Defesa não encontrará vontade de brigar no gabinete do ministro Gilmar Mendes. Por isso, se o procurador-geral da República, Augusto Aras, fizer a representação contra o ministro, ele simplesmente prestará as explicações pedidas. Dirá que não quis imputar crime ao Exército, mas apontar um problema que, na visão dele, está acontecendo. Para os militares, a declaração do ministro Gilmar Mendes pesou demais porque ele disse que o Exército estaria se associando "a esse genocídio".

As Forças Armadas estão convencidas de que eles estão fazendo o máximo que podem para combater a pandemia, com 34 mil efetivos dedicados às diferentes frentes de trabalho. Elas se sentem injustiçadas, e por isso a nota contra o ministro Gilmar Mendes foi assinada não apenas pelo ministro da Defesa, mas pelos comandantes do Exército, da Marinha e Aeronáutica.

Na live da revista Isto É, da qual participou o ministro Gilmar Mendes, todos os painelistas criticaram bastante a omissão do Ministério da Saúde nesta pandemia que já deixou um rastro de 72 mil mortos. A crítica foi exatamente à anulação de quadros técnicos do Ministério. O

general Eduardo Pazuello é da ativa e existem outros 28 militares na Saúde. Um deles, o secretário-executivo, é coronel da reserva, Antônio Elcio Franco, e protagonizou a cena lamentável da humilhação de um garçom.

Quando os militares ocupam postos-chaves no governo, e vão até a manifestações, que além de faixas antidemocráticas tiveram também a mensagem anti-isolamento social, eles estão colocando em risco sua imagem. O próprio ministro Pazuello compareceu a um desses atos. No Ministério da Saúde, no meio de uma crise, ele tem avalizado as decisões do presidente da República. Isso tudo afeta a imagem dos militares. Mas a visão dos militares é a do vice-presidente Hamilton Mourão, de que o ministro teria ultrapassado o limite.

O evento já estava quase no final quando o jornalista Germa-

O general Pazuello aceitou um papel ingrato. Ele assumiu, mas é interino

no Oliveira passou a palavra ao ministro Gilmar Mendes. Ele disse que o "apagão do Ministério da Saúde" era grave. Disse que o Supremo fez o que lhe competia. Lembrou que o ministro Alexandre de Moraes permitiu a atuação do governo, "ao admitir a suspensão dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, dando segurança para ações governamentais". Lembrou mais uma vez a natureza do voto do STF sobre a responsabilidade pelo

combate à pandemia: ela é compartilhada pela União, estados e municípios. Bolsonaro tem insistido que toda a responsabilidade foi dada pelo STF aos estados e municípios:

"Queria encerrar dizendo que somos uma das maiores nações do mundo. Vejo aqui em Portugal toda hora notas ruins em relação ao Brasil, ao nosso processo civilizatório. É altamente constrangedor. As pessoas perguntam: o que aconteceu com o Brasil? O país que sempre nos trouxe lições de soft power e de civilização. Há um direito muito discutido, que é o direito à boa governança, não podemos mais tolerar essa situação que se passa no Ministério da Saúde. Pode ter estratégia e tática em relação a isso, mas não é aceitável que se tenha esse vazio no Ministério da Saúde. Pode-se dizer que a estratégia é tirar o

protagonismo do governo federal e atribuir a responsabilidade aos estados e municípios. Se for essa a intenção, é preciso fazer alguma coisa, é ruim, é péssimo. Para a imagem das Forças Armadas, é preciso deixar de maneira muito clara, o Exército está se associando a esse genocídio, não é razoável para o Brasil".

A um interlocutor com quem o ministro conversou ontem, ele disse ser "insuspeito de ser anti-militarista", mas está convencido que as "Forças Armadas estão assumindo uma responsabilidade que não deveriam". Ao ir além da nota, e pedir a ação da Procuradoria-Geral da República, os militares mostram que querem uma retratação.

O general Pazuello aceitou um papel ingrato. Ele assumiu, mas é interino. A interinidade dá a impressão de vazio no comando. Sua presença e a de todos os outros oficiais militarizaram o órgão. O Ministério passou a seguir as recomendações do presidente em relação à pandemia. O que Bolsonaro buscava era um ministro que o seguisse cegamente. Nenhuma instituição deveria pôr a sua reputação a serviço dessa política de Bolsonaro para a saúde, pelo simples motivo de que ela está errada.

Caixa amplia limite de crédito para microempresas

PRONAMPE A Caixa Econômica Federal anunciou ontem que recebeu do Ministério da Economia um novo acréscimo de limite de crédito para concessão de empréstimos pelo Programa de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). Com o novo limite, o potencial de empréstimo da Caixa passa para R\$ 5,9 bilhões. O banco atingiu ontem a marca de R\$ 4,24 bilhões em crédito para micro e pequenas empresas por meio da linha, criada para apoiar pequenos empreendedores durante a pandemia do novo coronavírus.

O Pronampe dá 100% de garantia às instituições financeiras por meio do Fundo Garantidor de Operações (FGO), com recursos

4,2
bilhões de reais é o total já liberado pela Caixa para as micro e pequenas empresas afetadas pela crise

do Tesouro, e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). "Além do Pronampe, a Caixa oferece várias linhas de créditos para micro e pequenas empresas (MPE), como o Fundo de Aval para as Micro e Pequenas Empresas (Fampe), linha disponibilizada em parceria com o Sebrae para microempreendedores Individuais e MPES", diz o banco em nota. "Somando apenas as duas linhas, a Caixa superou R\$ 6 bilhões em fomento às MPES durante o período de pandemia do Covid-19."

Esse foi o segundo acréscimo da cota inicial reservada à Caixa. O primeiro, de R\$ 3,18 bilhões, foi batido no último dia 9. Além da Caixa, o Banco do Brasil (BB) também atingiu a cota inicialmente reservada na última quarta-feira (8).

Segundo o Itaú Unibanco,

em apenas meia hora de oferta ontem, a instituição terminou de disponibilizar 100% do volume disponível para a linha. Ao todo, 37 mil micro e pequenas empresas clientes do banco privado receberam o total de R\$ 3,7 bilhões. Até a última sexta-feira (10), o banco havia concedido 70% dos R\$ 3 bilhões então disponíveis para a linha.

"Finalizamos a concessão dos 30% restantes, que correspondiam a R\$ 1 bilhão na primeira meia hora de operação nesta segunda-feira. Tivemos ainda um valor extra de R\$ 700 milhões, solicitado durante o final de semana ao Banco do Brasil, administrador da linha, também já totalmente concedido aos nossos clientes neste mesmo período", afirmou o diretor executivo comercial do Banco de Varejo do Itaú Unibanco, Carlos Vanzo.

INDÚSTRIA DE ESQUADRIAS AMPLIA UNIDADE NA BAHIA

CACULÉ O município de Caculé, 630 km distante de Salvador, vai receber investimentos privados de R\$ 3 milhões da Esquadromil Indústria de Esquadrias, que está ampliando sua unidade e vai gerar 50 novos empregos, além de manter os 37 existentes. O protocolo de intenções foi assinado ontem com o Governo do Estado. Com a ampliação, a unidade industrial terá um incremento na capacidade instalada de produção de 70 toneladas/mês, alcançando a marca de 100 toneladas/mês.

CAFÉ

3,6%

foi a queda da exportação total de café do Brasil (verde e industrializado) na safra 2019/20 em relação ao período anterior. Ao todo, o país comercializou 39,9 milhões de sacas de 60 kg. Apesar do recuo, o resultado representa o segundo maior volume embarcado em uma safra

Oi lança serviços por fibra ótica em mais três cidades baianas

TECNOLOGIA A Oi lança este mês, em mais três cidades da Bahia, a Oi Fibra, seus serviços de internet, TV (IPTV) e telefonia fixa (VOIP) por fibra ótica até a casa do cliente (FTTH - Fiber To The Home). Agora é a vez de Teixeira de Freitas, Eunápolis e Jacobina, que passam a contar com os serviços que já estão

disponíveis em Salvador, Barreiras, Juazeiro, Feira, Jequié, Lauro de Freitas, Itabuna e Vitória da Conquista.

A Oi Fibra foi lançada no final de 2018 pela companhia e atualmente está disponível em 126 cidades, em todas as regiões do país. O serviço já atende mais de 1 milhão de clientes. "A principal estratégia

de negócios da companhia é seguir com a expansão da fibra ótica pelo país, oferecendo a melhor experiência no uso da Internet aos nossos clientes, que querem cada vez mais jogar online e consumir entretenimento", diz Eneias Bezerra, diretor de Varejo e Empresarial da Região Nordeste.



THIAGO CALDAS/ARQUIVO CORREIO

Com pandemia, os hóspedes sumiram e o setor hoteleiro, de todo o país, amarga grave crise

Programa do Senac ajuda setor hoteleiro

Entidade lança ação para auxiliar hotéis nos protocolos para retomada das atividades

Geraldo Bastos

REPORTAGEM
geraldo.bastos@redebahia.com.br

Fechamento de hotéis, demissões, corte de investimentos e a menor taxa de ocupação de sua história. Estes são apenas alguns dos estragos provocados pela pandemia do novo coronavírus na hotelaria da Bahia nos últimos meses. Para ajudar o setor - um dos "braços" mais importantes do turismo - a superar esta fase bem difícil, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) lançou, ontem, um programa de apoio e capacitação sobre os protocolos de segurança e higienização, visando a reabertura segura dos empreendimentos. Detalhe: boa parte do material e serviços está disponível, sem qualquer custo, para os empresários.

Uma das iniciativas mais importantes do programa foi a produção de oito vídeos, de até sete minutos. O material está disponível para o setor nas plataformas do YouTube de todos os Senac dos estados do Nordeste e do Espírito Santo. Em outra frente, o Senac - de cada estado - irá prestar auxílio às empresas por meio de seus respectivos Programas de Atendimento Corporativo.

Na Bahia, por exemplo, os

hotéis terão acesso a monitorias através do "Programa Senac Empresas Digital", que oferece atendimento remoto. A iniciativa investe na disseminação de informações (e-books e lives) e no desenvolvimento de soluções gratuitas, prestando auxílio aos estabelecimentos comerciais em meio à atual crise. As orientações serão repassadas em sete encontros, totalizando uma carga horária de 22 horas. O projeto do Senac contempla ainda a realização de cursos e oficinas.

"Cada empresa mentorada poderá implementar facilmente os protocolos", disse a diretora regional do Senac Bahia, Marina Almeida. Para auxiliar o setor de hospitalidade neste novo momento, o Senac capacitou 70 docentes desses estados. "O setor de hospitalidade vem enfrentando um dos maiores desafios da história recente, com uma queda drástica de receitas e, em muitos casos, insolvências. Além de estarem impactados pela paralisação das atividades econômicas, essas empresas terão que realizar diversos investimentos, adequações nos ambientes e aquisições de novos equipamentos, EPIs e produtos para atenderem às novas regulamentações sanitárias", acrescentou Marina.

CONTEÚDO

O projeto do Senac contou com as consultorias de Marcelo Boeger, professor, gestor em hotelaria e especialista em higiene hospitalar, e de Maria José Dantas, presidente da Associação Brasileira de Governança Hoteleira (ABG). O material contempla diversos tipos e tamanhos de empreendimentos hoteleiros e considerou as premissas básicas para garantir uma retomada segura da atividade, com foco na prevenção em saúde e a não transmissão do novo coronavírus.

Tantos os vídeos como a mentoria abordam premissas como o distanciamento social, higiene pessoal, sanitização de ambientes, limpeza de quarto ocupado, coleta de resíduos sólidos, retirada de enxoval e processamento de roupas. Outros vídeos trazem orientações para áreas de alimentos e bebidas (uso de buffet em restaurantes, room service, coffee break, refeitório de colaboradores); lazer (academias, saunas, spas, salão de jogos, piscinas, jacuzzis, esportes de contato, brinquedotecas); eventos (salas de eventos, casamentos, eventos corporativos, sociais e treinamentos empresariais); comunicação assertiva para os colaboradores, prestadores e clientes; e monitoramento das ativida-

CRISE NO SETOR

19,06%

foi taxa média de ocupação dos hotéis de Salvador no mês de junho, segundo levantamento da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis da Bahia (ABIH-BA). No mês anterior, a taxa de ocupação foi ainda mais baixa: 15,46%

R\$ 202,4

foi o valor da diária média em junho, abaixo da registrada em maio - R\$ 210,88, segundo a ABIH

73%

foi a queda das atividades ligadas ao turismo na Bahia em maio deste ano na comparação com igual mês o ano passado. Frente a abril deste ano, houve uma ligeira alta de 0,4%, ainda assim, é o 3º pior resultado entre os 12 estados pesquisados pelo IBGE

des, check list e garantias para cumprimento dos protocolos.

"Em muitos municípios, o discurso 'de fique em casa', começa a ser mudado agora para 'pode vir que é seguro'. Por isso que os protocolos que constam nos vídeos não devem ser negligenciados", afirmou Marcelo Boeger. Segundo ele, os vídeos têm como objetivo servir de base para a capacitação das equipes e gestores, além de orientar os empresários em que direção caminhar. A implementação dos protocolos, acrescenta ele, não necessita de investimentos robustos.

"A maior parte desses investimentos é na criação de hábitos e na inclusão de protocolos até então inexistentes no mercado hoteleiro e conhecidos há tempos pelo mercado hospitalar. Nossa intenção é apoiar a hotelaria independente de seu porte, criar uma cultura de prevenção, para que todos falem uma mesma língua dentro da empresa, e estejam seguros em suas tarefas", afirmou

Boeger salientou ainda que por trás de toda a retomada segura da atividade está a sobrevivência de empresas, empregos e de destinos turísticos importantes. "Claro que tem que atender os anseios do empresário, claro que nosso objetivo é uma retomada segura, mas por trás disso tem a sobrevivência humana. Por trás desse trabalho há uma preocupação humanitária", assinalou.

Simone Scorsato, diretora da BLTA e coordenadora do Movimento Hospitalidade Segura, destacou, durante o evento, que desde o início da pandemia as entidades hoteleiras se reuniram para trabalhar de forma coordenada e garantir a sobrevivência. "A partir disso, discutimos a implementação dos protocolos de segurança na área", afirmou. "É muito difícil termos uma resposta global devido ao tamanho do Brasil, mas sobretudo, é muito importante essa ação do Senac, disseminar esses conteúdos, por meio dos vídeos. Eu reforço a responsabilidade de todos na conduta dos destinos para que tenhamos uma retomada segura", enfatiza Simone.

Já a diretora de educação profissional do Senac Nacional, Anna Beatriz Waehneidt, afirmou que trabalho do Senac representa o início de um viés de uma virada para a retomada. "O mais importante é garantir a segurança sanitária dos clientes e dos colaboradores e somente por meio dessa percepção é que a retomada poderá acontecer gradualmente", pontuou.

Tribuna

Inauguração

O governo do estado vai inaugurar amanhã o anexo 2 do Hospital Geral Clériston Andrade, em Feira de Santana. O evento de inauguração terá a participação do governador da Bahia Rui Costa (PT), além de alguns poucos convidados e imprensa para evitar aglomerações, por causa da pandemia de coronavírus.



Rui Costa

Intervenções

Mais um conjunto de intervenções foi entregue pelo Governo do Estado para a população do Subúrbio Ferroviário, em Salvador, ontem. O governador Rui Costa esteve na região pela manhã para uma última vistoria. "Temos feito um investimento alto em várias obras aqui nessa região, em diversas áreas. São intervenções de urbanização, como esta entregue hoje, além da obra do VLT, da maternidade Batista Caribé, da Policlínica, que já está em fase final, e seguimos batalhado por esta região de Salvador, que por muitas décadas foi esquecida", destacou o governador.

Sem prorrogação

O governador Rui Costa (PT) não garantiu, ao responder a uma seguidora no Instagram ontem, o pagamento da terceira parcela do vale alimentação de R\$ 55 aos 800 mil alunos da rede estadual de ensino. O chefe do Executivo baiano declarou que o Governo do Estado está fazendo investimentos nas escolas "para planejar a volta às aulas posteriormente". "Infelizmente não estava nos nossos planos, mas o gráfico que exemplifica os casos ativos voltou a subir, acredito que em função do São João e fluxo de pessoas que viajaram para o interior", disse Rui, que tem buscado evitar distribuir recursos e cestas básicas neste período de pandemia, como a Prefeitura de Salvador tem feito.

Tribuna

VICE-GOVERNADOR

Leão revela que contrato da Ponte Salvador-Itaparica será prorrogado



HENRIQUE BRINCO

A assinatura do contrato da Ponte Salvador-Itaparica será prorrogada por mais 90 dias em função da pandemia do novo coronavírus. A informação foi confirmada à **Tribuna** pelo vice-governador João Leão (PP). O prazo para que os chineses firmem parceria com o Governo da Bahia termina no próximo dia 25 de julho.

Fica faltando apenas o aval da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e do Tribunal de Contas do Estado (TCE) para a transação. "Isso aí não tem

JOÃO LEÃO afirmou que o contrato será prorrogado por mais 90 dias

problema nenhum. Isso é automático", diz o vice. Em função da falta de voos da China para o Brasil, a diretoria da empresa tem dificuldades para firmar o acordo. "Eles não podem assinar o contrato, nem para ele virem pela Europa e nem pelos emirados". Leão também nega que haja um pedido formal dos chineses para que o governo baiano antecipe o investimento público de R\$ 1,5 bilhão previsto em contrato. "Os chineses querem que a Bahia cumpra a licitação. Temos nos quatro anos da construção da ponte".

Pelo prazo atual, a obra deve atrasar pelo menos por mais seis meses. O vice, no entanto, afirma que os trabalhos estão sendo tocados mesmo sem a assinatura do contrato. "Eles (os chineses) estão

trabalhando aqui. Tem 18 pessoas, mas não tem nenhuma pessoa da diretoria da empresa para assinar o contrato. (...) Essas pessoas estão envolvidas na elaboração do projeto. O negócio está funcionando", ressalta.

O pepista ressalta que a relevância para a construção da ponte cresceu após a pandemia. "Essa ponte, para você ter uma ideia, dobra a receita do estado da Bahia durante o período de implantação. A Bahia arrecada R\$ 44 bilhões. Após a ponte, iria para os R\$ 100 bilhões nos 10 primeiros anos".

NOVAS USINAS

Leão também é um entusiasta do projeto de implantação de 10 usinas de álcool e açúcar Bahia. Cada usina corresponderá a 1% da receita, desde

que tenha capacidade para 2,5 milhões de grãos. O custo de cada unidade deverá girar em torno de R\$400 milhões.

"Implantamos a primeira, no município de Muquém de São Francisco.

Estamos concluindo o projeto no município de Barra. E discutindo quatro", revelou. Serão construídas unidades em Xique-Xique e em Itrecê, a última em parceria com a Codevasf. "Quero fazer com o governo federal o que Neto está fazendo. (...) O governador Rui Costa e eu não temos nenhum problema com o governo federal na parceria de desenvolvimento de empresa. (...) Já sentamos com o Banco do Nordeste. Já levamos na região, na Caixa Econômica Federal e está todo mundo está querendo fazer o financiamento".

Tribuna

Tributação de grandes fortunas entra na pauta

ALESSANDRA AZEVEDO,
ESTADO DE MINAS

A contribuição de quem mais tem dinheiro e bens disponíveis é uma das opções estudadas no Congresso para reduzir o déficit bilionário que, inevitavelmente, resultará da pandemia. A resistência, no entanto, é grande. Até agora, nenhuma proposta com foco nos mais ricos conseguiu chegar ao plenário.

Em nenhum outro momento, desde 1988, a taxa-ção de milionários foi tema de tantas propostas no Congresso, apesar de o imposto sobre grandes fortunas estar previsto na Constituição desde que ela foi promulgada. Em 2020, deputados e senadores apresentaram, pelo menos, 10 projetos para cobrir a lacuna. Somados aos que tratam de empréstimos compulsórios de empresas bilionárias, são mais de 15. Mas, até agora, nenhum foi pautado no plenário da Câmara ou no do Senado.

Sem margem para corte de despesas e orçamento praticamente todo comprometido com gastos obrigatórios, a taxa-ção de grandes fortunas passou a ser demanda de partidos dos mais diferentes espectros. A pauta não é mais exclusividade de legen-



AÇÃO

É uma das opções estudadas no Congresso para reduzir o déficit bilionário

das da esquerda, como PSol e PT. Conta, agora, com defensores de siglas que costumam estar do outro lado da arena em assuntos econômicos, como PSL e PSDB.

COBRANÇA TEMPORÁRIA

A resistência de banqueiros e grandes empresários é forte, assim como a influência deles no Congresso, dizem parlamentares envolvidos na discussão. "O lobby do sistema financeiro é imenso", critica o senador Major Olímpio (PSL-SP), relator de uma das propostas em estágio mais avançado no Senado, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 183/2019.

De autoria do senador Plínio Valério (PSDB-AM), o texto prevê taxa-ção de quem tem patrimônio acima de R\$ 28,5 milhões, com alíquotas progressivas, de 0,5% a 1%.

Para facilitar a aprovação, Olímpio estabeleceu, no parecer, que a cobrança seria temporária, em vez de permanente. Duraria dois anos, para cobrir gastos decorrentes da pandemia. Os recursos iriam para saúde, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e combate à erradicação da pobreza. Mesmo com prazo e destinação definidos, a proposta empacou no Senado. "Não houve entusiasmo da maioria dos

líderes sequer para discutir", lamenta o relator.

Além do lobby dos milionários, Olímpio, ex-aliado do presidente Jair Bolsonaro, conta que sofreu ataques de grupos bolsonaristas. "Já me chamaram até de socialista disfarçado. Todos os absurdos possíveis, seguindo o pensamento do Planalto, para tentar justificar o lobby daqueles que têm condições de contribuir, mas não querem", aponta. O resultado, segundo ele, é de que quem é a favor da proposta fica com medo de se posicionar, enquanto os contrários "se escoram nas reações das redes sociais".

Tribuna

BAHIA

Diminui nível de pessimismo entre empresários

O Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (ICEB), índice que avalia as expectativas do setor produtivo do estado, calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), apresentou, em junho, um quadro de maior confiança comparativamente ao observado no mês anterior. Com este avanço, primeiro após quatro retrocessos mensais consecutivos, o pessimismo diminuiu no meio empresarial baiano.

Numa escala que pode

variar de -1.000 a 1.000 pontos, o ICEB marcou -451 pontos, uma alta de 113 pontos em relação ao registrado em maio (-564 pontos). No entanto, num comparativo com o registrado um ano antes (-94 pontos), ocorreu uma piora de 357 pontos. No ano, a confiança acumula uma queda de 520 pontos.

O ICEB, assim, revelou-se negativo pela quarta vez consecutiva. Entretanto, com o progresso mensal mais recente, a confiança do empresariado local se deslocou da zona de Grande

Pessimismo para a de Pessimismo em junho.

A melhora no nível de confiança de maio a junho evidenciou o avanço nos indicadores de todas as quatro atividades.

Em um ano, por outro lado, todas apresentaram recuo. Ao fim, em junho, a Agropecuária marcou -131 pontos; a Indústria, -371 pontos; os Serviços, -536 pontos; e o Comércio, -444 pontos. O pessimismo, portanto, continuou prevalecendo em todos os setores no mês, com o segmento de

Serviços exibindo o maior nível e o setor agropecuário, o menor.

Do conjunto de itens avaliados, PIB estadual, PIB nacional e situação financeira apresentaram os indicadores de confiança em pior situação no mês. Em contrapartida, juros, inflação e exportação foram aqueles com as melhores expectativas do empresariado baiano.

O boletim completo com as análises referentes ao mês de junho pode ser acessado diretamente do site da SEI clicando aqui.

Tribuna

OCDE vê mais de 16 milhões de latino-americanos na pobreza

O secretário-geral da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), José Ángel Gurría, afirmou ontem que a crise causada pela covid-19 mostrou que os mecanismos de proteção social são insuficientes e que "saúde e economia não se contrapõem".

"É um falso dilema", disse Gurría em Cúpula Ministerial Virtual da OCDE sobre Inclusão Social para a América Latina e o Caribe, que visa debater os impactos da pandemia na região. "É preciso um pacto entre Estado, mercado e sociedade até para avançar, por exemplo, em um sistema de proteção social que cubra todos os trabalhadores e mais vulneráveis", destacou.

Segundo ele, poderá haver neste ano um acréscimo de 18 milhões de latino-americanos vivendo na pobreza e de 16 milhões na pobreza extrema. Gurría frisou ainda que um a cada cinco jovens na região da América Latina e Caribe está desempregado, três vezes

mais que o dos adultos.

Gurría ressaltou que a pandemia leva os países à uma nova discussão sobre a discussão por informalidade e inclusão social na região. Para o secretário-geral da OCDE, antes mesmo da crise, os países latino-americanos já sofriam com desemprego, informalidade e com o aumento da pobreza extrema, o que só piorou com o distanciamento social.

"Isso piorou com medidas de distanciamento, tensões comerciais e interrupção de cadeias de valor", avalia Gurría. "O espaço fiscal é limitado para atuação na região. Nesse complexo panorama, a crise está afetando lugares mais pobres", contou.

Para o secretário-geral, os mais vulneráveis são os trabalhadores informais, e o alto nível de informalidade também limita a contenção do vírus. "Covid-19 pode afetar outros grupos mais vulneráveis, como mulheres e índios", contou.

Preços dos petróleo caem com disparada de casos de Covid-19

REUTERS

Os preços do petróleo recuaram cerca de 1% ontem, diante de um recorde diário na contagem de novos casos de coronavírus no mundo, o que amplia os temores de novos lockdowns, e das crescentes tensões dos Estados Unidos e da Europa com a China.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) reportou mais de 230 mil novos casos de coronavírus no domingo (12), um recorde diário. O Hemisfério Ocidental é responsável por grande parte do avanço, especialmente EUA e América Latina.

Nos EUA, as infecções dispararam no final de semana, com a Flórida reportando mais de 15 mil casos em 24 horas, recorde para qualquer estado do país. Diversos estados norte-americanos revert-

eram a flexibilização das medidas de isolamento e passaram a obrigar o uso de máscaras.

Os contratos futuros do petróleo Brent fecharam em queda de 0,52 dólar, ou 1,2%, a US\$ 42,72 por barril, enquanto o petróleo dos EUA recuou 0,45 dólar, ou 1,1%, para US\$ 40,10 o barril.

O mercado também foi pressionado pelas crescentes disputas dos EUA e da Europa com a China. A União Europeia anunciou que está preparando medidas retaliatórias em resposta à nova lei de segurança nacional imposta por Pequim a Hong Kong.

Enquanto isso, a China anunciou sanções contra os EUA nesta segunda-feira, depois de autoridades de Washington penalizarem autoridades seniores do país asiático pelo tratamento a muçulmanos uigures.

Tribuna

DECISÃO

Diretor do Banco Central descarta antecipação do lançamento do PIX

ROSANA HESSEL, CORREIO BRASILENSE

O diretor de Organização do Sistema Financeiro e Resolução do Banco Central, João Manoel Pinho de Mello, descartou a qualquer antecipação do lançamento do PIX, plataforma de pagamentos instantâneos coordenada pela autoridade monetária que deve iniciar as operações em novembro. Segundo ele, o cronograma está mantido.

"No dia 16 de novembro o PIX será lançado para valer, e para várias funcionalidades", afirmou Pinho de Mello, ontem, durante videoconferência realizada pelo jornal Valor Econômico. Segundo o técnico, haverá uma abertura suave antes, "em um ambiente mais controlado", para ver "se está tudo funcionando".

Dados do BC revelam que existem 982 em processo de adesão à plataforma. O diretor contou que essa ferramenta em construção que está sendo coordenada pelo BC vai funcionar como uma espécie de "mercado" onde pessoas e empresas poderão vender seus produtos e receber por meio de uma forma de pagamento mais barata e mais rápida do que as atuais meios de pagamentos. A plataforma vai permitir pagamentos entre pessoas e também a quitação de tributos da União, com liquidação instantânea.

"A cada 10 mensagens no PIX, o prestador pagará um centavo de real. É muito barato ele fique mais baixo para todos os prestadores de serviços e fique mais barato para todos", garantiu. Segundo ele, o PIX vai funcionar 24 horas por dia, ao contrário da tradicional TED eletrônica, que tinha o mesmo princípio, mas acabou sendo limitada pelo horário co-

mercial dos bancos.

"O PIX vai funcionar todos os dias do ano, sem interrupção. Ou seja, se você tiver uma conta de luz cortada por falta de pagamento às 20h, poderá pagar a fatura pelo PIX e a liquidação será imediata e não vai precisar esperar dois dias para confirmar o pagamento e solicitar o religamento", explicou Pinho de Mello.

O diretor do BC garantiu que a plataforma será desenhada em termos de segurança regulatória, com garantia de sigilo dos dados dos clientes, e que ficará sob a responsabilidade dos operadores que serão responsáveis pelo pagamento, ou seja, as instituições bancárias ou participante que autenticar o pagamento.

POLÊMICA COM WHATSAPP

Ao ser questionado pela polêmica suspensão do meio de pagamento via WhatsApp, Pinho de Mello reconheceu que há as críticas sobre a decisão, mas explicou que o BC não vai oferecer o serviço, apenas a plataforma em que as operações deverão ocorrer com segurança, "dentro de um ambiente regulado", para a segurança dos clientes. Além disso, destacou que a medida teve como objetivo de garantir as mesmas condições de participação no sistema, porque a autoridade monetária identificou que a ferramenta envolve apenas três bancos, uma credenciadora e duas bandeiras de cartão de crédito. "O BC quer saber se o sistema está disponível para a participação de todos ou ele foi construído só para essas instituições. Por isso tivemos a decisão de suspender para que o pedido de autorização entre no guichê, como os demais entes regulados", afirmou.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 14/07/2020	Caderno: Notícias



Terça, 14 de Julho de 2020 - 08:40

Governador determina toque de recolher e restrição em comércio de mais 15 cidades

Mais 15 municípios baianos terão toque de recolher e restrição no comércio a partir desta terça-feira (14). A medida determinada pelo governador Rui Costa tem como objetivo controlar o crescimento da Covid-19 no estado. Entram na lista agora Aurelino Leal, no Litoral Sul; Capela do Alto Alegre, Capim Grosso e Serra Preta, na Bacia do Jacuípe; Muritiba, no Recôncavo; Senhor do Bonfim, no Piemonte Norte do Itapicuru; Cafarnaum e Presidente Dutra, no Centro Norte; Feira de Santana, no Portal do Sertão; Itanhém, Medeiros Neto, no Extremo Sul; Piraí do Norte, no Baixo Sul; Belmonte, na Costa do Descobrimento; Brumado, no Sudoeste; e Ribeira do Pombal, Nordeste baiano.

Pelo decreto, apenas serviços essenciais devem funcionar e pelo período das 5h às 17. Já o toque de recolher deve valer das 18h às 5h. Com a inclusão das 15, o número de cidades com restrições sobe para 77. Ainda segundo o decreto, a circulação noturna estará liberada apenas para ida a serviços de saúde ou farmácia, ou ainda em situações em que fique comprovada a urgência. Para fiscalizar o cumprimento das medidas, o estado convocou a Polícia Militar que deve atuar em conjunto com as guardas municipais.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 13/07/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 13 de Julho de 2020 - 22:40

Parcela de petróleo da União por contratos de partilha cresce 50%



O volume de petróleo obtido pela União com os contratos do regime de partilha cresceu 50% nos primeiros cinco meses de 2020, na comparação com o mesmo período de 2019. Segundo a estatal Pré-Sal Petróleo (PPSA), que divulgou nesta segunda-feira (13), o Boletim Mensal de Contratos de Partilha de Produção, a parcela de petróleo da União nos três contratos que já estão em produção chegou a 1,5 milhão de barris entre janeiro e maio deste ano.

Nos contratos do regime de partilha de produção, em vigor em campos do pré-sal, o óleo e o gás extraídos dos poços é dividido entre as empresas responsáveis pela produção e a União, cuja parte é comercializada pela PPSA, de acordo com a Agência Brasil.

No mês de maio, a média diária produzida no regime de partilha no pré-sal caiu 25%, na comparação com abril de 2020. O motivo da queda foi o procedimento de troca da linha de produção de óleo de 8 polegadas para linha de serviço de 6 polegadas no fim de abril, além da interrupção da produção devido a ondas acima de 4 metros no fim de maio.

Apesar da queda frente a abril, a produção dos três consórcios considerados no boletim cresceu 5% em relação a maio de 2019. Dos 17 contratos firmados no regime de partilha, três já estão na fase de produção: Libra, Entorno de Sapinhoá e Sudoeste de Tartaruga Verde.

Desde o primeiro óleo, extraído no contrato de Libra em novembro de 2017, já foram produzidos no regime de partilha 39,3 milhões de barris de petróleo nos três contratos. A parcela da União acumulada neste período é de 6,3 milhões de barris de petróleo.

No caso do gás natural, a produção em maio aumentou 2,5% frente a maio de 2019, e a participação da União chegou a 40 mil metros cúbicos (m³) por dia. Nesse caso, são consideradas as produções de Entorno de Sapinhoá e Sudoeste de Tartaruga Verde, já que o gás natural produzido em Mero, no contrato de Libra, não teve aproveitamento comercial até o momento.

Segundo a PPSA, de janeiro a maio de 2020, a produção acumulada nos dois contratos somou 43 milhões m³ de gás natural disponíveis para comercialização, sendo a parcela da União 15,6 milhões de m³.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 13/07/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 13 de Julho de 2020 - 19:55

'Nova' gasolina se torna obrigatória em agosto no Brasil e deve ser mais cara

O dia 3 de agosto pode marcar o processo de aumento do preço da gasolina. De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, isto pode acontecer porque, a partir do dia 3 de agosto, toda a gasolina vendida no país terá que seguir novas especificações da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP).

Com isso, o combustível deve melhorar o rendimento dos veículos. Contudo, isto deverá ser refletido no preço final do produto.

As novas regras estabelecidas pela ANP estipulam uma massa específica mínima e um valor mínimo de octanagem RON (sigla em inglês para número de octanas pesquisa).

Segundo a reportagem, as mudanças eram defendidas por montadoras. As empresas argumentam que a modificação facilita o ajuste dos motores, mas esbarra nas características do parque de refino da Petrobras.

De acordo com a estatal, com as refinarias preparadas para as mudanças, a melhora na qualidade do combustível vai permitir redução de 4% a 6% no consumo de gasolina por quilômetro rodado. A empresa ainda assegura que as alterações contribuirão para desempenho do motor, a dirigibilidade e o tempo de resposta na partida a frio, além de manter aquecimento adequado do motor.

Veículo: Política Livre	
Data: 14.07.2020	Caderno: Economia



Rui não garante prorrogação do vale-alimentação; governador justifica investimento nas escolas

O governador Rui Costa (PT) não garantiu, ao responder a uma seguidora no Instagram nesta segunda-feira (13), o pagamento da terceira parcela do vale alimentação de R\$ 55 aos 800 mil alunos da rede estadual de ensino.

O chefe do Executivo baiano declarou que o Governo do Estado está fazendo investimentos nas escolas “para planejar a volta às aulas posteriormente”.

“Infelizmente não estava nos nossos planos, mas o gráfico que exemplifica os casos ativos voltou a subir, acredito que em função do São João e fluxo de pessoas que viajaram para o interior”, disse Rui.

“Vamos avaliar o planejamento para o retorno às aulas e informaremos em breve as próximas ações”, ressaltou o petista nas redes sociais.

O Governo da Bahia já pagou duas parcelas do benefício. De acordo com informações da Secretaria de Comunicação, foram investidos cerca de R\$ 44 milhões para o pagamento da última parcela.


Confira:

Rui até hoje o bolsa alimentação da escola estadual não saiu o que aconteceu.



2h Responder



ruicostaoficial  Olá, liberamos duas parcelas do benefício vale alimentação para os estudantes de toda rede estadual de ensino. Ainda não temos previsão para uma terceira parcela, pois precisamos investir também nas escolas, e preparar o retorno às aulas posteriormente. Sei o quanto esse benefício é importante para muitos estudantes, mas estamos diante de uma crise que jamais enfrentamos igual. Estamos planejando como será a volta ao “novo normal”, como muitos chamam. Meu trabalho é incansável diariamente para salvar vidas e minimizar os impactos dessa pandemia na vida dos baianos. Um abraço!



1min Responder

Veículo: Bahia Econômica	Bahia
Data: 13/07/2020	



NOVA PARCELA DE SOCORRO A ESTADOS E MUNICÍPIOS SERÁ DEPOSITADA HOJE



admin 13 Julho, 2020

O Tesouro Nacional informou que depositará nesta segunda-feira (13) a segunda parcela do socorro a estados e municípios. O repasse soma R\$ 15,038 bilhões. A parte da ajuda foi depositada em junho. O socorro foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro para ajudar no combate aos efeitos da pandemia do novo coronavírus. A lei que criou o auxílio prevê a transferência total de R\$ 60,15 bilhões para estados e municípios. Pelo texto, o auxílio deve ser pago em quatro parcelas. Segundo o Tesouro, as demais parcelas serão pagas nas seguintes datas:

- terceira parcela: 12 de agosto;
- quarta parcela: 11 de setembro.

Segundo o comunicado do Tesouro, o auxílio será depositado pelo Banco do Brasil nas contas que recebem os recursos dos fundos de Participação dos Municípios (FPM) e de Participação dos Estados (FPE).

Veículo: Bahia Econômica	Bahia
Data: 13/07/2020	



RUI ENTREGA OBRAS COM INVESTIMENTO DE R\$ 4 MILHÕES NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO



admin 13 Julho, 2020

O governador Rui Costa esteve na região do Subúrbio Ferroviário, em Salvador, nesta segunda-feira (13) para uma última vistoria. “Temos feito um investimento alto em várias obras aqui nessa região, em diversas áreas. São intervenções de urbanização, como esta entregue hoje, além da obra do VLT, da maternidade Batista Caribé, da Policlínica, que já está em fase final, e seguimos batalhado por esta região de Salvador, que por muitas décadas foi esquecida”, destacou o governador.

Primeiro ele foi até Nova Constituinte, no bairro de Periperi, onde foram entregues uma praça com parquinho infantil e outros equipamentos, uma quadra poliesportiva e o Centro Comunitário Arnaldo Anselmo de Oliveira. As intervenções contam com investimento de R\$ 2,6 milhões e integram o projeto de Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários, executado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur).

Segundo o diretor de Habitação da Conder, Maurício Mathias, o centro será multifuncional e, além da rádio comunitária instalada no espaço, serão oferecidos cursos à população. “No centro será realizado uma série de atividades que fazem parte do projeto social da Conder e, assim que este cenário de pandemia se encerre, serão oferecidos cursos de capacitação aos

moradores. A rádio comunitária também faz parte do nosso projeto para promover a integração da comunidade”, explicou.

Contenção de encosta

Já na rua Chile, no bairro de Plataforma, o governador entregou a obra de contenção de encosta em uma área de 4.700 metros quadrados, com utilização das técnicas de retaludamento e solo grampeado. A contenção beneficia diretamente cerca de dois mil moradores. Para a execução da obra foi aplicado R\$ 1,5 milhão.

Foto: Camila Souza /GOVBA

Previdência própria de 20 Estados é “preocupante”

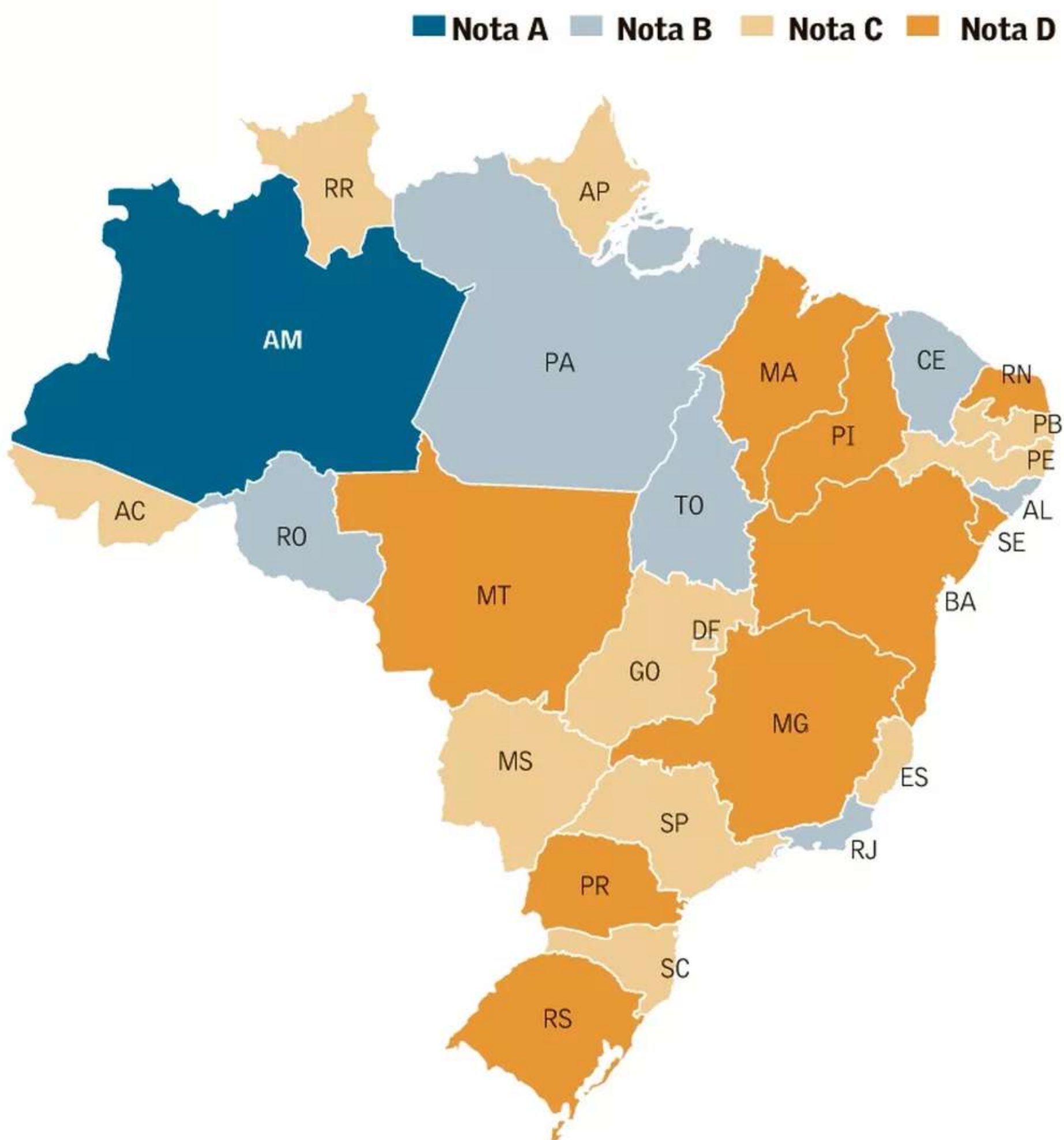
Indicador aponta situação difícil para pagamento de aposentadorias e pensões caso não sejam feitos ajustes

Por Edna Simão — De Brasília

14/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Situação delicada

Amazonas teve melhor nota em indicador de situação previdenciária



A situação dos regimes de Previdência dos servidores públicos de 20 governos estaduais é “bastante preocupante”, sendo que nove deles demonstram de forma mais clara dificuldades para honrar o pagamento de aposentadorias e pensões, por exemplo, caso não sejam implementados ajustes em seus sistemas. Isso é o que mostra o Indicador da Situação Previdenciária de Estados e municípios, divulgado pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

O indicador classifica os regimes de previdência próprio com notas de “A a D”, semelhante ao do Tesouro Nacional para a Capacidade de Pagamento dos Estados e do Distrito Federal (Capag). No caso do Tesouro, uma nota D aponta maior possibilidade de não honrar suas despesas.

“A situação dos regimes de previdência dos Estados não é boa e isso é algo que já conhecemos há bastante tempo. A maioria deles tem uma situação previdenciária bastante preocupante, e isso reforça a necessidade de eles fazerem as suas reformas, a adequação tanto das regras de benefício como de custeio de seus regimes próprios a exemplo do que a União fez no ano passado”, afirmou o secretário de Previdência, Narlon Gutierrez Nogueira, ao **Valor**.

O indicador não tem como objetivo punir os governos estaduais que tiverem as piores notas, o que é feito com a concessão ou não do chamado Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), mas sim criar incentivos para que possam melhorar o desempenho. “A ideia da criação do Indicador de Situação Previdenciária é poder saber como está o regime próprio, no seu conjunto e em diferentes aspectos que acompanham a apuração, para que seja possível comparabilidade entre os regimes e, de certa forma, gerar uma competição positiva”, disse Nogueira. “O Estado que se enxerga mal, com uma nota C ou D, vai ter um incentivo a buscar medidas que possam melhorar essa nota dele.”

O subsecretário dos Regimes Próprios de Previdência Social, Alex Albert Rodrigues, afirmou que os Estados com indicador mais positivo (notas A e B) vão ter critérios prudenciais mais flexíveis. Os parâmetros relativos à situação atuarial, por exemplo, exigem prazo para equacionamento de déficit, o que pode ser mais flexível conforme a nota recebida pelo regime previdenciário.

Segundo dado preliminar, o déficit financeiro dos Regimes Próprios de Previdência (RPPS) foi de R\$ 110 bilhões no ano passado.

No Indicador da Situação Previdenciária, apenas o Estado do Amazonas registrou a nota máxima (A). Por outro lado, nove - Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe - tiveram o pior desempenho (nota D). A avaliação, divulgada na semana passada, utilizou dados do ano-base de 2018, que foram enviados até julho de 2019, pelos entes federativos.

Nogueira explicou que a situação dos regimes previdenciários dos Estados é delicada já há algum e isso não tem mudado ao longo do tempo. A reforma da Previdência, sancionada em novembro do ano passado, ajuda na sustentabilidade do sistema, mas o efeito é mais no longo prazo. Mas os Estados precisam aprovar alguns pontos da reforma. No curto prazo, uma preocupação é com o impacto do coronavírus nas finanças dos Estados, o que pode prejudicar ainda mais a conjuntura. “A covid-19 pressiona as contas dos entes e traz risco de eventualmente ter movimentos para recorrer a recursos acumulados na Previdência”, afirmou Nogueira.

Nos últimos anos, muitos Estados que tinham criado regime de previdência capitalizado para seus servidores voltaram atrás e sacaram os recursos integralmente ou em parte para fazer frente a outras despesas, diante das dificuldades fiscais. Isso aconteceu em Estados como Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Norte, Paraíba e Santa Catarina, que tiveram sua nota do indicador da situação previdenciária prejudicada por conta disso.

O presidente da Fundação Amazonprev (regime próprio do Estado do Amazonas), André Luiz Zogahib, disse que teve a melhor nota dentre os regimes próprios em razão de sua cultura de gestão, que inclui o cumprimento das normas e legislações, tanto federal como estadual; planejamento estratégico, baseado em seus valores e políticas internas; e comprometimento da alta direção em cumprir os procedimentos protocolares exigidos pelos indicadores

previdenciários. Além disso, segundo Zogahib, o fundo é blindado de interferência política. É a primeira vez que a Amazonprev alcança a nota máxima na avaliação previdenciária nacional. Em 2018, obteve o conceito C.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Chega de pagar anuidade do cartão de crédito
SANTANDER FREE

LINK PATROCINADO

Malu Mader tem quase 54 anos, tente não sorrir ao vê-la agora
LIFE EXACT

LINK PATROCINADO

Filho (10) estava desaparecido há dois anos — mas quando seu pai olhou atrás do guarda-roupa...
FACTS 2 GO

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Famosos que morreram sem que ninguém soubesse
THERAPY JOKER

LINK PATROCINADO

Médico alerta: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente
DR. RAFAEL FREITAS

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Ainda não podemos afirmar que cloroquina reduz casos graves, diz Ministério

VALOR INVESTE

Latam deve ficar menor que Azul após recuperação judicial

VALOR INVESTE

Warren Buffett doa US\$ 2,9 bilhões a entidades filantrópicas

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor Econômico



Ex-ministros da Fazenda e ex-presidentes do BC recomendam que o Brasil controle o desmatamento

“A atual pandemia da covid-19 evidenciou a importância de tornar economias globalmente interligadas mais resilientes a choques com impacto sistêmico”, apontam

14/07/2020 10:20 — Em Brasil

Decisão do STF sobre ICMS não eleva representações penais

Segundo Estados, há dificuldade de provar o dolo

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

14/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Luís Roberto Barroso: dificilmente alguém é preso por não pagar imposto, já que a pena máxima é de dois anos — Foto: Divulgação STF

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou crime deixar de recolher ICMS declarado, tomada há seis meses, não fez crescer o número de representações penais contra contribuintes no país, que convive com um alto índice de sonegação - R\$ 91,5 bilhões por ano, conforme levantamento apresentado no julgamento. O motivo está na dificuldade de comprovação de dolo (intenção) para a caracterização da chamada apropriação indébita tributária.

No julgamento, o próprio relator do caso, ministro Luís Roberto Barroso, minimizou o impacto da tese. Ele afirmou que dificilmente alguém seria preso por não pagar imposto, já que a pena máxima é de dois anos, de acordo com o artigo 2º da Lei nº 8.137, de 1990, e a punibilidade é extinta se o contribuinte quitar o que deve, mesmo depois do trânsito em julgado da ação penal.

Em Minas Gerais, o entendimento já era aplicado e não houve, com o julgamento do STF, incremento no número de representações fiscais para fins penais enviadas ao Ministério Público (MP-MG). Porém, segundo a Receita Estadual, o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), da qual faz parte junto com o MP-MG, passou a priorizar os casos envolvendo devedores contumazes.

Os pedidos de sequestro judicial de patrimônio passaram a ser mais recorrentes, segundo o promotor de Justiça Fábio Reis de Nazareth. Até março, haviam sido encaminhadas 11 representações relativas a grandes devedores contumazes. Uma delas culminou na “Operação Direto com o Dono”, realizada na semana passada. Foi preso na ocasião o fundador da Ricardo Eletro, Ricardo Nunes. Ele foi liberado após depoimento.

Por meio de nota, a Secretaria Estadual de Fazenda informa que “a decisão do STF reafirma a metodologia que já era adotada pelo Fisco mineiro, a exemplo da operação realizada no último dia 8 de julho em parceria com o Ministério Público e a Polícia Civil”. O órgão acrescenta, na nota, que oferece “diversas oportunidades” para os contribuintes regularizarem o crédito tributário.

No Estado de São Paulo, no primeiro trimestre, foram enviadas 1.103 representações fiscais para fins penais, 300 a menos que no mesmo período de 2019, segundo a Secretaria da Fazenda. “Há a necessidade de se compor uma peça

comprobatória de que as dívidas são fraudulentas. Por esse motivo, por ora, não é de se esperar um aumento considerável na quantidade da emissão das representações”, afirma o órgão por meio de nota.

De acordo com promotor de Justiça de Repressão à Sonegação Fiscal, Luiz Henrique Cardoso Dal Poz, a Fazenda de São Paulo sempre foi bem cautelosa com a aplicação dessa tese. “Via de regra, somos impulsionados pelo procedimento administrativo da Fazenda”, diz.

Mesmo após a decisão do STF o fluxo de representações não aumentou. “Estamos nos preparando para receber essas informações e tomar providências”, afirma. Ele acrescenta que havia uma expectativa de que, a partir da decisão de 2019, o Estado de São Paulo passasse a enviar mais representações para fins penais. “A pandemia deu uma truncada. Não teve um pico.”

O promotor ressalta que o simples fato de destacar ICMS, receber e não repassar é um indicativo razoável de crime e a intenção do contribuinte em se apropriar do valor se detecta pela reiteração e até com a concorrência desleal. Geralmente, segundo ele, as informações do Estado são complementadas com dados de caracterização do crime. “Se o procedimento tiver periodicidade enorme, giro de capital, talvez nos reste pouca diligência e já seja oferecida a denúncia”, afirma.

Em Pernambuco, a decisão do STF não levou a nenhuma mudança, de acordo com José Lopes, coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça no Combate à Sonegação Fiscal. Desde 2007 o Estado adota a tese da apropriação indébita tributária. “A decisão do STF só reforçou o que vínhamos fazendo faz tempo”, diz.

O Estado já estava se preparando para trabalhar nos casos de até R\$ 300 mil. A ideia é filtrar os processos sobre o assunto, notificar os devedores e convidar para a composição. O contribuinte terá que pagar integralmente o valor devido e multas ou parcelar em programa estadual.

“Se ele não aceitar poderemos pedir o sequestro de bens, prisão, colocar a empresa em fiscalização especial ou oferecer denúncia”, afirma o procurador. A ideia, diz ele, é tratar os casos com mais rapidez, para que não prescrevam.

Pierpaolo Bottini, que participou do julgamento no STF como advogado da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (amicus curiae), afirma que não há muitas ações penais, mas continuam as representações fiscais para fins penais, que ainda poderão virar denúncias, ainda mais depois da operação realizada em Minas Gerais, na semana passada.

O advogado ainda espera um aumento nos casos. “É uma nova realidade, o Ministério Público precisa esperar ser comunicado pela Receita e isso exige uma reorganização”, diz. Bottini destaca que o acórdão do STF não foi publicado ainda, o que não impede as investigações, mas pode ser um fato para que sejam conduzidas com menos pressa.

Além disso, afirma Pierpaolo Bottini, os empresários podem extinguir as investigações pagando os valores cobrados. “Tudo isso faz ser mais devagar. Mas a expectativa é ter mais casos.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Simple receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.

PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Ele tem 83 anos e nunca sofreu de prostatite, graças esse óleo.

PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club

MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador

VARIZERO

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que "estica" a pele velha depois dos 40 anos de idade

SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para fevereiro de 2021!

Forma de atuação do MP preocupa advogados

Decisão do STF exigiria provas da intenção de fraude e não simples declaração e não recolhimento

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

14/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Daniel Zaclis: "Sequer é ouvida a versão do investigado antes da denúncia" — Foto: Divulgação

Mesmo sem um boom de casos de prisão por não pagamento de ICMS declarado, como previsto no julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), advogados estão preocupados com a medida e esperam uma ofensiva dos Estados. Um dos problemas é a forma de atuação do Ministério Público, que estaria contrariando o que ficou definido pelo ministros.

Levantamento realizado pelo escritório CAZ Advogados com processos do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) entre 2010 e 2020 mostra que, em 73% dos casos, não foram solicitados novos documentos nem feitas novas investigações antes do oferecimento das denúncias. O procedimento adotado é mais simples: notifica-se o contribuinte a apresentar no prazo de 15 dias documentação hábil a comprovar o pagamento do tributo. Não havendo resposta positiva, é oferecida a denúncia.

De acordo com o advogado Daniel Zaclis, do CAZ Advogados, a decisão do STF exigiria provas da intenção de fraude e não simples declaração e não recolhimento. Em todos os casos, os denunciados são exatamente aqueles que constam do contrato social. “Ignora-se por completo o contexto do fato e as diferenças de modelos de organização empresarial. Sequer é ouvida a versão do investigado antes da denúncia”, afirma Zaclis.

Adriana Stamato, sócia do escritório Trench Rossi Watanabe, destaca que nos últimos três anos passaram a ser mais comuns as autuações de ICMS que geram representações fiscais. “Temos verificado uma criminalização de condutas tributárias visando uma certa coerção”, afirma.

As investigações causam desconforto nas empresas, especialmente pelo envolvimento de pessoas físicas, segundo a advogada. Em alguns casos, acrescenta, quem é responsabilizado já mudou de emprego, pois o prazo para as autuações é de cinco anos depois dos fatos.

“Muitas vezes, a empresa deixou de pagar o ICMS porque aderiu a uma tese tributária que será discutida na esfera administrativa ou judicial”, diz. “É uma forma [a decisão do STF] de desencorajar posições tributárias mais arrojadas e que não sigam exatamente o entendimento do Fisco.”

Normalmente não se tem operações como a realizada por Minas Gerais, na semana passada, de acordo com Bernardo Braga, advogado criminalista e professor do Ibmecc-RJ. Mesmo assim, ele acredita que os reflexos da decisão do STF só serão vistos quando acontecerem as condenações e não nessa etapa ainda de investigações. O tempo que se leva entre as investigações, julgamentos e condenações, afirma, pode dar uma falsa impressão de que nada está sendo feito.

“Podemos achar que quase sete meses é muito tempo, mas do ponto de vista jurídico não é. E ainda teve a pandemia”, diz. O advogado tem atuado em casos de inquéritos e denúncias sobre o tema, mas não registrou um aumento após a decisão do Supremo. O que aumentou, explica, foram as consultas por parte de empresários com receio de serem enquadrados nessa situação.

Para Braga, a decisão dos ministros pode levar o empresário a cometer outro crime tributário: não declarar o ICMS que não sabe se será pago. “Talvez o empresário com medo de declarar e não conseguir pagar vai optar por deixar de declarar. Também comete um crime tributário, que é mais difícil de ser localizado pela Receita”, afirma.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Ele tem 83 anos e nunca sofreu de prostatite, graças esse óleo.

PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Médico Alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!

DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador

VARIZERO

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club

MERCEDES-BENZ



Por Fabio Graner

Fabio Graner é repórter na sucursal de Brasília. Está no Val... [ver mais](#)

O desafio de tributar mais renda e desonerar a folha

Proposta mira cobrança maior de tributos de quem tem imóveis e outros bens de maior valor

14/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Enquanto o país ainda vive a crise do coronavírus, o tema da reforma tributária ganha força nas manifestações do governo e de lideranças do Congresso como principal agenda no pós-pandemia. E já é possível notar que alguns elementos passaram a ganhar maior relevância na discussão. Entre eles estão a ampliação da tributação sobre renda e patrimônio e a desoneração da folha de pagamentos.

Com a missão de produzir um relatório de consenso sobre um assunto que há três décadas patina, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) disse à coluna estar convencido sobre a necessidade de promover maior progressividade no sistema tributário. “Este debate está posto e vamos enfrentar. Vamos tratar da distribuição de lucros e dividendos. Temos que calibrar para ver impacto arrecadatório”.

Ribeiro pode desonerar folha para renda de até 1,5 SM

Ele explicou que sua tendência é que haja alíquota única nessa cobrança sobre os resultados distribuídos. E prevê redução do imposto de renda das empresas para

equilibrar a carga, em linha com o que tem enfatizado o ministro da Economia, Paulo Guedes, apesar da demora do governo em formalizar sua proposta.

Ribeiro disse que também está considerando uma tabela progressiva para tributação sobre o patrimônio. Ou seja, quem tem imóveis e bens de maior valor, pagaria mais. Essa progressividade, admite, também poderá ser estendida ao Imposto de Renda Pessoa Física, com alíquotas maiores do que 27,5%. “Se comprovadamente isso se mostrar viável do ponto de vista arrecadatário, podemos sim, mas estamos falando de rico, de quem ganha muita grana no país”, afirmou.

O parlamentar também informou que analisa desonerar parcialmente os salários, definindo um limite de isenção para a contribuição sobre a folha. “Pode ser uma desoneração por faixa, não dá para desonerar tudo porque ficaria muito caro”, disse, citando a possibilidade de deixar livre de encargos a faixa de renda de até 1,5 mínimo.

Segundo ele, o menor custo na folha compensaria eventual aumento de carga em algumas atividades do setor de serviços, que teriam dificuldades em obter créditos tributários dentro do novo imposto nacional sobre valor adicionado (o IBS). Apesar disso, o relator destaca que a ideia é uma desoneração da folha sem distinção de setores.

A hipótese de estabelecer uma faixa desonerada nessa contribuição tem respaldo em estudo do Centro de Cidadania Fiscal (CCif). O instituto propõe reduzir de 27,5% para 9% a contribuição previdenciária sobre a faixa de um salário mínimo, o que serviria para custear benefícios como auxílio-doença e acidente de trabalho. Segundo o diretor do CCif, Bernard Appy, isso teria um custo de R\$ 75 bilhões.

Além disso, ele explicou ao **Valor** que a proposta da entidade passa também por transferir as contribuições não previdenciárias, como ao Sistema S, para outra base. E por retirar a incidência sobre a parcela da renda acima do teto previdenciário, de R\$ 6,1 mil. Com isso, explicou, haveria redução do custo do trabalho e incentivo ao emprego formal.

Diante do alto impacto fiscal, Appy reconhece que isso não pode ser feito de uma só vez. E que será preciso buscar fontes de financiamento, como alíquotas maiores de

imposto de renda e a discussão sobre taxar mais renda e patrimônio.

A solução do governo para desonerar a folha é a tributação sobre transações, que na prática ressuscita a antiga CPMF. Esse, contudo, continua sendo um campo minado, dada a forte oposição do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e outros parlamentares. O relator também não mostra simpatia pela ideia. Mas aponta como ponto necessário a discussão sobre tributação de operações digitais (o comércio eletrônico), setor que já crescia antes e ganhou ainda mais força durante esta pandemia.

Apesar do histórico de dificuldades e do calendário apertado por conta das eleições, Ribeiro mostra-se otimista com a chance de a reforma ser votada neste ano. Ele pediu aos presidentes da Câmara e do Senado que permitam a retomada dos debates em sessões virtuais na comissão mista nas próximas semanas. E aguarda uma decisão de Maia e Davi Alcolumbre (DEM-AP) para esta semana ainda. Se os trabalhos forem retomados, ele acredita ter condições de apresentar um relatório em agosto.

Ao mostrar-se mais convicto em trabalhar as questões de progressividade e de custo do trabalho, Ribeiro é taxativo em rejeitar aumento de carga tributária global, mesmo com a forte e, provavelmente duradoura, piora fiscal. “Queremos redistribuir a carga, não aumentá-la”, salientou.

Ele disse que o objetivo maior é ter um sistema mais simples, que facilite o ambiente de negócios e, mais importante, promova o crescimento econômico. Na visão do deputado, esse elemento será decisivo para resolver a equação fiscal de um país que se aproxima de uma dívida de 100% do PIB.

É um bom sinal que tanto o relator como o ministro Paulo Guedes estejam demonstrando maior preocupação em ter um sistema tributário não só mais simples e competitivo, como também mais progressivo, alinhando-se aos países mais ricos e modernos, bem como promovendo um crescimento sustentável e mais justo.

Dados da Receita Federal mostram como a renda e o patrimônio parecem ser também uma base mais estável de receitas. De janeiro a maio, enquanto a

arrecadação sobre consumo despencou 21,8%, a sobre renda e propriedade recuou 4,3%. Como a crise atingiu diretamente comércio e serviços e ainda houve adiamento de tributos, esse resultado não chega a surpreender. Mas um olhar sobre outros anos recessivos, como 2009 e 2015-16, indicam que a base de renda é menos volátil do que a do consumo, em especial quando o PIB cai.

O economista André Paiva Ramos, da AC Lacerda, lembra que no Brasil quase metade da carga tributária total é sobre consumo. E reforça que, por cobrar muito em bens e serviços, o sistema brasileiro prejudica os mais pobres, impulsiona a desigualdade e é menos eficiente. “Como mostram os dados da Receita, renda e propriedade tiveram queda menor em período de adversidade. Isso é mais um fator importante para se repensar a estrutura tributária Além da questão de simplificação, que é muito importante, é necessário que ela melhore aspectos de progressividade, tributando mais renda e patrimônio”, disse.

Fabio Graner é repórter em Brasília
E-mail: fabio.graner@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Ele tem 83 anos e nunca sofreu de prostatite, graças esse óleo.

PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Simple receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.

PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador

VARIZERO

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club

MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

País não aceita desmate ilegal e erros e excessos serão corrigidos, diz Guedes

Ministro da Economia criticou o que chamou de “falsas narrativas” sobre o tema

Por **Estevão Taiar e Edna Simão** — De Brasília

14/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Guedes: indústria agropecuária brasileira “alimenta o mundo” ao mesmo tempo em que preserva o meio ambiente — Foto: Edu Andrade/Ascom/ME

Em meio a duras críticas à política ambiental do governo do presidente Jair Bolsonaro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o Brasil reconhece a importância da Amazônia e da preservação do meio ambiente. Ele também manifestou a disposição de corrigir eventuais equívocos.

“Se há excessos e se há erros, corrigiremos”, afirmou Guedes, depois de dizer que a indústria agropecuária brasileira “alimenta o mundo” ao mesmo tempo em que preserva o meio ambiente. “Não aceitaremos o desmatamento ilegal, a exploração ilegal de recursos - tudo isso que acontece porque o Brasil é um país continental. A Amazônia é maior do que a Europa, é difícil vigiar tudo.” Ele criticou, no entanto, o que chamou de “falsas narrativas” a respeito da política ambiental do país.

As declarações foram feitas durante a Cúpula Ministerial Virtual da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre Inclusão Social para a América Latina e o Caribe. O Brasil trabalha para ser membro da entidade, como o próprio ministro fez questão de destacar.

“Ninguém preservou tanto sua matriz energética ou própria riqueza em recursos naturais quanto o Brasil”, disse no evento que contou com a presença do secretário-geral da OCDE, José Angel Gurría, e autoridades da América Latina. “Mas sabemos que precisamos reduzir os efeitos [da economia] sobre o meio ambiente.”

O **Valor** publicou no começo da semana passada que 38 CEOs e quatro grandes entidades do agronegócio, indústria, serviços e setor financeiro enviaram conjuntamente um manifesto ao vice-presidente da República e presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal, Hamilton Mourão. No documento, o grupo pedia maior combate ao desmatamento, inclusão econômica das comunidades locais na preservação das florestas e investimentos para a economia de baixo carbono.

Na quinta-feira, foi a vez de um grupo de 34 gestores de fundos internacionais, que juntos administram US\$ 4,6 trilhões em ativos, cobrarem de Mourão e de seis ministros em teleconferência a redução do desmatamento no Brasil. A teleconferência foi realizada a pedido dos próprios fundos.

No evento virtual promovido pela OCDE, Guedes afirmou mais de uma vez que o Brasil “sabe respeitar” os seus recursos naturais e os povos indígenas. “Queremos apoio e compreensão para fazer isso.” Sem citar nomes, no entanto, o ministro afirmou que “muita gente se esconde atrás de políticas protecionistas” enquanto condena a política ambiental brasileira.

“Queremos ajuda [para preservar o meio ambiente], mas não aceitamos falsas narrativas sobre o que aconteceu no Brasil nas últimas décadas”, disse ele, garantindo que os militares brasileiros, incluindo Bolsonaro e Mourão, “têm profundo compromisso com a Amazônia”.

A própria entrada para a OCDE, na avaliação do ministro, terá impactos positivos sobre a política ambiental, já que obrigará o país a se adequar a melhores padrões de governança. Em relação à pandemia, Guedes afirmou que é “impossível” saber o quanto ela vai durar no Brasil, “um país muito grande e com decisões [sobre confinamento] são descentralizadas”.

“Em Estados com confinamento social limitado, a pandemia avançou rapidamente. Agora são os Estados em que a pandemia também está caindo rapidamente”, disse ele. Já os Estados “mais cuidadosos” estão se aproximando do platô do número de infectados, com uma diminuição mais lenta da doença. Segundo Guedes, já há regiões do país próximas da chamada imunidade de rebanho.

Para o secretário-geral da OCDE, José Ángel Gurría, as populações indígenas estão entre as mais vulneráveis da América Latina e do Caribe aos efeitos da pandemia. Na live, Gurría também citou projeções da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), comissão regional da Organização das Nações Unidas (ONU).

As estimativas apontam para recuo de 5,3% do Produto Interno Bruto (PIB) na região, com aumento de 3,4 pontos percentuais da taxa de desemprego. Nesse cenário, 28 milhões de pessoas cairiam abaixo da linha de pobreza e outras 16 milhões entrariam na pobreza extrema. “A região perderia duas décadas de progresso social”, afirmou ele.

Governo acelera lançamento do Renda Brasil

Bolsonaro pretende anunciar o programa antes do fim do pagamento do auxílio emergencial

Por **Andrea Jubé** — De Brasília

14/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



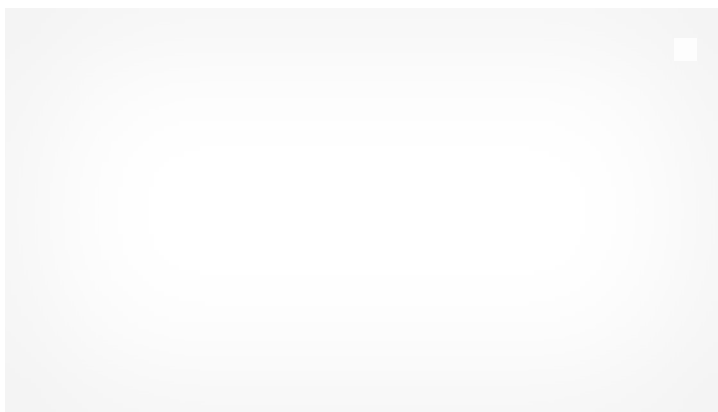
Bolsonaro: presidente quer se antecipar ao Congresso e tentar alavancar popularidade junto às classes de baixa renda
— Foto: Isac Nóbrega/PR

O governo apertou o passo para finalizar o Renda Brasil e lançá-lo daqui a um mês, no Palácio do Planalto. O presidente Jair Bolsonaro quer anunciar o programa antes do fim do pagamento do auxílio emergencial e antes mesmo que o Congresso aprove uma proposta semelhante com a digital dos parlamentares. A oposição não acredita, entretanto, que o novo programa atrairá para Bolsonaro o seu eleitor cativo, beneficiário do Bolsa Família, especialmente no Nordeste.

Diante da expectativa de aumento do desemprego como reflexo da pandemia e da perda de eleitorado nos segmentos mais escolarizados e ricos da sociedade, Bolsonaro empenha-se em alavancar sua popularidade junto às classes de baixa renda, dependentes de programas sociais, em especial no Nordeste. Além dos beneficiários do Bolsa Família, outro alvo é o trabalhador informal e os desempregados, que diante do fim do auxílio emergencial, deverão compor a base do futuro Renda Brasil.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), disse ao **Valor** que o Renda Brasil deve ser lançado até 14 de agosto, próximo à retomada das sessões presenciais do Congresso. E, após o lançamento, imediatamente enviado ao Legislativo para análise dos parlamentares. “Com o Renda Brasil, Bolsonaro vai ter as condições de fato de disputar as eleições com chance de ser o primeiro colocado em 2022”, aposta Bezerra.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Um senador com acesso às articulações afirma que o governo acelerou os ajustes finais do Renda Brasil, pois teme ser surpreendido com um programa de renda mínima que tenha a digital do Congresso. Ele alerta, no entanto, que as primeiras linhas do programa que vieram a público geram resistência, porque os

parlamentares deverão reagir à extinção de outros benefícios como o abono salarial, por exemplo.

O modelo esboçado pelo governo prevê a fusão ou extinção de programas assistenciais considerados menos eficientes, como abono salarial, seguro defeso e salário família, sem despesa adicional para preservar o teto de gastos.

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB) pondera que a se confirmar o fim do seguro defeso, contudo, haverá reação dos pescadores, porque o benefício foi concebido com uma contrapartida ambiental: é pago quando a pesca se torna proibida no período de reprodução das espécies. Além disso, o seguro defeso corresponde a um salário mínimo. Dino questiona por que o pescador ficaria mais satisfeito com uma renda calculada entre R\$ 250 e R\$ 300, no caso do Renda Brasil, se é contemplado com R\$ 1.045 no período do seguro defeso.

“O Renda Brasil não vai anular a identidade e a paternidade do Bolsa Família, que continuará vinculada fortemente ao ex-presidente Lula”, afirma Dino.

Ele acrescenta que o novo programa não será suficiente para reverter o desgaste que Bolsonaro terá diante da expansão do desemprego. Para Dino, o presidente tem uma postura de “inércia” no combate ao desemprego, questão que vai se sobrepor a qualquer outra nas próximas semanas.

O senador Humberto Costa (PT-PE) ressalva que faltam informações precisas sobre o novo Renda Brasil, mas observa que o modelo de fusão e extinção de outros benefícios, que já veio a público, sugere uma “repartição dos pobres com os pobres”. Ele acrescenta que o Congresso vai se opor à eventual extinção de programas como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou aposentadoria rural, discussão que considera encerrada na votação da reforma da Previdência.

Costa argumenta que no curto prazo, talvez as pessoas não se esqueçam do Bolsa Família, sobretudo no Nordeste. Mas no médio prazo, admite que o Renda Brasil pode se sobrepor ao legado petista. Ele ressalta, entretanto, que o povo sabe que a preocupação social não é da “índole do bolsonarismo”, e a oposição aposta nesse reconhecimento. Ele também adianta que o PT está preparando um programa de

renda mínima para ser apresentado no fim do mês, sob a coordenação da ex-ministra Tereza Campello.

Mas Fernando Bezerra, que é pernambucano, está convicto de que o impacto do Renda Brasil será mais forte que o do Bolsa Família. Lembra que Bolsonaro foi o candidato que mais teve votos contra petistas no Nordeste, e venceu em cinco das nove capitais da região. Argumenta que o Bolsa Família começou com o Bolsa Escola do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, e isso mostra que é possível uma progressão legítima desses programas. “As pessoas vão creditar essa iniciativa [de evolução dos programas] a Bolsonaro”, assegura.

O deputado General Girão (PSL), que é do Rio Grande do Norte, acrescenta que a ampliação do pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600 por mais dois meses favorece a transição para o Renda Brasil, que será “muito mais completo”. Girão adverte que “não se trata de uma medida populista do governo Bolsonaro, com o intuito de ganhar votos”.

Segundo o aliado de Bolsonaro, o novo Renda Brasil comprova a necessidade de atualização do Bolsa Família, o que ele considera natural. Girão reconhece, entretanto, que o novo programa poderá ser uma marca do governo.

“Obviamente, todo governo quer, sim, deixar a sua marca e ser reconhecido pelas ações em prol de quem mais precisa de ajuda”, diz o deputado. “A população que recebe o auxílio sabe que ele foi dado pelo governo Bolsonaro e saberá discernir um programa do outro, já que, com a mudança para o Renda Brasil, haverá a incorporação de outros tipos de benefícios, terá um aumento da base de beneficiários e também mudança dos valores pagos por mês”, completou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Simple receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.

PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Ele tem 83 anos e nunca sofreu de prostatite, graças esse óleo.

PROST+ACTIVE

Líderes decidem votar PEC do Fundeb

Relatora, Dorinha Rezende não pretende fazer novos ajustes e está disposta a conversar com o novo ministro da Educação, Milton Ribeiro, sobre o texto

Por Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto — De Brasília

14/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Dorinha: Relatora não pretende fazer novos ajustes no parecer e está disposta a conversar com o novo ministro da Educação, Milton Ribeiro, sobre o texto — Foto: Luís Macedo/ Câmara dos Deputados

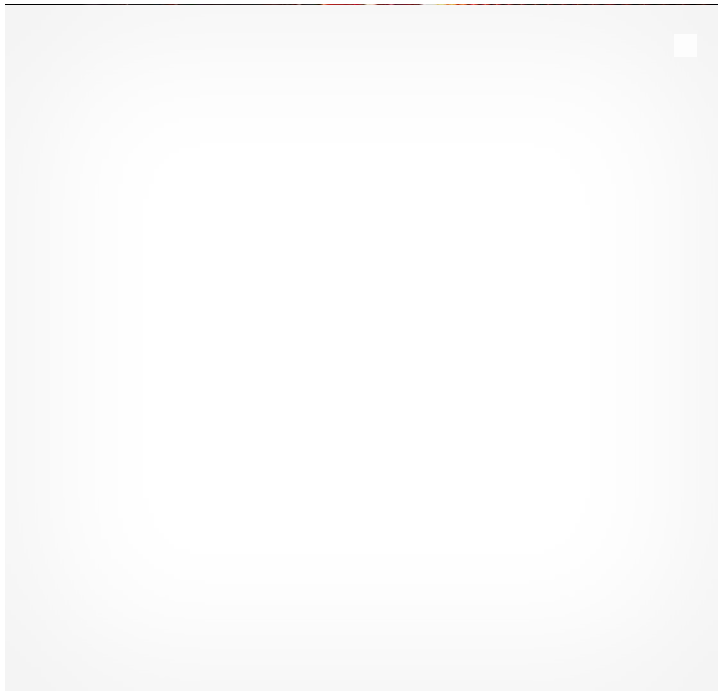
Líderes partidários decidiram ontem que a proposta de emenda constitucional (PEC) que prorroga a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) deve ser analisada na próxima semana. A ideia é iniciar a apreciação na segunda-feira e tentar concluir a votação dos dois turnos até o dia seguinte. A relatora, deputada Dorinha Rezende (DEM-TO), não pretende fazer novos ajustes no

parecer e está disposta a conversar com o novo ministro da Educação, Milton Ribeiro, sobre o texto.

A votação seria nesta semana, mas foi adiada atendendo a um pedido do governo. O Executivo quer que novo ministro esteja por dentro do assunto. O Fundeb em seu modelo atual só vai durar até o fim deste ano.

Ainda que o governo siga reclamando do impacto fiscal das mudanças, Dorinha vai manter o aumento progressivo da complementação da União no fundo a partir de 2021. A equipe econômica ainda lutava para que a elevação ocorresse apenas a partir de 2022, alegando que as contas públicas do ano que vem serão afetadas pela crise econômica causada pela pandemia.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Para viabilizar a votação da PEC, a relatora propôs no mês passado que o repasse do governo federal para os Estados e municípios dobre em seis anos, mas de forma mais escalonada do que o previsto antes da crise, que derrubou as receitas da União.

A regra atual do Fundeb prevê que a União complementarará em 10% os recursos aplicados por Estados e municípios na educação. O Ministério da Educação queria elevar o percentual a 15% em cinco anos, mas a Câmara quer, com apoio de governadores e prefeitos, dobrar o valor, para 20%.

Inicialmente, os deputados previam chegar a 15% já em 2021 e depois aumentar um ponto percentual por ano até chegar a 20% em 2026. Agora, a ideia é subir para 12,5% em 2021, 15% em 2022, 16,5% em 2023, 18% em 2024, 19% em 2025 e 20% em 2026.

Na semana passada, Dorinha protocolou um parecer atendendo a pedidos do governo e da oposição. Ela retirou a vinculação de recursos de petróleo e gás natural para a educação pública. A alteração era um pleito da equipe econômica, que alega que os recursos são voláteis. Atendendo a oposição, a relatora retirou de seu parecer a possibilidade de o governo federal usar a cota do salário-educação para fazer a complementação do Fundeb.

Ao **Valor**, Dorinha sinalizou que não pretende fazer novas mudanças no relatório e disse que eventuais divergências devem ser resolvidas no voto. Ela afirmou estar disposta a conversar com o novo ministro da Educação, que, em sua avaliação, “tem boa vontade”.

“Acho que construímos um texto possível. A maioria apoia o texto integralmente. Estou aguardando o contato dele [Milton Ribeiro], que tem boa vontade. Estou à disposição caso ele queira se inteirar de algum aspecto do texto, que não tem nenhum questionamento do ponto de vista educacional”, disse a relatora.

Titular do MEC até junho, o ex-ministro Abraham Weintraub protagonizou embates públicos com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), fez ataques ao Legislativo e não participou das negociações do texto.

O líder do Novo na Câmara, Paulo Ganime (RJ), sinalizou que pretende apresentar destaques para que mudanças sejam feitas na proposta. Ele afirmou que a legenda é contra a vinculação de 70% do montante do Fundeb ao pagamento de salários de profissionais de educação e contra a constitucionalização do custo aluno qualidade (CAQ), previsto no Plano Nacional de Educação.

Diante da resistência do governo com alguns pontos do texto, lideranças partidárias avaliam, nos bastidores, que a votação da PEC do Novo Fundeb pode ser um teste para ver a disposição de partidos do Centrão, que vem se aproximando do Palácio do Planalto, em votar com o governo.

Segundo líderes, a expectativa é que a Câmara tenha sessões apenas hoje e amanhã e que o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (DEM-AP), convoque sessão para quinta-feira.

Durante a reunião, líderes decidiram que devem ser analisados pelas Câmara nesta semana projetos de lei que ficaram pendentes das semanas anteriores e a Medida Provisória (MP) 986, de ajuda ao setor cultural.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Simple receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Ele tem 83 anos e nunca sofreu de prostatite, graças esse óleo.
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.
MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club
MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que "estica" a pele velha depois dos 40 anos de idade
SKINCAPS

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Latam deve ficar menor que Azul após recuperação judicial

Revisão de benefícios tributários estima redução de R\$ 50 bi

Cortes sugeridos pela Receita atingem Simples Nacional, MEI, setor agrícola e pessoa física

Por Murillo Camarotto — De Brasília

14/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Redução de renúncias tributárias

Plano da Receita prevê cortes em diversas áreas

REGIMES ESPECIAIS	TRIBUTOS	MEDIDA PROPOSTA
Fundos constitucionais	IOF	Não especificado
Padis (Comex)	IPI e PIS/Cofins	Vedação de novas habilitações
Recap	PIS/Cofins	Revogação do regime
Recine	IPI, PIS/Cofins e II	Revogação do regime
Reicomp	IPI	Revogação do regime
Reidi	PIS/Cofins	Vedação de novas habilitações
Repes	PIS/Cofins	Revogação do regime
Reporto	IPI e PIS/Cofins	Vedação de novas habilitações
Retid	IPI e PIS/Cofins	Vedação de novas habilitações
Simples Nacional	IRPJ, CSLL e PIS/Cofins	Redução do teto de enquadramento
Zona Franca de Manaus	PIS/Cofins	Revogação de benefícios
PROGRAMAS	TRIBUTOS	MEDIDA PROPOSTA
Desoneração da folha	Contribuição Previdenciária	Alteração de incidência
Fundo Criança e Adolescente	IRPJ e IRPF	Redução do benefício
Fundo do Idoso	IRPJ e IRPF	Redução do benefício
Incentivo ao desporto	IRPJ e IRPF	Redução do benefício
Pronac (Cultura)	IRPJ e IRPF	Redução do benefício
Pronas (Deficientes)	IRPJ e IRPF	Redução do benefício
Pronon (Atenção oncológica)	IRPJ e IRPF	Redução do benefício
PAT	IRPJ	Redução do benefício
SETORES	TRIBUTOS	MEDIDA PROPOSTA
Agricultura e Agroindústria	PIS/Cofins	Redução parcial dos benefícios de crédito presumido
Bovinos, ovinos e caprinos	PIS/Cofins	Redução parcial dos benefícios de crédito presumido
Café não torrado	PIS/Cofins	Redução parcial dos benefícios de crédito presumido
Suínos e Aves	PIS/Cofins	Redução parcial dos benefícios de crédito presumido
Laranja	PIS/Cofins	Redução parcial dos benefícios de crédito presumido
Soja e derivados	PIS/Cofins	Redução parcial dos benefícios de crédito presumido
Água Mineral	PIS/Cofins	Revogação da isenção para algumas categorias
Audiovisual	IRPJ e IRPF	Redução do benefício

Automotivo	IPI	Não especificado
Biodiesel	PIS/Cofins	Revogação do benefício
Cinema e Radiodifusão	PIS/Cofins	Revogação da isenção
Embarcações e aeronaves	PIS/Cofins	Revogação da isenção para algumas categorias
Financiamento habitacional	IOF	Não especificado
Gás Natural Liquefeito	PIS/Cofins importação	Revogação da isenção
Inovação	IRPJ e CSLL	Redução do benefício
Motocicletas	IOF	Revogação da isenção
Petroquímico	PIS/Cofins	Não especificado
Seguro rural	IRPJ, CSLL, IOF e PIS/Cofins	Revogação da isenção
Tecnologia da Informação	IRPJ	Redução do benefício
PESSOA FÍSICA	TRIBUTO	MEDIDA PROPOSTA
Aposentadoria por doença	IRPF	Limite para isenção e comprovação
Cesta básica	PIS/Cofins	Redução dos itens que compõem a cesta
Deficientes	IPI	Prazo maior para troca de veículo
Despesas médicas	IRPF	Limite máximo para dedução
MEI	Contribuição Previdenciária	Aumento da alíquota para 11%
Taxistas	IPI	Prazo maior para troca de veículo

Fonte:RFB

O plano de revisão de benefícios tributários do governo estima para este ano uma redução de quase R\$ 50 bilhões em renúncias de receita. Para 2021, a expectativa era de um corte ainda maior, da R\$ 56 bilhões. O estudo, mantido em sigilo, foi remetido ao Congresso Nacional em dezembro do ano passado, antes, portanto, dos efeitos econômicos causados pela pandemia.

O documento, ao qual o **Valor** teve acesso, detalha as dezenas de setores, programas e regimes especiais afetados pelo plano, que prevê a extinção, a redução ou a delimitação temporal de uma série de benefícios. Também recomenda que novos projetos - mesmo que negociados em troca de investimentos - não sejam mais aceitos pelo governo.

De acordo com a Receita, o plano tem o objetivo de limitar os benefícios tributários ao valor correspondente a 2% do Produto Interno Bruto (PIB) em um prazo de dez anos. O gasto tributário, como é definido tecnicamente o conjunto de benefícios, era estimado em quase R\$ 307 bilhões no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2019, usado como referência no plano. O patamar equivale a 4,2% do PIB, considerando que o indicador fechou o ano passado em cerca de R\$ 7,3 trilhões - ou seja, mais do que o dobro da meta perseguida pelo governo.

Questionada se os desdobramentos da pandemia teriam ocasionado mudanças no plano de revisão das renúncias, a Receita informou, por meio de sua assessoria, que não iria comentar.

Uma das principais mudanças propostas no estudo afeta o Simples Nacional, regime especial que enquadra micro e pequenas empresas. O Simples responde pela maior fatia dos gastos tributários totais, com pouco mais de R\$ 87,2 bilhões em 2019.

Pelas estimativas do governo, a renúncia tributária do programa seria reduzida em R\$ 19,5 bilhões neste ano e R\$ 22,5 bilhões em 2021, por meio da redução do limite máximo de faturamento admitido no Simples, que passaria dos atuais R\$ 4,8 milhões para R\$ 3,6 milhões por ano.

A queda nas renúncias também considera mudanças na faixa de empresas que faturam entre R\$ 3,6 milhões e R\$ 4,8 milhões, que é o chamado “sublimite” do Simples. Empresas nessa situação podem ter que pagar ICMS e ISS sobre os valores constantes nesse intervalo. Pela proposta do governo, essa regra começaria a valer já para quem fatura acima de R\$ 1,8 milhão.

O estudo também prevê alterações no enquadramento de advogados e contadores, que passariam a integrar o Anexo 5 do Simples, onde estão as empresas que prestam serviços de auditoria, publicidade e engenharia, por exemplo. Segundo a Receita Federal, advogados e contadores têm “tratamento diferenciado” em relação a outras atividades consideradas intelectuais.

Outra recomendação que teria efeitos sobre o empreendedorismo é a de aumentar a alíquota incidente sobre o programa de Microempreendedor Individual (MEI). Pela proposta, esses trabalhadores passariam a pagar contribuição previdenciária correspondente a 11% do valor do salário mínimo. Hoje, a taxa é de 5%.

Para todas as propostas previstas no plano, o governo definiu uma escala de sensibilidade política que vai de 1 a 5. No caso do Simples, o indicador foi classificado no nível máximo, possivelmente considerando o fato de que a mudança afetaria quase 3,4 milhões de contribuintes.

Segunda maior fonte de gastos tributários, com pouco mais de R\$ 32 bilhões estimados, os rendimentos isentos do Imposto de Renda também estão na mira do fisco. A ideia central é estabelecer um limite de valor para as isenções oferecidas a pessoas que se aposentaram por moléstia profissional ou doença grave.

O governo também quer exigir que essas pessoas sejam obrigadas a comprovar, mediante laudo médico, que são portadoras das doenças. Beneficiados por esse dispositivo, os cegos só seriam admitidos se comprovassem que a deficiência acomete os dois olhos. O efeito da atualização foi estimado pela Receita em uma redução de R\$ 2,47 bilhões neste ano e R\$ 2,85 bilhões em 2021.

No caso dos rendimentos que já são tributados, o governo considera limitar a R\$ 25 mil por ano a dedução de despesas médicas no Imposto de Renda da Pessoa Física. O teto valeria individualmente para cada dependente.

Para o setor agrícola, que recebe benefícios tributários da ordem de R\$ 30 bilhões anuais, o plano prevê pelo menos três mudanças. Uma trata do aumento, de 1,2% para 2%, do percentual de contribuição previdenciária destinada ao Funrural (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural).

O plano também reduz em 50% os benefícios concedidos ao setor agropecuário na forma de créditos presumidos do PIS/Cofins relacionados à aquisição de alguns insumos. A proposta visa ainda revogar a isenção da mesma contribuição para a venda ou importação de alguns produtos que hoje estão na cesta básica.

O argumento é de que alguns desses produtos não compõem a cesta básica, mas foram incluídos pela Lei 12.839/2013, no governo da ex-presidente Dilma Rousseff. Entre esses itens estão tipos de carnes, além de café, manteiga, margarina e produtos de higiene pessoal. Os efeitos dessas medidas em termos de redução de renúncia tributária foram estimados em R\$ 5 bilhões.

Outra área beneficiada, a Zona Franca de Manaus também poderá perder parte dos incentivos. O plano elaborado pela Receita sugere que revogação dos dispositivos que concedem alíquotas diferenciadas do PIS/Cofins incidente sobre as vendas das empresas estabelecidas na região para o restante do país. A medida poderia

resultar, em 2020, em uma redução de pouco mais de R\$ 1,1 bilhão nas renúncias fiscais.

Tema da mais recente queda de braço entre o governo e o Congresso, a desoneração da folha de pagamento também consta na proposta elaborada pela Receita. A sugestão é que uma contribuição patronal incidente sobre a receita bruta - com alíquota entre 1% e 4,5% - substitua a contribuição previdenciária sobre os salários, que seria revogada para todos os setores da economia.

Na semana passada, empresários beneficiados pela desoneração temporária da folha, por conta da pandemia, pressionaram o Congresso para que seja derrubado o veto do presidente Jair Bolsonaro à prorrogação do benefício. Uma definição, provavelmente por meio de um acordo entre governo e parlamentares, deve ser conhecida nos próximos dias. **(Colaborou Beatriz Olivon)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Chega de pagar anuidade do cartão de crédito
SANTANDER FREE

LINK PATROCINADO

Simplex receita antiga pode mudar sua próstata em alguns dias.
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Ele tem 83 anos e nunca sofreu de prostatite, graças esse óleo.
PROST+ACTIVE

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club
MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que "estica" a pele velha depois dos 40 anos de idade

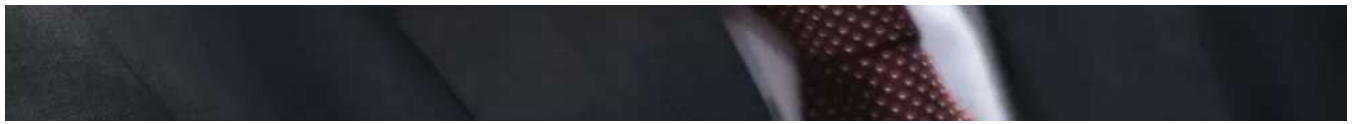
Receita quer elevar alíquota do PIS para o setor financeiro

Fisco argumenta que ideia é simplificar o acesso a créditos tributários, que passariam a obedecer às mesmas regras de dedutibilidade válidas atualmente para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica

Por **Murillo Camarotto** — De Brasília

14/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas





Malaquias, um dos autores do texto: custos e despesas dedutíveis no IRPJ também poderão ser na Nova Contribuição — Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Além de um plano para a revisão de benefícios tributários, a Receita Federal encaminhou ao Congresso em dezembro passado uma proposta preliminar de reforma do PIS/Cofins. Entre as sugestões está o aumento da alíquota incidente sobre instituições financeiras e seguradoras, que passaria de 4,65% para 6%.

Pelo sistema proposto, a unificação das contribuições teria o objetivo de simplificar o acesso a créditos tributários, que passariam a obedecer às mesmas regras de dedutibilidade válidas atualmente para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

“Ou seja, os mesmos custos e despesas que, nos termos da legislação do IR, são admitidos como dedutíveis para fins de apuração da base de cálculo do IRPJ, também poderão ser utilizados na apuração de créditos da Nova Contribuição”, explica o documento, assinado por Claudemir Malaquias, do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros, e Fernando Mombelli, coordenador-geral de tributação.

PUBLICIDADE



A Receita também defende a exclusão do ICMS e do ISS da base de cálculo da nova contribuição, um imbróglio antigo que ainda não saiu completamente dos tribunais. De acordo com a Receita, “a rigor” esses impostos “não fazem parte da cadeia de agregação de valor em cada etapa de produção/comercialização”.

A ideia é que o PIS e a Cofins tenham incidência única, com características de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que é um dos paradigmas do governo para o projeto da reforma tributária. O entendimento é de que a simplificação e a consequente redução da judicialização terão como resultado uma economia de custos para o setor privado.

De acordo com a proposta, tanto as empresas optantes pelo lucro presumido quanto aquelas adeptas do lucro real sujeitas à alíquota de 3,65% do PIS/Cofins passariam a ser tributadas pela regra da Nova Contribuição.

“A adoção da sistemática de apuração do imposto sobre valor agregado exige uniformidade na forma de apuração, como requisito necessário para se evitar a geração de créditos indevidos ao longo da cadeia e assegurar isonomia da carga tributária ao longo das cadeias produtivas”, informa o documento da Receita.

As empresas enquadradas no Simples gerariam crédito de até 30% da alíquota da Nova Contribuição. Segundo a Receita, os anexos do Simples - que são as categorias de tributação de cada tipo de negócio - estão sendo ajustados para redução de contribuição previdenciária na proporção de 7% do valor atual.

Para instituições financeiras e seguradoras, a Receita sugere a manutenção do sistema de apuração diferenciado, por conta das peculiaridades dessas áreas. Propõe, no entanto, que a alíquota da contribuição passe para 6%.

Os subsídios tributários relacionados ao PIS/Cofins, segundo a Receita, são estimados em pouco mais de R\$ 81 bilhões.

mercado

Só 13 estados já mudaram regras para aposentadoria

Seis nem elevaram alíquota, como previsto na reforma; prazo acaba no dia 31

Thiago Resende

BRÁSILIA Quase oito meses após a reforma da Previdência, apenas metade dos estados mudou as regras para que servidores se aposentem. Das 27 unidades da Federação, 13 aprovaram critérios mais duros para funcionários estaduais.

O levantamento foi feito pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

A reforma de 2019 não exige que os estados sigam as mesmas regras que a União determinou para o funcionalismo federal. Porém, o governo tem buscado incentivar que os governadores também adotem medidas para melhorar a situação financeira dos regimes previdenciários.

"Todos os estados têm consciência de que isso é necessário. É inevitável. Vários já tomaram providências da forma que deveriam fazer, mas alguns estados nem sequer começaram a discutir. Isso é preocupante", disse secretário de Previdência, Nairon Gutierrez.

Desde que a reforma entrou em vigor (novembro de 2019),

os estados que alteraram as regras de aposentadoria de servidores são: Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Piauí, Paraná, Rio Grande do Sul, Sergipe e São Paulo. Quase todo esse grupo seguiu os critérios de idade mínima usados pela União: 65 anos, se homem, e 62 anos, se mulher. Há duas exceções: Bahia (64 anos e 61 anos) e Sergipe (65 anos e 60 anos).

Originalmente, o governo apresentou uma proposta de reforma mais ampla e que também alterava, logo após aprovação no Congresso, os critérios de aposentadoria para servidores estaduais.

Mas, diante da resistência da maioria da Câmara, isso foi derrubado. Deputados queriam que governadores e prefeitos que criticavam a reforma também tivessem o deságio político para aprovar medidas duras nas respectivas Assembleias e Câmaras Municipais.

Com a derrota, o governo tem oferecido apoio técnico para elaborar um plano de revisão dos critérios de aposentadoria. A equipe econômica fez uma

avaliação — com notas A, B, C e D — sobre a gestão e a situação financeira do regime de Previdência de cada unidade da Federação. Vinte obtiveram notas baixas no ranking (C e D). Apenas os Amazonas conseguiram a avaliação máxima.

A obrigação (de fazerem a reforma) vem em razão da necessidade de esses sistemas serem equilibrados", afirmou o subsecretário dos Regimes Próprios de Previdência Social, Alex Albert Rodrigues.

O Senado aprovou no ano passado uma proposta para tentar estender a reforma da Previdência do governo Jair Bolsonaro aos servidores estaduais e municipais. Mas isso não há clima na Câmara para fazer o projeto avançar.

Além disso, o governo rejeita a versão aprovada no Senado, pois os congressistas incluíam mudanças que alteram regras de aposentadorias, desdramatizando a reforma em vigor desde novembro.

"A ideia do governo, dentro da proposta encaminhada ao Congresso, é que a reforma de 2019 já tivesse tratado por completo da Previdência dos

estados e municípios. [...] Não entendemos que a PEC paralela [a proposta aprovada no Senado] seja o melhor caminho", disse Gutierrez.

Apesar dos embates no Congresso, a reforma da Previdência de 2019 prevê que os estados façam alterações na alíquota previdenciária cobrada sobre a remuneração de servidores estaduais. Esse percentual não pode ficar abaixo da taxa aplicada sobre o funcionalismo federal.

O governo está buscando que estados até 31 de julho para comprovar que aumentaram as alíquotas previdenciárias de seus servidores para pelo menos 14%, como determina a reforma. Antes a alíquota da União era de 11%.

Com isso, há duas opções. Ou estabelecer uma alíquota de ao menos 14% ou adotar o modelo progressivo da União, com contribuições que variam de 7,5% a 22%, a depender do salário do servidor. A maior alíquota vale para quem ganha acima de R\$ 39 mil.

Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato

Que estados fizeram 8 meses após reforma da Previdência

Endureceram critérios de aposentadoria e elevaram as alíquotas de contribuição previdenciária de servidores

Acre, Pará, Piauí, Ceará, Bahia, Alagoas, Sergipe, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul

Apenas elevaram a alíquota

Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Rio, Santa Catarina e Distrito Federal*

Não alteraram nenhuma regra

Amapá, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia e Tocantins

QUE DETERMINA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Os estados precisam elevar as alíquotas cobradas sobre servidores ao

mesmo patamar que a União até 31 de julho

Governadores pedem mais prazo

Quem descumprir a norma poderá perder uma certidão dada pelo governo federal e ficar sem acesso a financiamento de bancos públicos

*Ainda aguarda sanção

FACULDADE
FIPECAFI

Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo já fizeram o ajuste.

Portanto, ao todo, 32 unidades da Federação já aprovaram a elevação da alíquota.

"Isso traz uma melhoria financeira para o regime previdenciário, mas a mudança dos [critérios para aposentadoria e] benefícios ainda é fundamental. A pandemia [da Covid-19] veio para piorar esse cenário, principalmente por que chegou num ano eleitoral", avaliou Rodrigues.

Os casos mais alarmantes são Amapá, Minas, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia e Tocantins, que ainda não elevaram as alíquotas. Há pressão desses estados para que o prazo — 31 de julho — seja prorrogado.

Se descumprirem o aumento de alíquota, esses estados poderão perder o reconhecimento emitido pelo governo. Sem esse certificado, o estado pode ficar sem a transferência de recursos não obrigatórios da União e sem acesso a crédito em banco público ou financiamentos com aval da União.



Romeu Zema, governador de MG, estado enviou e em junho projeto de reforma da Previdência e deve pedir mais prazo para elevar alíquota. G1/Estadão - 11.jul.20/Imprensa MG

Endividados, Rio e Minas Gerais retardam reforma

RIO DE JANEIRO, BELO HORIZONTE, PORTO ALEGRE e RIBEIRÃO PRETO Entre os estados mais endividados no país, Rio e Minas enfrentam atrasos nas mudanças nas regras das aposentadorias de servidores.

Minas só enviou o projeto ao Legislativo no fim de junho e deve pedir mais prazo ao governo federal para alterar as alíquotas previdenciárias. O Rio alega que a pandemia paralisou as discussões sobre elevação das idades mínimas.

Portaria da secretaria especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia determina elevação das alíquotas até o dia 31. Minas é um dos seis estados que ainda não aprovaram a mudança.

O Legislativo estadual decidiu adiar a votação para agosto para debater o tema com servidores. Segundo o presidente da Assembleia, Agostinho Patrão (PV), houve entendimento com o governo para que solicite ao Ministério da Economia prorrogação do prazo por mais 10 ou 15 dias.

A reforma proposta pelo governo de Minas prevê alíquota progressiva de 13% a 19%, de acordo com a faixa salarial. Co-

mo a incidência não é sobre o valor total, as alíquotas máximas efetivas vão até 18,38%. A estimativa do estado é que 83,3% dos servidores terão efetiva menor de 14%.

"O escalonamento evita que uma pessoa que ganhe R\$ 2.010 receba líquido, no bolso, uma quantia menor que quem ganha R\$ 1.990. A forma correta é fazer essa alíquota progressiva, com 14% só no que ultrapassa os R\$ 2.010. Imposto de renda é desse jeito", IPTU é desse jeito", diz o professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), Mauro Sayar.

Com uma das piores situações financeiras do país, Minas tem déficit orçamentário estimado em R\$ 17,2 bilhões para 2020. O déficit previdenciário para o período deve ser de R\$ 2,1 bilhões. Com a reforma, o governo estima economia de R\$ 2,3 bilhões já para o próximo ano. Em dez anos, o ganho seria de R\$ 32,6 bilhões, e, em 30, de R\$ 116,3 bilhões.

A proposta inclui ainda a criação de uma autarquia para gerenciar a previdência, a MGPrev. No primeiro quadri-

mestre de 2020, a despesa de pessoal foi de R\$ 15,4 bilhões, sendo R\$ 7,91 bilhões (51%) destinados aos servidores ativos e R\$ 7,48 bilhões (49%) aos aposentados e pensionistas.

A reforma de Minas abarca um total de 473.764 servidores civis — 184.284 ativos, 251.204 inativos e 38.476 pensionistas. Militares foram abrangidos nas regras aprovadas no âmbito federal, assim como aqueles que seguem o RGPS (Regime Geral da Previdência Social). O texto já ajusta as idades mínimas para aposentadoria aos parâmetros estabelecidos na reforma federal.

Para professores, as idades passarão das atuais 55 para homens e 50 para mulher para 60 e 57, respectivamente, com tempo de contribuição de 25 anos para ambos. Já os servidores da segurança passam a ter idade mínima para se aposentar fixada em 55 anos, com tempo de contribuição de 30 anos, para ambos os sexos.

Zema classificou a reforma como projeto mais importante de seu governo. Para o professor Mauro Sayar, ela é crucial para uma mudança efeti-

va no estado, mas é uma parte do que precisa ser feito. Ele critica, porém, a manutenção de diferenciais para algumas categorias, como a de professores.

"Outras reformas devem ser feitas, mas é um pontapé inicial. Não tem como pensar em resolver problema fiscal no estado de Minas Gerais ou em outros estados sem atacar a questão das aposentadorias. É crucial uma reforma previdenciária", afirma.

O Rio já cobrava alíquota de 14%, de forma extraordinária, desde que uma primeira reforma foi aprovada, sob violentos protestos em 2017, como parte de esforço para enfrentar a crise financeira do estado e obter socorro do governo federal.

Nova reforma, mais adequada à emenda constitucional 103, será apresentada ao Legislativo após o fim da pandemia.

O presidente da Rioprevidência, Sérgio Aureliano, diz que o governo vinha trabalhando em minutos de mudanças nas idades mínimas para aposentadoria e nas regras para militares para apresentar a Alerj (Assembleia do Rio). "Mas a pandemia parou tudo".

No complexo sistema pre-

“ Não tem como pensar em resolver problema fiscal no estado de Minas Gerais ou em outros estados sem atacar a questão das aposentadorias. É crucial uma reforma previdenciária

Mauro Sayar
professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais)

videnciário do estado, as aposentadorias mais antigas são garantidas pelo Tesouro estadual, enquanto servidores contratados a partir de 2017 participam de um novo sistema. Todo mês, diz Aureliano, o Tesouro estadual coloca cerca de R\$ 500 milhões para bancar o sistema antigo, que ainda recebe dinheiro de taxas e da loteria estaduais.

Aureliano alega, porém, que as mudanças não trazem economia imediata, uma vez que não há novo aumento de alíquota. "Tem apenas um ganho atuarial, porque adia o início da aposentadoria de quem ainda não está em idade de aposentar", afirmou.

Sem apoio na Alerj e em meio a denúncias de corrupção na compra de equipamentos hospitalares para enfrentar a pandemia, o governador Wilson Witzel (PSC) pode enfrentar resistências nos debates com deputados sobre as novas mudanças.

Mesmo em estados que já aprovaram reformas após a emenda constitucional, há críticas sobre a extensão das mudanças. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a reforma aprovada pelo governador Eduardo Leite (PSDB) garante aos militares aposentadoria integral e paridade com reajustes dos salários da ativa.

"Os militares se aposentam mais cedo, vão para a reserva mantendo todo o salário, mesmo que não tenham contribuído isso. Ao não incluí-los na reforma, fica escancarada a desigualdade", diz o economista Frederico Cosentino, coordenador da bancada de partido na Assembleia. Para o Novo, foi um recuo do governo para evitar derrota.

Com 100 mil e 217 mil aposentados e pensionistas, o Rio Grande do Sul aprovou a reforma em dezembro de 2019. Ela passou a valer em março deste ano, com alíquotas que variam progressivamente de 7,5% a 22%. O impacto da reforma, em dez anos, é de R\$ 13,9 bilhões. O déficit previdenciário em 2019 foi de R\$ 12,5 bilhões.

Em Goiás, que teve a reforma estadual aprovada em dezembro, as regras para os militares só serão alteradas em 30 de dezembro de 2021, prazo permitido pela emenda constitucional. No início de 2022, as regras serão equivalentes às do governo federal. As principais mudanças da reforma foram a elevação da idade mínima para 65 anos para homens e 62 para as mulheres. O tempo de contribuição, que era 35 e 30 anos, respectivamente, passou a ser de 25 para homens e mulheres, sendo 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo efetivo. Nicola Pamplona, Fernando Canoff, Paula Sperber e Marcelo Toledo

Cronômetro

O Itaú Unibanco ainda está calculando o número de empresários que não conseguiram ter acesso aos R\$ 3,7 bilhões da linha de crédito para micro e pequenos negócios Pronampe, que o banco começou a disponibilizar em testes na quinta-feira (9) e se esgotou em 29 minutos nesta segunda-feira (13). O volume de demanda foi quatro vezes maior que o pico histórico registrado pela instituição no canal de pessoa jurídica e o recurso atendeu 37 mil empresas antes de acabar.

SOLUÇÃO O sistema criado para fazer tudo online, evitando a presença física nas agências, teve intermitência na sexta e foi ajustado à demanda no fim de semana, segundo Carlos Vanzo, diretor do banco.

ALGEMA Uma semana após estimular os donos de bares de Curitiba a fazerem protestos pela difícil situação do setor, Fábio Aguiayo, presidente da Abrabar (associação de bares), distribuiu um vídeo nesta segunda (13) que mostra um empresário acionista da Caixa na capital paranaense.

DÍVIDA Arlindo Ventura, dono do bar O Torto, no centro da cidade, diz que o gesto de um protesto para conseguir receber um pedido de crédito de R\$ 55 mil. O empresário afirma que teve a aprovação na linha Giro Caixa, mas o banco não libera o recurso porque ele está inadimplente.

LIMITE A Caixa diz que a Receita analisa o enquadramento da empresa. Segundo a instituição, as companhias não poderão ter restrições em seu CNPJ ou no CPF dos sócios.

ACUMULADO Empresas especializadas em escorpos especializadas em demandas de estabelecimentos prestes a fechar ou falir registraram alta na demanda nos EUA na pandemia. Alguns dos maiores grupos do ramo no país estão executando vendas para o fechamento de aproximadamente 150 unidades da loja de departamento JC Penney, segundo o Financial Times.

LOTAÇÃO A procura é tão grande que há relatos de empresas recusando produtos de varejistas porque o mercado não teria como absorver o inventário tão rapidamente.

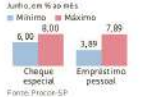
MAPA O escritório de advocacia Mattos Filho vai inaugurar nesta terça-feira (14) uma unidade em Campinas (SP). O atendimento na região será virtual ou presencial.

CADEIRA Luiz Carlos Montello, fundador e presidente da Pharma, empresa que gerencia benefícios de medicamentos, assumirá a presidência do conselho de administração da companhia. Em sua lugar entrará Eduardo Mangione.

com Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência julho*
Autônomos, empregador e facultativo
Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209
Valor máx. R\$ 6.104,04 20% R\$ 1.221,21

MEI (Microempreendedor)

Valor mín. R\$ 5.145,51	R\$ 12,25
Valor máx. R\$ 1.134,00	12%
Valor máx. R\$ 1.134,00	12%
Valor máx. R\$ 1.134,00	14%

*Tirada da competência de julho vem em 20 jul para empresa, para pessoas físicas, vem em 15 jul. O prazo para a competência de maio está aberto para novembro para empresa.

IMPOSTO DE RENDA

Alíq.	Alíq. em %	Deduz. em R\$
Até 1.903,98	7,5	142,80
De 1.903,99 até 2.826,65	15	354,80
De 2.826,66 até 3.751,05	22,5	636,13
De 3.751,06 até 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e 4 horas diárias	
Empregado	De 7,5% 9794 713,09
Empregador	2,0% 250,50 1.220,24

*O prazo para o depósito da declaração vence em 7 jul. A guia de pagamento dos impostos, inclusive a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, a FGTS, a multa para a doméstica e o segundo contra-valor. A declaração do INSS da doméstica pode ser declarada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro.

Plano pós-pandemia de Guedes prevê imposto negativo para informais

Estado depositaria bônus de 20% em fundo que poderia ser sacado só na aposentadoria para trabalhador que declarasse renda

Fábio Pupo

BRASÍLIA O ministro Paulo Guedes (Economia) estuda a criação de um novo benefício assistencial. Ele está sendo estruturado dentro dos princípios do chamado imposto negativo.

A ideia é o Estado depositar uma espécie de "bônus", correspondente a até 20% do rendimento mensal do trabalhador informal, em uma conta a ser usada apenas na aposentadoria.

Essa é uma das principais medidas no pacote de mudanças trabalhistas, tributárias, previdenciárias e de assistência social desenhadas por Guedes e sua equipe para o cenário pós-Covid.

De acordo com interlocutores do ministro ouvidos pela Folha, as medidas têm como objetivo central solucionar a situação dos 36 milhões de vulneráveis registrados durante a crise do coronavírus com o auxílio emergencial de R\$ 600.

O plano de Guedes prevê dividir essas pessoas em dois grandes grupos. O primeiro e mais vulnerável reuniria aproximadamente 6 milhões de pessoas e seria direcionado ao novo Bolsa Família (que passaria a ser chamado de Renda Brasil).

Um segundo e maior grupo, de aproximadamente 30 milhões de pessoas, seria direcionado ao mercado de trabalho tendo como estímulo o Imposto de Renda negativo planejado por Guedes.

Um membro do Ministério da Economia ilustrou o mecanismo dando o exemplo de um informal que pode ter trabalhado em um mês como passageiro de cachorros, lavador de pratos e jardineiro. Ao informar ao governo que obteve R\$ 600 pelos serviços, por exemplo, o Estado pagaria o bônus de R\$ 120 a ele (o equivalente a 20% do rendimento).

A equipe econômica pretende que esse bônus seja depositado em uma conta do trabalhador, a ser acessada somente após a aposentadoria. Guedes planeja que o indivíduo, assim, ganhe um estímulo para sair da assistência social diante da ideia de, ao

se aposentar, ganhar um valor extra além do mínimo já garantido pela lei (de um salário mínimo, equivalente hoje a R\$ 1.045).

Além disso, a pessoa teria um incentivo para declarar os números ao governo (já que ganharia com isso), trazendo os dados para registro do Estado.

Integrantes da equipe econômica defendem que a proposta é "muito melhor" do que o sistema de capitalização debatido durante a reforma da Previdência, em que a aposentadoria de cada indivíduo depende de sua própria contribuição. Pelo plano, ressaltam, o bônus não seria pago pela empresa ou pelo trabalhador, mas pelo próprio Estado.

Na visão de Guedes, pela primeira vez a política de assistência social seria conectada ao mercado de trabalho. Hoje a conclusão é que há um mundo distante entre dois extremos, o Bolsa Família e a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Guedes planeja ainda um terceiro nível no que vem chamando de "rampa" de ascensão social, nesse caso com uma porta de acesso ao mercado de trabalho.

Haveria corte de impostos sobre a folha para quem ganha até um salário mínimo.

O ministro busca emplacar, com isso, seu antigo desejo de desonerar a folha de salários. Algo que ele já tentava antes da pandemia, por considerar o atual sistema uma bomba de destruição em massa de empregos, e passou a defender ainda mais diante da deterioração no mercado de trabalho pela crise.

Para compensar tamanho uso de recursos, é fundamental nos planos do ministro a criação de um imposto sobre pagamentos. A ideia foi colocada na geladeira após a queda de Marcos Cintra da Secretaria da Receita (que defendia o imposto, atacado publicamente até pelo presidente Jair Bolsonaro).

Agora, o ministro da Economia voltou a defender o tributo dizendo haver uma reação de histeria sobre o tema que interdita o debate. Na vi-

são de Guedes, é preciso ficar claro que a ideia não é criar um novo imposto, mas fazer uma troca no sistema tributário. Saem encargos sobre salários para até um salário mínimo, entra o imposto sobre pagamentos.

Tributo nos moldes da CPMF terá de ser debatido, diz Mourão

Renato Machado

BRASÍLIA Embora ressalte a oposição do presidente Jair Bolsonaro, o vice-presidente Hamilton Mourão disse nesta segunda-feira (13) que a criação de um novo imposto sobre transação financeira vai precisar ser discutida "mais cedo ou mais tarde" e que ele se mostra favorável a esse debate.

"Eu acho que tem que ser discutido. O presidente é contra, está bom, ele não quer jogar esse assunto na mesa por causa da memória antiga da antiga CPMF [Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira]. Mas a gente sabe que nosso sistema tributário é um sistema complicado", disse.

Mourão participou de uma reunião sobre o vivo promovida pela Genial Investimentos. Quando ele foi perguntado especificamente sobre um novo imposto sobre transação financeira, o vice-presidente evitou se posicionar e apenas afirmou que há empresários e parlamentares que o procuram, manifestando aprovação em relação à ideia.

"Parece ser o grande Satã da reforma tributária, ninguém quer ouvir falar disso aí".

"Acho que tem que ser discutido. Eu já recebi deputado aqui que é favorável a imposto único, cobrado na entrada e na saída da conta de cada um de nós", afirmou o Mourão, ressaltando que a discussão precisa ser feita "sem preconceitos" e no Congresso Nacional.

"Mais cedo ou mais tarde, essa discussão vai ter que ser colocada na mesa", completou o vice-presidente.

Mourão disse que a discussão a respeito da reforma tributária terá início em breve, em razão do próprio interesse do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RR).

O vice-presidente afirma que a reforma é necessária, assim como outras, para combater grandes males da economia brasileira, que seriam "a falta de equilíbrio fiscal e a baixa produtividade".

Da parte do governo, Mourão afirmou que o texto da reforma administrativa está pronto e deve ser encaminhado ao legislativo após retomada das sessões presenciais — encerradas por conta da pandemia do novo coronavírus.

Em carta, milionários pedem que sejam mais taxados para pagar pela crise do coronavírus

SÃO PAULO Um grupo com 80 milionários dos EUA, do Reino Unido, da Alemanha, da Nova Zelândia, do Canadá e da Holanda assinou uma carta em que pedem aos governos que sejam mais tributados para pagar pela crise do coronavírus.

A coalizão, que reúne herdeiros como o bilionário Tim Denney e o cofundador da marca de sorvetes Ben and Jerry's, Jerry Greenfield, foi organizada pelo projeto Millionaires and Tax Justice UK. O grupo disse que a crise pode "durar décadas" e "levar meio bilhão de pessoas à pobreza".

"Hoje, nós, milionários que assinamos esta carta, pedimos aos nossos governos que aumentem impostos sobre pes-

soas como nós. Imediatamente. Substancialmente. Permanentemente", dizem.

Segundo a Forbes, a carta foi apresentada por parlamentares da oposição no Reino Unido exigindo um imposto sobre o patrimônio para financiar os esforços contra o impacto econômico da Covid-19.

O grupo afirma que podem garantir o financiamento adequado para o sistema de saúde, educação e segurança por meio de um aumento permanente de impostos sobre os mais ricos do mundo.

O texto ainda acrescenta que o grupo tem uma "dívida enorme" com os trabalhadores da linha de frente. "Ao contrário de dezenas de milhões de pessoas em todo o mundo, não precisamos nos preocupar em perder nossos empregos,

casas ou nossa capacidade de sustentar nossas famílias. Então, por favor, Taxe-nos. É escolhida certa. É a única escolha."

No Brasil, segundo o relatório World Wealth Report de 2020, o número de milionários cresceu 7% e chegou a 199 mil no ano passado. Em números brutos, o Brasil é o 18º país com o maior contingente de milionários, parte em razão do seu tamanho, já que fica na frente de países ricos como Suécia e Austrália.

Em números brutos, o Brasil é o 18º país com o maior contingente de milionários, parte em razão do seu tamanho, já que fica na frente de países ricos como Suécia e Austrália.

Em números brutos, o Brasil é o 18º país com o maior contingente de milionários, parte em razão do seu tamanho, já que fica na frente de países ricos como Suécia e Austrália.

Em números brutos, o Brasil é o 18º país com o maior contingente de milionários, parte em razão do seu tamanho, já que fica na frente de países ricos como Suécia e Austrália. Em números brutos, o Brasil é o 18º país com o maior contingente de milionários, parte em razão do seu tamanho, já que fica na frente de países ricos como Suécia e Austrália.

Em números brutos, o Brasil é o 18º país com o maior contingente de milionários, parte em razão do seu tamanho, já que fica na frente de países ricos como Suécia e Austrália.

Em números brutos, o Brasil é o 18º país com o maior contingente de milionários, parte em razão do seu tamanho, já que fica na frente de países ricos como Suécia e Austrália.

mercado coronavírus

Reabrir com restrição em SP dá prejuízo, dizem academias

Parte das redes prefere permanecer fechada à espera de relaxamento de regras

Thais Carranza

SÃO PAULO A reabertura das academias de ginástica na cidade de São Paulo, sob restrições, não será rentável num primeiro momento, avaliam grandes empresas do setor.

O segmento retomou atividades a partir desta segunda-feira (13), com restrições que não operará apenas 30% da capacidade, limite de funcionamento de seis horas diárias e necessidade de agendamento prévio pelos clientes, que devem manter distância mínima de dois metros entre si e usar máscaras todo o tempo.

Vestiários e bebedouros não podem ser utilizados, e clientes em grupos de risco não devem frequentar os espaços.

Diante das limitações, há empresas que optaram por esperar mais tempo para abrir, como a Competition, que planeja retomar suas operações apenas no próximo dia 27, na expectativa de que até lá algumas das regras já tenham sido relaxadas.

Na avaliação de empresários, entre as mudanças que deverão ser permanentes, a oferta de produtos digitais é um caminho sem volta.

O setor também deve passar nos próximos anos por um movimento de consolidação, com as cinco maiores empresas — SmartFit, Bodytech, Scifit, Blue Fit e Cia Athletica — ampliando sua fatia de 25% do mercado. Por fim, as compa-



Aluno em academia no Paraíso; abertura é limitada a 30% da capacidade

nhias devem mudar de forma permanente sua estrutura de custos, diante de uma receita agora incerta.

A Just Fit, com 35 unidades no estado de São Paulo e 20 na capital, é uma das empresas que optaram por reabrir já nesta segunda, após permanecer fechada desde 19 de março. A operação retoma com 30% a 40% dos funcionários de volta da suspensão de contratos, avaliada pela MP 936.

"Inicialmente, a reabertura não é rentável, mas vamos acompanhar de acordo com o retorno dos clientes", afirma Paulo Rebelo, diretor de operações da Just Fit.

Segundo ele, o setor tenta negociar com a prefeitura uma flexibilização das limitações de capacidade e de horário de funcionamento, considera, porém, que as restrições em relação aos protocolos de abertura adotados em outros estados.

"Defendemos ao menos 50% da capacidade, o que ajudaria a viabilizar o negócio, assegurando o fechamento. E o mesmo faz horas de abertura, para conseguirmos atender adequadamente nosso público",

Rebelo afirma, porém, que o retorno de clientes não aconteceu positivamente neste primeiro dia de reabertura.

"De cada 100 lugares disponíveis, 80 estão sendo preenchidos nesse momento", afirma. Segundo ele, em Araçatuba, onde a reabertura aconteceu há três semanas, esse índice chega a 88%. "Estamos bastante otimistas, porque imaginávamos que esse número não ia chegar nem a 50%".

O retorno é um alento para uma empresa que chegou a ter unidades com 60% de cancelamentos de matrícula

las e uma inadimplência que dobrou de 6% para 12%.

A Bodytech planeja reabrir nesta quarta-feira (15) suas 12 unidades na capital paulista, de um total de 122 em todo o Brasil. Luiz Urquiza, diretor executivo da empresa, também é crítico quanto à limitação de apenas seis horas.

"Essa restrição não nos parece fazer muito sentido. Se o objetivo é poder atender o maior número de pessoas, com o menor risco de ocupação elevada, sem dividir a largura do horário de funcionamento seria o ideal", afirma.

Para Urquiza, a viabilidade da operação de reabertura vai depender principalmente de renegociar aluguéis, o principal custo fixo das unidades. "As academias de shopping, em geral o valor do aluguel tem um percentual variável em relação ao faturamento, o que deve possibilitar um ajuste natural. Já nas unidades de rua, será preciso negociar.

Segundo Flávia Brunoro, diretora operacional da Competition, a operação de fato não seria rentável sob as restrições atuais, mas esse não foi o principal fator na decisão de não abrir. "Os pontos principais, para nós, foram a limitação de uso dos vestiários e o horário restrito. Esperamos que isso possa ser revertido até dia 27", afirma. "Mas, se não acontecer, vamos avaliar e seguir em frente".

Conforme a Acad (Associação Brasileira de Academias), o setor soma 30 mil academias em todo o Brasil.

"A estimativa dos sindicatos é que 20% a 30% das empresas do setor acabem fechando devido à pandemia, principalmente pequenas e médias", afirma Richard Bilton, diretor da Acad.

O retorno é um alento para uma empresa que chegou a ter unidades com 60% de cancelamentos de matrícula

tor, mostrou que o fechamento de academias nos meses de abril a maio foi três vezes maior do que o verificado em 2019. O levantamento aponta, ainda, para a possibilidade do fechamento de 110 mil postos de trabalho no setor em 2020, após perda de 44 mil empregos no ano passado.

Além do novo estudo, no período analisado, houve uma queda de 77% nas vendas de novos planos, na comparação com os meses anteriores à crise. Foi registrada ainda uma redução significativa no número de clientes ativos, com queda de 35% na média nacional.

Motoboy faz nova paralisação nesta terça na capital

SÃO PAULO A entrega de encomendas preparou uma nova paralisação para esta terça-feira (14) em São Paulo. Os mototrafistas pretendem cruzar os braços, principalmente, por causa da falta de valores mínimos repassados aos profissionais por empresas de aplicativos de entrega.

Essa é a segunda paralisação da categoria, embora a nível local. Em 1º de julho, milhares de motoboy se reuniram na capital paulista e em cidades de todo o país, como Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre e Salvador, contra a precarização do trabalho dos entregadores de aplicativo. Aproximadamente metade de entregadores está prevista para o dia 25.

A mobilização deve começar às 9h, em frente à sede do Sindicato no Brooklyn. Por volta do meio-dia, os trabalhadores planejam seguir para a Câmara Municipal. Laís Dall'Agnol e Yaguajá Ribeiro

SPDM-ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA-CENTRO ESTADUAL DE ANÁLISES CLÍNICAS - CEAC

ASSINE A FOLHA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº 81/2020

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº 119/2020

MINA GERAIS

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

PERNAMBUCO

SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA

SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA

COMUNICADO PÚBLICO

Leilão Eduardo Facheiro Ponte de São Paulo informa que temporariamente não está realizando leilões...

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº 81/2020

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

Fundação Zerbini

COMUNICAMOS A DISSOLUÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADE

COMUNICAMOS A DISSOLUÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADE

COMUNICAMOS A DISSOLUÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADE

COMUNICAMOS A DISSOLUÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADE

COMUNICAMOS A DISSOLUÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADE

COMUNICAMOS A DISSOLUÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADE

COMUNICAMOS A DISSOLUÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADE

COMUNICAMOS A DISSOLUÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADE

COMUNICAMOS A DISSOLUÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADE

COMUNICAMOS A DISSOLUÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADE

mercado

Só 13 estados já mudaram regras para aposentadoria

Seis nem elevaram alíquota, como previsto na reforma; prazo acaba no dia 31

Thiago Resende

BRASÍLIA Quase oito meses após a reforma da Previdência, apenas metade dos estados mudou as regras para que servidores se aposentem. Das 27 unidades da Federação, 13 aprovaram critérios mais duros para funcionários estaduais.

O levantamento foi feito pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

A reforma de 2019 não exige que os estados sigam as mesmas regras que a União determinou para o funcionalismo federal. Porém, o governo tem buscado incentivar que os governadores também adotem medidas para melhorar a situação financeira dos regimes previdenciários.

"Todos os estados têm consciência de que isso é necessário. É inevitável. Vários já tomaram providências da forma que deveriam fazer, mas alguns estados nem sequer começaram a discutir. Isso é preocupante", disse secretário de Previdência, Nairon Gutierrez.

Desde que a reforma entrou em vigor (novembro de 2019),

os estados que alteraram as regras de aposentadoria de servidores são: Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Piauí, Paraná, Rio Grande do Sul, Sergipe e São Paulo. Quase todo esse grupo seguiu os critérios de idade mínima usados pela União: 65 anos, se homem, e 62 anos, se mulher. Há duas exceções: Bahia (64 anos e 61 anos) e Sergipe (65 anos e 60 anos).

Originalmente, o governo apresentou uma proposta de reforma mais ampla e que também alterava, logo após aprovação no Congresso, os critérios de aposentadoria para servidores estaduais.

Mas, diante da resistência da maioria da Câmara, isso foi derrubado. Deputados queriam que governadores e prefeitos que criticavam a reforma também tivessem o deságio político para aprovar medidas duras nas respectivas Assembleias e Câmaras Municipais.

Com a derrota, o governo tem oferecido apoio técnico para elaborar um plano de revisão dos critérios de aposentadoria. A equipe econômica fez uma

avaliação — com notas A, B, C e D — sobre a gestão e a situação financeira do regime de Previdência de cada unidade da Federação. Vinte obtiveram notas baixas no ranking (C e D). Apenas os Amazonas conseguiram a avaliação máxima.

A obrigação (de fazerem a reforma) vem em razão da necessidade de esses sistemas serem equilibrados", afirmou o subsecretário dos Regimes Próprios de Previdência Social, Alex Albert Rodrigues.

O Senado aprovou no ano passado uma proposta para tentar estender a reforma da Previdência do governo Jair Bolsonaro aos servidores estaduais e municipais. Mas isso não há clima na Câmara para fazer o projeto avançar.

Além disso, o governo rejeita a versão aprovada no Senado, pois os congressistas incluíram mudanças que alteram regras de aposentadorias, desdramatizando a reforma em vigor desde novembro.

"A ideia do governo, dentro da proposta encaminhada ao Congresso, é que a reforma de 2019 já tivesse tratado por completo da Previdência dos

estados e municípios. [...] Não entendemos que a PEC paralela [a proposta aprovada no Senado] seja o melhor caminho", disse Gutierrez.

Apesar dos embates no Congresso, a reforma da Previdência de 2019 prevê que os estados façam alterações na alíquota previdenciária cobrada sobre a remuneração de servidores estaduais. Esse percentual não pode ficar abaixo da taxa aplicada sobre o funcionalismo federal.

O governo está buscando que estados até 31 de julho para comprovar que aumentaram as alíquotas previdenciárias de seus servidores para pelo menos 14%, como determina a reforma. Antes a alíquota da União era de 11%.

Com isso, há duas opções. Ou estabelecer uma alíquota de ao menos 14% ou adotar o modelo progressivo da União, com contribuições que variam de 7,5% a 22%, a depender do salário do servidor. A maior alíquota vale para quem ganha acima de R\$ 39 mil.

Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato

■ O que estados fizeram 8 meses após reforma da Previdência

Endureceram critérios de aposentadoria e elevaram as alíquotas de contribuição previdenciária de servidores

Acre, Pará, Piauí, Ceará, Bahia, Alagoas, Sergipe, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul

Apenas elevaram a alíquota

Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Rio, Santa Catarina e Distrito Federal*

Não alteraram nenhuma regra

Amapá, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia e Tocantins

■ O QUE DETERMINA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

- Os estados precisam elevar as alíquotas cobradas sobre servidores ao mesmo patamar que a União até 31 de julho
- Governadores pedem mais prazo
- Quem descumprir a norma poderá perder uma certidão dada pelo governo federal e ficar sem acesso a financiamento de bancos públicos

*Ainda aguarda sanção

FACULDADE
FIPECAFI

Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo já fizeram o ajuste.

Portanto, ao todo, 32 unidades da Federação já aprovaram a elevação da alíquota.

"Isso traz uma melhoria financeira para o regime previdenciário, mas a mudança dos [critérios para aposentadoria e] benefícios ainda é fundamental. A pandemia [da Covid-19] veio para piorar esse cenário, principalmente por que chegou num ano eleitoral", avaliou Rodrigues.

Os casos mais alarmantes são Amapá, Minas, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia e Tocantins, que ainda não elevaram as alíquotas. Há pressão desses estados para que o prazo — 31 de julho — seja prorrogado.

Se descumprirem o aumento de alíquota, esses estados poderão perder a documentação emitida pelo governo. Sem esse certificado, o estado pode ficar sem a transferência de recursos não obrigatórios da União e sem acesso a crédito em banco público ou financiamentos com aval da União.



Romeu Zema, governador de MG, estado enviou e em junho projeto de reforma da Previdência e deve pedir mais prazo para elevar alíquota. G1/Contrasto - 11.jul.20/Imprensa MG

Endividados, Rio e Minas Gerais retardam reforma

RIO DE JANEIRO, BELO HORIZONTE, PORTO ALEGRE e RIBEIRÃO PRETO Entre os estados mais endividados no país, Rio e Minas enfrentam atrasos nas mudanças nas regras das aposentadorias de servidores.

Minas só enviou o projeto ao Legislativo no fim de junho e deve pedir mais prazo ao governo federal para alterar as alíquotas previdenciárias. O Rio alega que a pandemia paralisou as discussões sobre elevação das idades mínimas.

Portaria da secretaria especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia determina elevação das alíquotas até o dia 31. Minas é um dos seis estados que ainda não aprovaram a mudança.

O Legislativo estadual decidiu adiar a votação para agosto para debater o tema com servidores. Segundo o presidente da Assembleia, Agostinho Patrão (PV), houve entendimento com o governo para que solicite ao Ministério da Economia prorrogação do prazo por mais 10 ou 15 dias.

A reforma proposta pelo governo de Minas prevê alíquota progressiva de 13% a 19%, de acordo com a faixa salarial. Co-

mo a incidência não é sobre o valor total, as alíquotas máximas efetivas vão até 18,38%. A estimativa do estado é que 83,3% dos servidores terão efetiva menor de 14%.

"O escalonamento evita que uma pessoa que ganhe R\$ 2.010 receba líquido, no bolso, uma quantia menor que quem ganha R\$ 1.990. A forma correta é fazer essa alíquota progressiva, com 14% só no que ultrapassa os R\$ 2.010. Imposto de renda é desse jeito", IPTU é desse jeito", diz o professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), Mauro Sayar.

Com uma das piores situações financeiras do país, Minas tem déficit orçamentário estimado em R\$ 17,2 bilhões para 2020. O déficit previdenciário para o período deve ser de R\$ 2,1 bilhões. Com a reforma, o governo estima economia de R\$ 2,3 bilhões já para o próximo ano. Em dez anos, o ganho seria de R\$ 32,6 bilhões, e, em 30, de R\$ 116,3 bilhões.

A proposta inclui ainda a criação de uma autarquia para gerenciar a previdência, a MGPrev. No primeiro quadri-

mestre de 2020, a despesa de pessoal foi de R\$ 15,4 bilhões, sendo R\$ 7,91 bilhões (51%) destinados aos servidores ativos e R\$ 7,48 bilhões (49%) aos aposentados e pensionistas.

A reforma de Minas abarca um total de 473.764 servidores civis — 184.284 ativos, 251.204 inativos e 38.476 pensionistas. Militares foram abrangidos nas regras aprovadas no âmbito federal, assim como aqueles que seguem o RGPS (Regime Geral da Previdência Social). O texto já ajusta as idades mínimas para aposentadoria aos parâmetros estabelecidos na reforma federal.

Para professores, as idades passarão das atuais 55 para homens e 50 para mulher para 60 e 57, respectivamente, com tempo de contribuição de 25 anos para ambos. Já os servidores da segurança passam a ter idade mínima para se aposentar fixada em 55 anos, com tempo de contribuição de 30 anos, para ambos os sexos.

Zema classificou a reforma como projeto mais importante de seu governo. Para o professor Mauro Sayar, ela é crucial para uma mudança efeti-

va no estado, mas é uma parte do que precisa ser feito. Ele critica, porém, a manutenção de diferenciais para algumas categorias, como a de professores.

"Outras reformas devem ser feitas, mas é um pontapé inicial. Não tem como pensar em resolver problema fiscal no estado de Minas Gerais ou em outros estados sem atacar a questão das aposentadorias. É crucial uma reforma previdenciária", afirma.

O Rio já cobrava alíquota de 14%, de forma extraordinária, desde que uma primeira reforma foi aprovada, sob violentos protestos em 2017, como parte de esforço para enfrentar a crise financeira do estado e obter socorro do governo federal.

Nova reforma, mais adequada à emenda constitucional 103, será apresentada ao Legislativo após o fim da pandemia.

O presidente da Rioprevidência, Sérgio Aureliano, diz que o governo vinha trabalhando em minutos de mudanças nas idades mínimas para aposentadoria e nas regras para militares para apresentar a Alerj (Assembleia do Rio). "Mas a pandemia parou tudo".

No complexo sistema pre-

“**Não tem como pensar em resolver problema fiscal no estado de Minas Gerais ou em outros estados sem atacar a questão das aposentadorias. É crucial uma reforma previdenciária**”

Mauro Sayar
professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais)

videnciário do estado, as aposentadorias mais antigas são garantidas pelo Tesouro estadual, enquanto servidores contratados a partir de 2017 participam de um novo sistema. Todo mês, diz Aureliano, o Tesouro estadual coloca cerca de R\$ 500 milhões para bancar o sistema antigo, que ainda recebe dinheiro de taxas e da loteria estaduais.

Aureliano alega, porém, que as mudanças não trazem economia imediata, uma vez que não há novo aumento de alíquota. "Tem apenas um ganho atuarial, porque adia o início da aposentadoria de quem ainda não está em idade de aposentar", afirmou.

Sem apoio na Alerj e em meio a denúncias de corrupção na compra de equipamentos hospitalares para enfrentar a pandemia, o governador Wilson Witzel (PSC) pode enfrentar resistências nos debates com deputados sobre as novas mudanças.

Mesmo em estados que já aprovaram reformas após a emenda constitucional, há críticas sobre a extensão das mudanças. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a reforma aprovada pelo governador Eduardo Leite (PSDB) garante aos militares aposentadoria integral e paridade com reajustes dos salários da ativa.

"Os militares se aposentam mais cedo, vão para a reserva mantendo todo o salário, mesmo que não tenham contribuído isso. Ao não incluí-los na reforma, fica escancarada a desigualdade", diz o economista Frederico Cosentino, coordenador da bancada de partido na Assembleia. Para o Novo, foi um recuo do governo para evitar derrota.

Com 100 mil e 217 mil aposentados e pensionistas, o Rio Grande do Sul aprovou a reforma em dezembro de 2019. Ela passou a valer em março deste ano, com alíquotas que variam progressivamente de 7,5% a 22%. O impacto da reforma, em dez anos, é de R\$ 13,9 bilhões. O déficit previdenciário em 2019 foi de R\$ 12,5 bilhões.

Em Goiás, que teve a reforma estadual aprovada em dezembro, as regras para os militares só serão alteradas em 30 de dezembro de 2021, prazo permitido pela emenda constitucional. No início de 2022, as regras serão equivalentes às do governo federal. As principais mudanças da reforma foram a elevação da idade mínima para 65 anos para homens e 62 para as mulheres. O tempo de contribuição, que era 35 e 30 anos, respectivamente, passou a ser de 25 para homens e mulheres, sendo 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo efetivo. Nicola Pampalona, Fernando Canoffe, Paula Sperber e Marcelo Toledo

Cronômetro

O Itaú Unibanco ainda está calculando o número de empresários que não conseguiram ter acesso aos R\$ 3,7 bilhões da linha de crédito para micro e pequenos negócios Pronampe, que o banco começou a disponibilizar em testes na quinta-feira (9) e se esgotou em 29 minutos nesta segunda-feira (13). O volume de demanda foi quatro vezes maior que o pico histórico registrado pela instituição no canal de pessoa jurídica e o recurso atendeu 37 mil empresas antes de acabar.

SOLUÇÃO O sistema criado para fazer tudo online, evitando a presença física nas agências, teve intermitência na sexta e foi ajustado à demanda no fim de semana, segundo Carlos Vanzo, diretor do banco.

ALGEMA Uma semana após estimular os donos de bares de Curitiba a fazerem protestos pela difícil situação do setor, Fábio Aguiayo, presidente da Abrabar (associação de bares), distribuiu um vídeo nesta segunda (13) que mostra um empresário acionista da Caixa na capital paranaense.

DÍVIDA Arlindo Ventura, dono do bar O Torto, no centro da cidade, diz que o gesto de um protesto para conseguir receber um pedido de crédito de R\$ 55 mil. O empresário afirma que teve a aprovação na linha Giro Caixa, mas o banco não libera o recurso porque ele está inadimplente.

LIMITE A Caixa diz que a Receita analisa o enquadramento da empresa. Segundo a instituição, as companhias não poderão ter restrições em seu CNPJ ou no CPF dos sócios.

ACUMULADO Empresas especializadas em escorpos especializadas em demandas de estabelecimentos prestes a fechar ou falir registraram alta na demanda nos EUA na pandemia. Alguns dos maiores grupos do ramo no país estão executando vendas para o fechamento de aproximadamente 150 unidades da loja de departamento JC Penney, segundo o Financial Times.

LOTAÇÃO A procura é tão grande que há relatos de empresas recusando produtos de varejistas porque o mercado não teria como absorver o inventário tão rapidamente.

MAPA O escritório de advocacia Mattos Filho vai inaugurar nesta terça-feira (14) uma unidade em Campinas (SP). O atendimento na região será virtual ou presencial.

CADEIRA Luiz Carlos Montello, fundador e presidente da Pharma, empresa que gerencia benefícios de medicamentos, assumirá a presidência do conselho de administração da companhia. Em seu lugar entrará Eduardo Mangione.

com Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência julho*
Autônomos, empregador e facultativo
Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209
Valor máx. R\$ 6.104,04 20% R\$ 1.221,21

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R\$ 1.045,51	R\$ 12,25
Alíquota	7,5%	
De R\$ 1.045,51 a R\$ 2.091,02	9%	
De R\$ 2.091,03 a R\$ 3.136,54	12%	
De R\$ 3.136,55 a R\$ 4.182,06	14%	

*Tirada da competência de julho vem em 20 jul para empresa, para pessoas físicas, vem em 15 jul. O prazo para a competência de maio está aberto para novembro para empresa.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isenta	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Contribuição sobre o salário	Alíquota	Mínimo em R\$	Máximo em R\$
Empregado	7,5%	9794	713,09
Empregador	20%	250,50	1.230,24

*O prazo para o depósito da declaração vem em 7 jul. A guia de pagamento dos impostos, inclusive a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, a FGTS, a multa para a doméstica e o segundo contra-valor. A declaração do INSS da doméstica pode ser declarada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro.



PROSA

“Aquele ideia da reciclagem que coloca os três lixinhos diferentes é importante, mas, no mundo, isso já migrou para grandes plantas mecanizadas”

Milton Pilão presidente da Fox Hartz

Plano pós-pandemia de Guedes prevê imposto negativo para informais

Estado depositaria bônus de 20% em fundo que poderia ser sacado só na aposentadoria para trabalhador que declarasse renda

Fábio Pupo

BRASÍLIA O ministro Paulo Guedes (Economia) estuda a criação de um novo benefício assistencial. Ele está sendo estruturado dentro dos princípios do chamado imposto negativo.

A ideia é o Estado depositar uma espécie de “bônus”, correspondente a até 20% do rendimento mensal do trabalhador informal, em uma conta a ser usada apenas na aposentadoria.

Essa é uma das principais medidas no pacote de mudanças trabalhistas, tributárias, previdenciárias e de assistência social que será lançado por Guedes e sua equipe para o cenário pós-Covid.

De acordo com interlocutores do ministro ouvidos pela Folha, as medidas têm como objetivo central solucionar a situação dos 36 milhões de vulneráveis registrados durante a crise do coronavírus com o auxílio emergencial de R\$ 600.

O plano de Guedes prevê dividir essas pessoas em dois grandes grupos. O primeiro e mais vulnerável reuniria aproximadamente 6 milhões de pessoas e seria direcionado ao novo Bolsa Família (que passaria a ser chamado de Renda Brasil).

Um segundo e maior grupo, de aproximadamente 30 milhões de pessoas, seria direcionado ao mercado de trabalho tendo como estímulo o Imposto de Renda negativo planejado por Guedes.

Um membro do Ministério da Economia ilustrou o mecanismo dando o exemplo de um informal que pode ter trabalhado em um mês como passageiro de cachorros, lavador de pratos e jardineiro. Ao informar ao governo que obteve R\$ 600 pelos serviços, por exemplo, o Estado pagaria o bônus de R\$ 120 a ele (o equivalente a 22% do rendimento).

A equipe econômica pretende que esse bônus seja depositado em uma conta do trabalhador, a ser acessada somente após a aposentadoria.

Guedes planeja que o indivíduo, assim, ganhe um estímulo para sair da assistência social diante da ideia de, ao

se aposentar, ganhar um valor extra além do mínimo já garantido pela lei (de um salário mínimo, equivalente hoje a R\$ 1.045).

Além disso, a pessoa teria um incentivo para declarar os números ao governo (já que ganharia com isso), trazendo os dados para registro do Estado.

Integrantes da equipe econômica defendem que a proposta é “muito melhor” do que o sistema de capitalização debatido durante a reforma da Previdência, em que a aposentadoria de cada indivíduo depende de sua própria contribuição. Pelo plano, ressaltam, o bônus não seria pago pela empresa ou pelo trabalhador, mas pelo próprio Estado.

Na visão de Guedes, pela primeira vez a política de assistência social seria conectada ao mercado de trabalho. Hoje a conclusão é que há um mundo distante entre dois extremos, o Bolsa Família e a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Guedes planeja ainda um terceiro nível no que vem chamando de “rampa” de ascensão social, nesse caso com uma porta de acesso ao mercado de trabalho.

Haveria corte de impostos sobre a folha para quem ganha até um salário mínimo.

O ministro busca emplacar, com isso, seu antigo desejo de desonerar a folha de salários. Algo que ele já tentava antes da pandemia, por considerar o atual sistema uma bomba de destruição em massa de empregos, e passou a defender ainda mais diante da deterioração no mercado de trabalho pela crise.

Para compensar tamanho uso de recursos, é fundamental nos planos do ministro a criação de um imposto sobre pagamentos. A ideia foi colocada na geladeira após a queda de Marcos Cintra da Secretaria da Receita (que defendia o imposto, atacado publicamente até pelo presidente Jair Bolsonaro).

Agora, o ministro da Economia voltou a defender o tributo dizendo haver uma reação de histeria sobre o tema que interdita o debate. Na vi-

são de Guedes, é preciso ficar claro que a ideia não é criar um novo imposto, mas fazer uma troca no sistema tributário. Saem encargos sobre salários para até um salário mínimo, entra o imposto sobre pagamentos.

Tributo nos moldes da CPMF terá de ser debatido, diz Mourão

Renato Machado

BRASÍLIA Embora ressalte a oposição do presidente Jair Bolsonaro, o vice-presidente Hamilton Mourão disse nesta segunda-feira (13) que a criação de um novo imposto sobre transação financeira vai precisar ser discutida “mais cedo ou mais tarde” e que ele se mostra favorável a esse debate.

“Eu acho que tem que ser discutido. O presidente é contra, está bom, ele não quer jogar esse assunto na mesa por causa da memória antiga da antiga CPMF [Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira]. Mas a gente sabe que nosso sistema tributário é um sistema complicado”, disse.

Mourão participou de uma reunião sobre o vivo promovida pela Genial Investimentos. Quando ele foi perguntado especificamente sobre um novo imposto sobre transação financeira, o vice-presidente evitou se posicionar e apenas afirmou que há empresários e parlamentares que o procuram, manifestando aprovação em relação à ideia.

“Parece ser o grande Satã da reforma tributária, ninguém quer ouvir falar disso aí”.

“Acho que tem que ser discutido. Eu já recebi deputado aqui que é favorável a imposto único, cobrado na entrada e na saída da conta de cada um de nós”, afirmou o Mourão, ressaltando que a discussão precisa ser feita “sem preconceitos” e no Congresso Nacional.

“Mais cedo ou mais tarde, essa discussão vai ter que ser colocada na mesa”, completou o vice-presidente.

Mourão disse que a discussão a respeito da reforma tributária terá início em breve, em razão do próprio interesse do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RR).

O vice-presidente afirma que a reforma é necessária, assim como outras, para combater grandes males da economia brasileira, que seriam “a falta de equilíbrio fiscal e a baixa produtividade”.

Da parte do governo, Mourão afirmou que o texto da reforma administrativa está pronto e deve ser encaminhado ao legislativo após retomada das sessões presenciais — encerradas por conta da pandemia do novo coronavírus.

Em carta, milionários pedem que sejam mais taxados para pagar pela crise do coronavírus

SÃO PAULO Um grupo com 80 milionários dos EUA, do Reino Unido, da Alemanha, da Nova Zelândia, do Canadá e da Holanda assinou uma carta em que pedem aos governos que sejam mais tributados para pagar pela crise do coronavírus.

A coalizão, que reúne herdeiros como Abigail e Tim Denney e o cofundador da marca de sorvetes Ben and Jerry’s, Jerry Greenfield, foi organizada pelo projeto Millionaires and Tax Justice UK.

O grupo disse que a crise pode “durar décadas” e “levar meio bilhão de pessoas à pobreza”.

“Hoje, nós, milionários que assinamos esta carta, pedimos aos nossos governos que aumentem impostos sobre pes-

soas como nós. Imediatamente. Substancialmente. Permanentemente”, dizem.

Segundo a Forbes, a carta foi apresentada por parlamentares da oposição no Reino Unido exigindo um imposto sobre o patrimônio para financiar os esforços contra o impacto econômico da Covid-19.

O grupo afirma que podem garantir o financiamento adequado para o sistema de saúde, educação e segurança por meio de um aumento permanente de impostos sobre os mais ricos do mundo.

O texto ainda acrescenta que o grupo tem uma “dívida enorme” com os trabalhadores da linha de frente. “Ao contrário de dezenas de milhões de pessoas em todo o mundo, não precisamos nos preocupar em perder nossos empregos,

casas ou nossa capacidade de sustentar nossas famílias. Então, por favor, Taxe-nos. E escolha certa. É a única escolha.”

“Ao contrário de dezenas de milhões de pessoas, não precisamos nos preocupar em perder nossos empregos, casas ou nossa capacidade de sustentar nossas famílias. Então, por favor, Taxe-nos. E a escolha certa”

Millionaires for Humanity em carta.

“Ao contrário de dezenas de milhões de pessoas, não precisamos nos preocupar em perder nossos empregos,

casas ou nossa capacidade de sustentar nossas famílias. Então, por favor, Taxe-nos. E escolha certa. É a única escolha.”

No Brasil, segundo o relatório World Wealth Report de 2020, o número de milionários cresceu 7% e chegou a 199 mil no ano passado.

Em números brutos, o Brasil é o 18º país com o maior contingente de milionários, parte em razão do seu tamanho, já que fica na frente de países ricos como Suécia e Austrália. EUA, Japão, Alemanha e China, os quatro primeiros colocados no ranking, concentram 61,6% da chamada população HNWI (sigla para indivíduo com alto patrimônio líquido, uma pessoa com investimentos superiores a US\$ 1 milhão). Os EUA têm quase 6 milhões de milionários.

mercado coronavírus

Reabrir com restrição em SP dá prejuízo, dizem academias

Parte das redes prefere permanecer fechada à espera de relaxamento de regras

Thais Carranza

SÃO PAULO A reabertura das academias de ginástica na cidade de São Paulo, sob restrições, não será rentável num primeiro momento, avaliam grandes empresas do setor. O segmento retomou atividades a partir desta segunda-feira (13), com restrições que não operará apenas 30% da capacidade, limite de funcionamento de seis horas diárias e necessidade de agendamento prévio pelos clientes, que devem manter distância mínima de dois metros entre si e usar máscaras todo o tempo.

Vestidores e bebedouros não podem ser utilizados, e clientes em grupos de risco não devem frequentar os espaços.

Diante das limitações, há empresas que optaram por esperar mais tempo para abrir, como a Competition, que planeja retomar suas operações apenas no próximo dia 27, na expectativa de que até lá algumas das regras já tenham sido relaxadas.

Na avaliação de empresários, entre as mudanças que deverão ser permanentes, a oferta de produtos digitais é um caminho sem volta.

O setor também deve passar nos próximos anos por um movimento de consolidação, com as cinco maiores empresas — SmartFit, Bodytech, Scifit, Blue Fit e Cia Athletica — ampliando sua fatia de 25% do mercado. Por fim, as compa-



Aluno em academia no Paraíso; abertura é limitada a 30% da capacidade

nhias devem mudar de forma permanente sua estrutura de custos, diante de uma receita agora incerta.

A Just Fit, com 35 unidades no estado de São Paulo e 20 na capital, é uma das empresas que optaram por reabrir já nesta segunda, após permanecer fechada desde 19 de março. A operação retomou com 30% a 40% dos funcionários de volta da suspensão de contratos, avaliada pela MP 936.

"Inicialmente, a reabertura não é rentável, mas vamos acompanhar de acordo com o retorno dos clientes", afirma Paulo Rebelo, diretor de operações da Just Fit.

Segundo ele, o setor tenta negociar com a prefeitura uma flexibilização das limitações de capacidade e de horário de funcionamento, considera desfavorável as restrições em relação aos protocolos de abertura adotados em outros estados.

"Defendemos ao menos 50% da capacidade, o que ajudaria a viabilizar o negócio, assegurando o fechamento. E o mesmo faz horas de abertura, para conseguirmos atender adequadamente nosso público",

Rebelo afirma, porém, que o retorno de clientes não aconteceu positivamente neste primeiro dia de reabertura. "De cada 100 lugares disponíveis, 80 estão sendo preenchidos nesse momento", afirma. Segundo ele, em Araçatuba, onde a reabertura aconteceu há três semanas, esse índice chega a 88%. "Estamos bastante otimistas, porque imaginávamos que esse número não ia chegar nem a 50%".

O retorno é um alento para uma empresa que chegou a ter unidades com 60% de cancelamentos de matrícula

las e uma inadimplência que dobrou de 6% para 12%.

A Bodytech planeja reabrir nesta quarta-feira (15) suas 12 unidades na capital paulista, de um total de 122 em todo o Brasil. Luiz Urquiza, diretor executivo da empresa, também é crítico quanto à limitação de apenas seis horas.

"Essa restrição não nos parece fazer muito sentido. Se o objetivo é poder atender o maior número de pessoas, com o menor risco de ocupação elevada, sem dividir a largura do horário de funcionamento seria o ideal", afirma.

Para Urquiza, a viabilidade da operação de reabertura vai depender principalmente de renegociar aluguéis, o principal custo fixo das unidades. "As academias de shopping, em geral o valor do aluguel tem um percentual variável em relação ao faturamento, o que deve possibilitar um ajuste natural. Já nas unidades de rua, será preciso negociar".

Segundo Flávia Brunoro, diretora operacional da Competition, a operação de fato não seria rentável sob as restrições atuais, mas esse não foi o principal fator na decisão de não abrir. "Os pontos principais, para nós, foram a limitação de uso dos vestiários e o horário restrito. Esperamos que isso possa ser resolvido até o dia 27", afirma. "Mas, se não acontecer, vamos avaliar e seguir em frente".

Conforme a Acad (Associação Brasileira de Academias), o setor soma 30 mil academias em todo o Brasil.

"A estimativa dos sindicatos é que 20% a 30% das empresas do setor acabem fechando devido à pandemia, principalmente pequenas e médias", afirma Richard Bilton, diretor da Acad.

O retorno é um alento para uma empresa que chegou a ter unidades com 60% de cancelamentos de matrícula

tor, mostrou que o fechamento de academias nos meses de abril a maio foi três vezes maior do que o verificado em 2019. O levantamento aponta, ainda, para a possibilidade do fechamento de 110 mil postos de trabalho no setor em 2020, após perda de 44 mil empregos no ano passado.

Além do novo estudo, no período analisado, houve uma queda de 77% nas vendas de novos planos, na comparação com os meses anteriores à crise. Foi registrada ainda uma redução significativa no número de clientes ativos, com queda de 35% na média nacional.

Motoboy faz nova paralisação nesta terça na capital

SÃO PAULO A entrega de encomendas preparou uma nova paralisação para esta terça-feira (14) em São Paulo. Os motoboy não pretendem cruzar os braços, principalmente por causa da falta de valores mínimos repassados aos profissionais por empresas de aplicativos de entrega.

Essa é a segunda paralisação da categoria, embora a nível local. Em 1º de julho, milhares de motoboy se reuniram na capital paulista e em cidades de todo o país, como Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre e Salvador, contra a precarização do trabalho dos entregadores de aplicativo. Aproximadamente metade de entregadores está prevista para o dia 25.

A mobilização deve começar às 9h, em frente à sede do Sindicato no Brooklin. Por volta do meio-dia, os trabalhadores planejam seguir para a Câmara Municipal. Laís Dall'Agnol e Yaguajay Ribeiro

COMUNICADO PÚBLICO

A CLARO S.A. comunica aos Senhores Clientes - 277C, os resultados locais, das áreas, em conjunto com a produção global do 1º semestre de 2020, em suas unidades de negócios, de acordo com o plano de 2020. Para mais informações, consulte o relatório de resultados disponível em: www.claro.com.br.

Leiloeiro Eduardo Facheiro Ponte de São Paulo informa que não possui site ou sistema online para leilões virtuais, a fim de que as pessoas não sejam prejudicadas por possíveis fraudadores.

A SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - CENTRO ESTADUAL DE ANÁLISES CLÍNICAS ZONA LESTE - CEAC LESTE, convoca as empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico nº 02/2020, a ser realizado para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Diagnóstico Molecular. Para informações e condições de participação favor acessar o site: www.publinter.com.br/licitacao.

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO: A ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - CENTRO ESTADUAL DE ANÁLISES CLÍNICAS ZONA LESTE (SPDM) declara que o presente Edital tem caráter meramente informativo e não constitui oferta de contratação. A contratação será realizada mediante licitação pública, conforme o Edital nº 02/2020, a ser realizado para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Diagnóstico Molecular. Para informações e condições de participação favor acessar o site: www.publinter.com.br/licitacao.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE BLOCOS DE CONCRETO - SINCONCRETO. Declara que o presente Edital tem caráter meramente informativo e não constitui oferta de contratação. A contratação será realizada mediante licitação pública, conforme o Edital nº 02/2020, a ser realizado para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Diagnóstico Molecular. Para informações e condições de participação favor acessar o site: www.publinter.com.br/licitacao.

ASSOCIAMENTO DE EMPRESAS DE SERVIÇOS DE TI - ASES. Declara que o presente Edital tem caráter meramente informativo e não constitui oferta de contratação. A contratação será realizada mediante licitação pública, conforme o Edital nº 02/2020, a ser realizado para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Diagnóstico Molecular. Para informações e condições de participação favor acessar o site: www.publinter.com.br/licitacao.

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO: A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE BLOCOS DE CONCRETO - SINCONCRETO declara que o presente Edital tem caráter meramente informativo e não constitui oferta de contratação. A contratação será realizada mediante licitação pública, conforme o Edital nº 02/2020, a ser realizado para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Diagnóstico Molecular. Para informações e condições de participação favor acessar o site: www.publinter.com.br/licitacao.

vivo. A Telefonia Brasil S.A. comunica aos Senhores Clientes não atendimento técnico e cancelamento em geral que a partir de 07/07/2020 os serviços de Banda Larga Fixa serão alterados. Solicitamos a todos os clientes a atualização para "Vivo Internet Empresa" e solicitação a partir de 09/07/2020 serem desmembrados "Vivo Fibra Empresa". Essa alteração tem o objetivo de tornar mais clara a comunicação do Vivo com os clientes e não prevê impacto nos preços ou condições contratuais.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT. Declara que o presente Edital tem caráter meramente informativo e não constitui oferta de contratação. A contratação será realizada mediante licitação pública, conforme o Edital nº 02/2020, a ser realizado para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Diagnóstico Molecular. Para informações e condições de participação favor acessar o site: www.publinter.com.br/licitacao.

Objetos: Aplicação de Gases, Análise, Aplicação, Nitrogênio Comum Nitrogênio Puro, Fertilizante para aplicação de G3 (Injet) misto. Data/Fim para Apresentação de Proposta: 16.07.2020 até as 17:00h. Encaminhamento eletrônico mediante envio de e-mail para: licitacao@ipt.br.

Objetos: Aplicação de Gases, Análise, Aplicação, Nitrogênio Comum Nitrogênio Puro, Fertilizante para aplicação de G3 (Injet) misto. Data/Fim para Apresentação de Proposta: 16.07.2020 até as 17:00h. Encaminhamento eletrônico mediante envio de e-mail para: licitacao@ipt.br.

SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - CENTRO ESTADUAL DE ANÁLISES CLÍNICAS - CEAC ZONA LESTE, convoca as empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico nº 02/2020, a ser realizado para a contratação de empresa especializada em Análise de Ácido Reagente. Para informações e condições de participação favor acessar o site: www.publinter.com.br/licitacao.

ASSINE A FOLHA. Assine a Folha de São Paulo e receba o melhor conteúdo em primeira mão. Para mais informações, consulte o site: www.folha.com.br/assine.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020. O Estado de Minas Gerais, por intermédio do Centro de Compras do Estado de Minas Gerais - CEPAGE, realizará licitação para contratação de serviços de manutenção e reparação de veículos automotores.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2020. O Estado de Minas Gerais, por intermédio do Centro de Compras do Estado de Minas Gerais - CEPAGE, realizará licitação para contratação de serviços de manutenção e reparação de veículos automotores.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2020. O Estado de Minas Gerais, por intermédio do Centro de Compras do Estado de Minas Gerais - CEPAGE, realizará licitação para contratação de serviços de manutenção e reparação de veículos automotores.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2020. O Estado de Minas Gerais, por intermédio do Centro de Compras do Estado de Minas Gerais - CEPAGE, realizará licitação para contratação de serviços de manutenção e reparação de veículos automotores.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2020. O Estado de Minas Gerais, por intermédio do Centro de Compras do Estado de Minas Gerais - CEPAGE, realizará licitação para contratação de serviços de manutenção e reparação de veículos automotores.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2020. O Estado de Minas Gerais, por intermédio do Centro de Compras do Estado de Minas Gerais - CEPAGE, realizará licitação para contratação de serviços de manutenção e reparação de veículos automotores.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2020. O Estado de Minas Gerais, por intermédio do Centro de Compras do Estado de Minas Gerais - CEPAGE, realizará licitação para contratação de serviços de manutenção e reparação de veículos automotores.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2020. O Estado de Minas Gerais, por intermédio do Centro de Compras do Estado de Minas Gerais - CEPAGE, realizará licitação para contratação de serviços de manutenção e reparação de veículos automotores.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2020. O Estado de Minas Gerais, por intermédio do Centro de Compras do Estado de Minas Gerais - CEPAGE, realizará licitação para contratação de serviços de manutenção e reparação de veículos automotores.

Fundação Zerbini. Declara que o presente Edital tem caráter meramente informativo e não constitui oferta de contratação. A contratação será realizada mediante licitação pública, conforme o Edital nº 02/2020, a ser realizado para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Diagnóstico Molecular. Para informações e condições de participação favor acessar o site: www.publinter.com.br/licitacao.

Comunidade de DISSOLUÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADE Extinção da Sociedade Limitada Unipessoal Dinâmica Contábil Empresarial S/S LTDA, inscrita em 10/06/2020, CNPJ: 04.886.590/0001-03, sede na Rua Paulista, 449 - Térreo - Vila Mariana - CEP: 04560-221, São Carlos Pedreiro, CPF: 035.508.508-91.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. Declara que o presente Edital tem caráter meramente informativo e não constitui oferta de contratação. A contratação será realizada mediante licitação pública, conforme o Edital nº 02/2020, a ser realizado para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Diagnóstico Molecular. Para informações e condições de participação favor acessar o site: www.publinter.com.br/licitacao.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. Declara que o presente Edital tem caráter meramente informativo e não constitui oferta de contratação. A contratação será realizada mediante licitação pública, conforme o Edital nº 02/2020, a ser realizado para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Diagnóstico Molecular. Para informações e condições de participação favor acessar o site: www.publinter.com.br/licitacao.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. Declara que o presente Edital tem caráter meramente informativo e não constitui oferta de contratação. A contratação será realizada mediante licitação pública, conforme o Edital nº 02/2020, a ser realizado para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Diagnóstico Molecular. Para informações e condições de participação favor acessar o site: www.publinter.com.br/licitacao.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. Declara que o presente Edital tem caráter meramente informativo e não constitui oferta de contratação. A contratação será realizada mediante licitação pública, conforme o Edital nº 02/2020, a ser realizado para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Diagnóstico Molecular. Para informações e condições de participação favor acessar o site: www.publinter.com.br/licitacao.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. Declara que o presente Edital tem caráter meramente informativo e não constitui oferta de contratação. A contratação será realizada mediante licitação pública, conforme o Edital nº 02/2020, a ser realizado para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Diagnóstico Molecular. Para informações e condições de participação favor acessar o site: www.publinter.com.br/licitacao.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. Declara que o presente Edital tem caráter meramente informativo e não constitui oferta de contratação. A contratação será realizada mediante licitação pública, conforme o Edital nº 02/2020, a ser realizado para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Diagnóstico Molecular. Para informações e condições de participação favor acessar o site: www.publinter.com.br/licitacao.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. Declara que o presente Edital tem caráter meramente informativo e não constitui oferta de contratação. A contratação será realizada mediante licitação pública, conforme o Edital nº 02/2020, a ser realizado para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Diagnóstico Molecular. Para informações e condições de participação favor acessar o site: www.publinter.com.br/licitacao.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. Declara que o presente Edital tem caráter meramente informativo e não constitui oferta de contratação. A contratação será realizada mediante licitação pública, conforme o Edital nº 02/2020, a ser realizado para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Diagnóstico Molecular. Para informações e condições de participação favor acessar o site: www.publinter.com.br/licitacao.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. Declara que o presente Edital tem caráter meramente informativo e não constitui oferta de contratação. A contratação será realizada mediante licitação pública, conforme o Edital nº 02/2020, a ser realizado para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Diagnóstico Molecular. Para informações e condições de participação favor acessar o site: www.publinter.com.br/licitacao.

Veículo: Estadão	
Data: 14.07.2020	Caderno: Economia



Volta da CPMF precisa ser discutida mais cedo ou mais tarde, diz Mourão

Vice-presidente defendeu a criação de um imposto nos moldes da CPMF, mas informou em videoconferência que Bolsonaro é contra a possibilidade

Julia Lindner, O Estado de S.Paulo

13 de julho de 2020 | 17h07

BRASÍLIA - O vice-presidente da República, **Hamilton Mourão**, defendeu nesta segunda-feira, 13, a retomada do debate sobre a criação da nova **CPMF**, apesar da contrariedade do presidente **Jair Bolsonaro** em relação ao tema.

Segundo ele, "mais cedo ou mais tarde essa discussão vai ter que ser colocada na mesa". Em setembro do ano passado, o **então secretário da Receita Federal Marcos Cintra** foi demitido por defender a retomada do tributo.

"A nossa proposta que vinha sendo costurada até a saída do Marcos Cintra era aquela proposta do **IVA Dual** e entrava aquela questão do imposto sobre transações financeiras que parece ser o grande satã da **Reforma Tributária**. Ninguém quer ouvir falar disso aí. Mas eu, na minha visão, inclusive têm vários deputados e senadores que defendem essa questão do imposto único, que também é defendido por empresas aqui no **Brasil**. Esse assunto tem que ser discutido sem preconceitos", declarou Mourão em transmissão ao vivo promovida pela **Genial Investimentos**.

Questionado sobre a resistência de Bolsonaro em relação à volta de uma nova CPMF, o vice-presidente insistiu que o tema deve ser discutido. "Eu acho que tem que ser discutido. O presidente é contra, ele não quer jogar esse assunto na mesa por causa da memória da antiga CPMF, mas a gente sabe que o nosso sistema tributário é complicado", disse. "Mais cedo ou mais tarde, essa discussão vai ter que ser colocada na mesa."

Para Mourão, o presidente da **Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ)**, está "disposto" a colocar a reforma tributária em pauta. Ele lembrou que existem propostas em tramitação na Câmara, mas admitiu que o governo também precisa defender melhor as suas sugestões para a sociedade. "O governo tem as

propostas dele que precisam ser mais bem esclarecidas para o conjunto da população", afirmou.

Sobre a relação com o **Congresso**, Mourão afirmou que Bolsonaro "compreendeu" que precisava ter uma base de apoio entre os parlamentares, em referência à aproximação com os partidos do chamado '**centrão**'.

"Em relação ao Legislativo, o presidente já compreendeu desde algum tempo que o nosso presidencialismo tem que ter base no Congresso. O nosso não, qualquer presidencialismo tem que ter base no Congresso. Sem base, dificilmente você consegue aprovar aqueles projetos mais importantes. Ou então, se aprová-los, terá dificuldade e vai perder muito tempo", disse Mourão.

"A aproximação com os partidos de centro é sadia, que considero correta, e a partir daí começou-se a melhorar esse relacionamento que tinha se deteriorado em meio a essa questão da pandemia que tinha sido politizada", acrescentou.

Mourão também afirmou que a reforma administrativa está pronta para ser encaminhada ao Congresso, mas que isso só deve ocorrer após a retomada dos trabalhos presenciais no Parlamento, que foram interrompidos em decorrência da pandemia do novo coronavírus e ainda não têm previsão de voltar. "O Congresso está se reunindo de forma virtual e ela é uma reforma que precisa de

uma discussão bem encorpada. Acho que ela só deve ser reapresentada na hora que o Legislativo voltar a trabalhar de forma presencial."

Mourão lembrou, ainda, das **Propostas de Emenda à Constituição (PECs)** dos fundos públicos e do pacto federativo. Ele classificou o teto de gastos como "a grande âncora fiscal" do País atualmente. "São PECs que são importantes para dar uma destravada no jogo e principalmente para que a gente tenha condições de manter o teto de gastos, que hoje é a grande âncora fiscal que nós temos."

Veículo: Estadão	
Data: 14.07.2020	Caderno: Economia



A tragédia do Estado proprietário

José Renato Nalini*

14 de julho de 2020 | 09h00

José Renato Nalini. FOTO: ALEX SILVA/ESTADÃO

A ideia de Estado foi alvo de perversão no decorrer da História. Quem acredita que o ser humano é perfectível e que sua caminhada por este planeta é a busca de contínuo aperfeiçoamento, sabe que a existência de estruturas com o monopólio de força deveria ser etapa transitória. A humanidade alcançaria um

período em que a racionalidade se imporia sobre os instintos animais e não haveria necessidade de equipamentos destinados a controlar as criaturas.

Lamentavelmente, parece que Hobbes tinha mais razão do que Rousseau. Embora a cada humano seja concedido viver algumas décadas, em regra menos do que dez, ele se conduz como se fora infinito. Coleciona bens e ressentimentos, considera impossível a regra de ouro “amai-vos uns aos outros” e parece preferir o “destruí-vos uns aos outros”.

Essa vulnerabilidade é transmitida às entidades que ele cria para facilitar a vida em sociedade. Por isso é que os Estados, em lugar de se limitarem ao mínimo essencial, ocupam espaço cada vez mais invasivo e se tornam paquidermes pesados, onerosos e convictos de sua onipotência.

O chamado Estado do bem-estar social apropriou-se de tantas funções que hoje está falido. A situação brasileira é emblemática. Teria sido preciso o flagelo de uma peste para mostrar que a miséria cresceu e se disseminou?

Ninguém conseguia enxergar que milhões de brasileiros não têm teto, nem saneamento básico, nem água, nem atividade que garanta subsistência digna e que hoje precisam de auxílio emergencial para permanecerem vivos.

Com cenário tal, impõe-se uma profunda reforma estrutural do Estado. Ele tem de se limitar ao essencial e entregar à cidadania tudo aquilo de que ela pode se

desincumbir. E isso é quase tudo. Basta verificar que praticamente tudo o que a administração estatal direta realiza, é menos eficiente, mais dispendioso e sempre existe a suspeita de prática de “malfeitos”. Eufemismo para falar no crime hediondo que é a corrupção, num país que multiplicou os invisíveis, os excluídos e os abandonados da sorte.

Algo que merece imediata atenção é o patrimonialismo absurdo na acumulação de bens imóveis como propriedade estatal. Um governo não tem de ser proprietário de prédios, terrenos, como se fora uma dessas entidades de especulação imobiliária que fazem estoque de superfície territorial.

Por isso é de se louvar a Lei 14.011/2020, resultante da MP 915/2019, que permite desconto de 25% sobre o valor de avaliação do imóvel na segunda praça. É um incentivo a que se faça valer a lei da oferta e demanda, que preside a sistemática do mercado.

Há três nítidas vantagens nessa norma: 1. Injeta recursos ao Erário, que está sendo chamado a atuar prontamente, para que não morram de fome os nossos próximos, os semelhantes mais prejudicados pela peste; 2. Faz o Estado economizar, porque não precisa de vigilância, guarda e conservação desses bens; 3. Prestigia a iniciativa privada, um dos princípios desta República, tolhido quando se constata um Estado quase onipotente, que parece odiar o lucro e hostiliza o empreendedor com a carga tributária que é uma das mais injustas de

todo o globo. Quem já não ouviu o chavão de que temos um fisco de Primeiro Mundo e serviços públicos do fim do mundo?

Tudo aquilo que a iniciativa privada puder realizar, ela o faz muito melhor do que o Estado. Este deveria ser o grande indutor do desenvolvimento. Educar a juventude para empreender. Vale a tentativa de resgatar as décadas perdidas, com uma educação que fez as crianças decorarem informações de que não necessitarão quando adultos e desprezar a informação multiplicada pela Quarta Revolução Industrial.

Ensinar educação ambiental em todos os níveis, formal e informalmente, para que o Brasil recupere o seu prestígio esgarçado nos últimos anos, com o desenfreado estímulo ao desmatamento, destruição do verde e da biodiversidade, poluição da água e de tudo o mais.

Em lugar de colecionar propriedade imóvel, o Estado brasileiro bem faria se aparelhasse as agências, com o intuito de fazê-las usinas de criatividade, para que ciência e tecnologia nos levassem ao estágio necessário para voltar a ser uma economia consistente.

O Estado tem de ser eficiente: é comando constitucional. Acumular propriedades e competir com a cidadania, que é a única titular da soberania, é um equívoco nefasto. Os bens imóveis precisam gerar recursos para fazer face à urgência do combate da miséria, não ficar nas mãos negligentes de um Estado

que sequer consegue saber quantos são. Menos ainda, administrá-los ou dar utilização compatível. São Paulo é o exemplo do descaso da União para com propriedades das quais não cuida nem conserva.

A possibilidade legal de livrar-se dessas propriedades improdutivas e dar um alento ao mercado imobiliário é uma das poucas promessas promissoras nesta triste fase da História do Brasil.